

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Ivana Martins da Rosa

**MODOS DE SER CRIANÇA NO
COTIDIANO DA COMUNIDADE CHICO MENDES:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO**

Florianópolis
2016

Ivana Martins da Rosa

**MODOS DE SER CRIANÇA NO
COTIDIANO DA COMUNIDADE CHICO MENDES:
UM ESTUDO ETNOGRÁFICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Linha de Pesquisa Ensino e Formação de Educadores, para obtenção do Grau de Mestre em Educação. Orientadora: Prof^a Dra. Patrícia de Moraes Lima. Coorientadora: Prof^a Dra. Ana Maria Borges de Sousa.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rosa, Ivana Martins da

Modos de Ser Criança no Cotidiano da Comunidade Chico Mendes: um estudo etnográfico / Ivana Martins da Rosa ; orientadora, Patrícia de Moraes Lima ; coorientadora, Ana Maria Borges de Sousa. - Florianópolis, SC, 2016. 190 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Infâncias . 3. Etnografia com Crianças. 4. Dispositivos Pedagógicos . 5. Comunidade Chico Mendes . I. de Moraes Lima, Patrícia. II. Maria Borges de Sousa, Ana. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“MODOS DE SER CRIANÇA NO COTIDIANO DA COMUNIDADE CHICO MENDES: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO”

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 26/08/2016

Dra. Patrícia de Moraes Lima (PPGE/UFSC-Orientadora)
Dra. Ana Maria Borges de Sousa (UFSC-Co-Orientadora)
Dra. Leni Vieira Dornelles (UFRGS-Examinadora)
Dr. Donizeti José de Lima (Casa Chico Mendes - Examinador)
Dra. Roseli Nazário (IFC/BLUMENAU - Examinadora)
Dra. Lucena Dall'Alba (UFSC-Suplente)

IVANA MARTINS DA ROSA
FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/AGOSTO/2016

Elison Antonio Paim
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação
PPGE/CED/UFSC



Filtro dos sonhos e as Infâncias

Um sábio índio me contou sobre o filtro dos sonhos.
Disse ele:

– Esse amuleto representa o ciclo da vida. A teia que o envolve serve como um apanhador de sonhos. Os sonhos bons passam por entre os buracos, já os ruins ficam presos nos fio e só se soltam com a primeira luz do novo dia.

Fiquei pensando...

Seria o apanhador de sonhos como as infâncias?

Infâncias enquanto o ciclo da vida sem temporalidade!

Infâncias que se inventam nos vazios dos espaços!

Infâncias que se tramam na trama da vida!

Infâncias que territorializam-se ao anoitecer e desterritorializam-se ao novo amanhecer!

Infâncias que não se permitem capturar!

Infâncias que se tecem pelas linhas de fuga!

Infâncias como devir que experimenta sonhar!

Infâncias que se balançam no movimento da vida!

Infâncias sem filtro!

Não sei, vou continuar a pensar!

Ivana Martins da Rosa

AGRADECIMENTOS

Nas trilhas dessa pesquisa muitos foram os encontros. Encontros que permitiram intensificar os momentos vividos desse tempo. Tempo vivido na companhia de pessoas especiais que avivaram essa experiência que atravessa o meu corpo. Aqui, gostaria de agradecer por fazerem parte dessa história.

Aos meus filhos Aruã e Cauã e meu companheiro Evanelly pela presença constante. Saibam que foram essenciais no caminhar dessa travessia.

À minha mãe Theresinha, meu exemplo maior. As minhas irmãs Mara, Nilda, Mariza e meu irmão Checo pela companhia durante todo esse processo. Mara, obrigada por acreditar sempre. As sobrinhas e sobrinhos em especial a Suélyn que esteve sempre presente. Ao Carlinhos, Valério, Douglas, André, Fabiano, Eva e Mariana pelo cuidado.

As amigas do Nei Nagib Jabor, Eli, Santa, Janice, Lena, Gabriela, Vera, Lica, Erenita, Morgana, Denise, Fernanda, Graziela, Elis, Adriana, Dalva, Luiza, Dona Maria, Lune, Júlia. MUITO OBRIGADA por confiar.

As amigas do mestrado Andressa, Samantha, Thamires, Marlene, Stela, Elica, Priscila, Cássia pelas trocas.

Agradeço a minha amiga Andressa, pela afinidade e partilhas. Amizade que nasce nesse tempo de mestrado, mas, tenho certeza, será para vida toda.

À Belzinha, pela lindeza das palavras.

À Ana Lúcia, minha parceira inseparável da Creche Mateus de Barros.

À Creche Mateus de Barros pela disponibilidade de entrada na pesquisa.

À Janair que mesmo longe sempre esteve presente.

À Comunidade Chico Mendes que me acolheu no calor do estar-junto.

Agradeço ao Dodô, Sandra, Chica, Seu Antônio pelos *bons encontros*.

Às crianças dessa pesquisa que me oportunizaram aprender com seus modos de ser.

Ao NUVIC, pela acolhida e oportunidade.

À Banca examinadora: Prof^a Ana Maria Borges, Prof^a Leni Dornelles, Prof^a Roseli Nazário, Prof^a Lucena Dall'Alba e Prof. Donizeti Lima pela disponibilidade da leitura.

À minha orientadora Patrícia pela CONFIANÇA, LIBERDADE, PARTILHA, PARCERIA. Obrigada por me ajudar a OLHAR.

O menino que carregava água na peneira

Tenho um livro sobre águas e meninos.
Gostei mais de um menino
que carregava água na peneira.

A mãe disse que carregar água na peneira
era o mesmo que roubar um vento e
sair correndo com ele para mostrar aos irmãos.

A mãe disse que era o mesmo
que catar espinhos na água.
O mesmo que criar peixes no bolso.

O menino era ligado em despropósitos.
Quis montar os alicerces
de uma casa sobre orvalhos.

A mãe reparou que o menino
gostava mais do vazio, do que do cheio.
Falava que vazios são maiores e até infinitos.

Com o tempo aquele menino
que era cismado e esquisito,
porque gostava de carregar água na peneira.

Com o tempo descobriu que
escrever seria o mesmo
que carregar água na peneira.

No escrever o menino viu
que era capaz de ser noviça,
monge ou mendigo ao mesmo tempo.

O menino aprendeu a usar as palavras.
Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.
E começou a fazer peraltagens.

Foi capaz de modificar a tarde botando uma chuva nela.
O menino fazia prodígios.
Até fez uma pedra dar flor.

A mãe reparava o menino com ternura.
A mãe falou: Meu filho você vai ser poeta!
Você vai carregar água na peneira a vida toda.

Você vai encher os vazios
com as suas peraltagens,
e algumas pessoas vão te amar por seus despropósitos!

RESUMO

A modernidade marca a entrada do sentimento de infância e a partir dela a concepção que extravasa, centra-se sobre um sujeito incompleto, ingênuo, incapaz de viver sem tutela do adulto. Os discursos anunciados em torno da infância e das crianças, tendo como escopo a normatização, sobretudo em comunidades empobrecidas como é o caso do campo desta pesquisa, tem se colocado como clausuras diante das práticas sociais de contenção de riscos. Discursos planificam-se nesse cotidiano pesquisado, por meio da polícia, da religião, dos projetos assistenciais e da musicalidade e colocam-se como dispositivos pedagógicos que se arranjam sobre as crianças. Nesse sentido, esta pesquisa teve como principal objetivo descrever as práticas sociais vividas por crianças nas ruas da Comunidade Chico Mendes na cidade de Florianópolis/Santa Catarina/Brasil. Por meio de uma etnografia com crianças, esta pesquisa, mergulhada em afecções nasce das anotações do caderno de campo, das imagens reveladas pelas fotografias, dos recortes de jornais, das reuniões na Casa Chico Mendes, das placas pelas ruas, das músicas ouvidas em minhas caminhadas, enfim, estratégias múltiplas que possibilitaram reunir o máximo de informações disponíveis sobre os modos de ser das crianças na Comunidade Chico Mendes na contemporaneidade. As ruas colocam-se nesta pesquisa como espaços possíveis de perceber a infância em sua heterogeneidade fazendo emergir as múltiplas dimensões de ser criança evidenciando as experiências que a mesma tem na relação com seus pares. Polícia, evangelização, projetos assistenciais e musicalidade não se apresentam nesse contexto com significados isolados, mas interagem diretamente com o conceito de governo e pedofilização que se colocam sobre o corpo das crianças como a produção de vida e de uma economia social. Desse modo, as crianças desta pesquisa interrogam nossos modos de conceber a infância na contemporaneidade e nos concede a chance da atualização do olhar em relação aos seus modos de ser, anunciando outras formas de existência que não encerram nelas mesmas, a heterogeneidade de ser criança.

Palavras-chave: Infâncias/Crianças. Dispositivos Pedagógicos. Pedofilização. Rua. Comunidade Chico Mendes. Etnografia com Crianças.

ABSTRACT

Modernity brand childhood feeling of entry and from it the concept that goes beyond, focuses on an incomplete subject, naive, unable to live without adult supervision. The speeches announced around the childhood and children, with the scope of the regulation, especially in poor communities as in the case of this research field, has placed as cloisters on the social practices of risk containment. Speeches are planned in this researched everyday, through the police, of religion, of assistance projects and musicality and stand as pedagogical devices that are arranged on children. In this sense, this research aimed to describe social practices experienced by children in the streets of Community Chico Mendes in Florianópolis / Santa Catarina / Brazil. Through an ethnography with children, this research, steeped in conditions born of the notes of a field book, the images revealed by photographs, newspaper clippings, meeting at Casa Chico Mendes, of the street signs, the songs heard in my hiking, finally, multiple strategies that made it possible to gather as much information available about the ways of being of children in the Community Chico Mendes nowadays. The streets are placed in this research as possible spaces to realize his childhood in their heterogeneity giving rise to the multiple dimensions of being a child showing the experience that it has in relation to its peers. Police, evangelization, service projects and musicality are not presented in this context with isolated meanings but interact directly with the concept of rule and *pedofilização* that arise on the body of children as the production of life and a social economy. Thus, children of this research interrogate our ways of thinking about childhood in contemporary and gives us the chance of updating the look compared to its ways of being, announcing other forms of existence that do not contain in themselves, the heterogeneity of being a child.

Keywords: Childhoods/Children. Devices Pedagogic. *Pedofilização*. Street. Community Chico Mendes. Ethnography with Children.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A rua	55
Figura 2: Placa de Publicidade	55
Figura 3: Carro de Polícia	56
Figura 4: Giz no Chão	56
Figura 5: Cartaz da Igreja.....	57
Figura 6: Camaleão e a Kimberlyn.....	57
Figura 7: A Flor.....	58
Figura 8: Senhora da Aresp	58
Figura 9: Senhor carregando a caixa	59
Figura 10: Campo do Big	59
Figura 11: Campo da Chico Mendes	60
Figura 12: Fernanda na Caixa d'água.....	60
Figura 13: O cachorro	61
Figura 14: Placa do geladinho	61
Figura 15: Menino da bicicleta.....	62
Figura 16 A Pipa	62
Figura 17: Encontro na garagem	63
Figura 18: Rua do Victor.....	72
Figura 19: Grafite da Escola.....	74
Figura 20: Rua da Isabelle.....	75
Figura 21: Parque da Chico Mendes	78
Figura 22: Ilustração do Parque da Chico Mendes.....	79
Figura 23: Ilustração do Parque do BIG.....	82
Figura 24: A Polícia na comunidade	83
Figura 25: Trajeto Chiquinho - Centro de Florianópolis até a Comunidade Chico Mendes	106
Figura 26: Itinerário do Chiquinho dentro da Comunidade Chico Mendes	107
Figura 27: As casas da Comunidade	109
Figura 28: A rua como extensão das casas	110
Figura 29: Recorte de Jornal: Operação Ordem e Progresso.....	122
Figura 30: Pipas.....	126
Figura 31: Recorte de Jornal: violência policial	130
Figura 32: Marcas da Religiosidade na Comunidade	131
Figura 33: Recorte do jornal da Igreja.....	137
Figura 34: Desenho da Maria Eduarda.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Horário de ônibus Chiquinho	103
Tabela 2: Horário de ônibus Circular Continente	103
Tabela 3: Projetos Assistenciais	148
Tabela 4: No bar do Paraíba	153
Tabela 5: Nos aparelhos musicais.....	153
Tabela 6: Nos carros	154
Tabela 7: Nas casas.....	154
Tabela 8: No parque da Chico Mendes	155
Tabela 9: Nas vozes das crianças.....	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento Populacional de Florianópolis.....	89
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pesquisas em Educação
ARESP	Associação de Reciclagem Esperança
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPROM	Centro de Apoio e Promoção do Imigrante
ECA	Estatuto da Criança e Adolescentes
FEBEM	Fundações Estaduais de Bem Estar ao Menor
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor
NEPEF	Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SCIELO	Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	27
CAMINHOS DA PESQUISA: PERCURSO DA MINHA	
TRAVESSIA.....	31
CAMPO DE PESQUISA: AS RUAS DA CHICO MENDES.....	41
CONHECENDO A CHICO MENDES - TEMPO DE	
“DIRETORA”	46
(RE) CONHECENDO A COMUNIDADE CHICO MENDES –	
TEMPO DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	52
A PEDOFILIZAÇÃO DO CORPO DA INFÂNCIA: TEMPO	
DE EXPERIÊNCIA EM PESQUISA – TCC	63
ANTES DAS RUAS, A CRECHE MATEUS DE BARROS:	
QUESTÕES ÉTICAS NO PERCURSO DA PESQUISA COM	
CRIANÇAS	65
E AGORA, AS RUAS! TRILHAS QUE SEGUEM NA	
PESQUISA	68
ENCONTROS COM AS CRIANÇAS: ENTRE AS RUAS DA	
CHICO.....	72
Na Rua do Victor.....	72
Na Rua da Isabelle.....	75
No parquinho das muitas crianças.....	77
E no parquinho do BIG... Outras crianças!	82
SENTADA À BEIRA DA RUA!.....	85
OCUPANDO A CIDADE: A BEIRA DA ESTRADA	87
E AGORA, A CHICO MENDES	94
HISTÓRIA DA COMUNIDADE CHICO MENDES:	
TRAÇADO VIVIDO.....	96
LEITURA DA BEIRA: O QUE AS CRIANÇAS ME	
ENSINAM.....	113
UM PEQUENO DESVIO ANTES DE SEGUIR: BREVE	
APROXIMAÇÃO COM A HISTÓRIA DOS DIREITOS DAS	
CRIANÇAS NO BRASIL	117
“Os Zome já estão por aí”: marcas da segurança sobre os	
corpos das crianças.....	122
Porque eu sou de Deus: a religiosidade sobre o corpo da	
infância	130

<i>Rezar, cantar, brincar, comer, ganhar roupas e cestinha: o corpo da infância nas vestes dos projetos assistenciais</i>	141
<i>Que é isso novinha...: as crianças no ritmo da musicalidade</i>	151
<i>Play: músicas que me acompanharam na beira da rua</i>	152
PEDOFILIZAÇÃO OU MODOS DE SER - CRIANÇA:	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	163
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICE 1 – Termo de assentimento para as crianças	187
APÊNDICE 2 – Termo de consentimento livre e informado	189

APRESENTAÇÃO

O texto desta dissertação percorreu as ruas da Comunidade Chico Mendes/Florianópolis/Brasil. Ruas que foram no percurso da pesquisa etnográfica *com* crianças apresentando os seus *modos de ser* nesse cotidiano. Constitui-se aqui um investimento em pesquisar crianças fora das instituições educativas por entender que a formação das mesmas, acontece também em espaços diversos, o que demanda de nós pesquisadoras e pesquisadores estar atentas (os) para a complexidade nas quais as mesmas estão imersas. A possibilidade de fazer pesquisa com crianças em contextos não institucionais ajudam-nos a perceber os cotidianos nos quais as crianças vivem suas vidas, para que possamos compreendê-las melhor e assim ampliar nosso foco de olhar em relação aos seus modos de ser. As ruas, lugar privilegiado das observações desta pesquisa, vem provocar um adensamento sobre as interações vividas pelas crianças participantes desta investigação, buscando contemplar as dimensões que circunscrevem os seus modos de visibilidade num diálogo interdisciplinar que permite pensar a ampliação dos estudos dos seus mundos sociais. O processo etnográfico vivido tencionou e alterou o que inicialmente se arremessou como conceito principal deste estudo, centrado sobre a pedofilização do corpo da infância, ampliando e redefinindo as questões que balizaram essa experiência junto com as crianças.

Intitulada **Modos de Ser-Criança no Cotidiano da Comunidade Chico Mendes: um estudo etnográfico**, a pesquisa teve como objetivo central descrever as práticas sociais vividas por crianças nas ruas da Comunidade Chico Mendes na cidade de Florianópolis/Santa Catarina/Brasil.

Pelas ruas fiquei a *flanar* (Rio, 2008) de modo que pudesse observar o aqui e ali das crianças. Na condição de *estrangeira* (KOHAN, 2007) vivi os encontros na *beira da rua* com as crianças sendo elas as principais interlocutoras das suas experiências de vida. Na condição de aprendiz de pesquisadora fui no calor do calçamento desalojando minha adultez para me colocar numa posição de escuta buscando as suas compreensões do mundo. Nessa condição teci essa etnografia numa escrita que tenta colocar em movimento os fluxos de intensidade das crianças. Fluxos que escorregam por *linhas de fuga* e alojam-se em vazios de potencialidades colocando-se como novo começo (LARROSA, 1998).

Na fluidez deste texto etnográfico, composto das escrituras do meu caderno de campo, descrevi as experiências dos encontros com as crianças de modo que o conjunto de textos que agora se adornam, dizem do meu *flanar* que se fez no caminhar da minha *travessia*. Travessia que se inicia com minha existência no mundo e estende-se a este momento presente. Dessa forma esta escrita ensaística traz na sua composição a experiência do que me marcou e ficou no percurso.

Assim sendo, a dissertação conta os **caminhos da pesquisa** que se trama inicialmente sobre os meus modos de ser, sobre minha trajetória como mulher-professora-pesquisadora que se entrelaça com o tema da pesquisa. Narrativas que se colocam sobre o meu próprio corpo que se encontra com a Comunidade Chico Mendes, inicialmente, através da minha travessia profissional e segue pela travessia acadêmica dizendo dos tempos que por lá vivi até chegar no tempo desta pesquisa de mestrado. Faço desta escrita etnográfica uma *pausa* para refletir sobre a experiência vivida e tentar compreender as questões que tangenciam este trabalho que desdobram sobre minha subjetividade os efeitos que dela decorrem.

Na relação com o traçado vivido, compõe-se também a metodologia da pesquisa que se coloca por caminhos investigativos e ecoa as vozes das crianças. Pesquisa etnográfica com crianças foi a metodologia escolhida para descrever os seus modos de ser na Comunidade Chico Mendes, sendo elas as principais interlocutoras desse processo e que reconhece toda a sua inteligibilidade de dizer sobre a sua própria vida. Etnografia “longitudinal” que nasce dos tempos vividos por mim nesse cotidiano como diretora (2003-2004), como estagiária na Educação Infantil do curso de Pedagogia (2012), como pesquisadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia (2014) e como professora de Educação Física nas creches da comunidade (2005-2016). Na trama dessa tessitura, o texto alinhava a discussão em torno das pesquisas com crianças, das questões éticas que circunscreve os sujeitos-crianças deste estudo.

Nesse alinhavo, digo do percurso que percorri, dos lugares em que me encontrei com as crianças e apresento os seus cotidianos presentes. No campo de pesquisa senti o estar-junto-com (MAFFESOLI, 1998), sobretudo em quatro espaços, que nesta pesquisa, colocaram-se como possibilidade do olhar próximo. Sem apagar os demais espaços percorridos, a Rua da Isabelle, a Rua do Victor, o Parque da Chico Mendes e o Parque do Big compuseram-se como privilegiados de escuta das crianças a partir das interações por elas vividas e por aquilo que para elas é oferecido.

Sentada a Beira da Rua deixei-me levar e encontrar com as linhas dos tempos que compõe a comunidade Chico Mendes. Por essas linhas deparei-me com a história de lutas daqueles que primeiro habitaram esse lugar. Na imersão do campo busquei conhecer como era essa comunidade antes do asfalto chegar, na tentativa de compreender a complexidade que se coloca sobre o seu presente e assim atualizar o olhar para as formas de emergência das infâncias desse contexto.

Na atualização do olhar sobre esse território, o texto descreve a **leitura da beira**, que conta sobre os *modos de ser* das crianças, narrados por elas próprias, que se colocam na perspectiva de um *dever ser*, sendo que as ações assentadas sobre os seus corpos tendem a buscar o seu *governo* e a sua educabilidade a partir de *dispositivos pedagógicos* que se anunciam como forma de “proteção” e “cuidado”. A partir do que as crianças contaram, os *dispositivos pedagógicos da polícia, religiosidade, projetos assistenciais e a musicalidade* recebem relevo nas suas ações e na relação com os seus pares. Esses disparadores de aprendizagem colocam-se como possibilidade de formação e de conformação dos seus modos de organização da vida.

Na finalização dessa composição textual entrelaço algumas considerações em torno do conceito da **pedofilização e dos modos de ser criança**. Numa condição de ensaio, diante do que no percurso etnográfico foi experienciado, algumas reflexões são tecidas em torno da aproximação dos *dispositivos pedagógicos* que atravessam os *modos de ser* das crianças dessa comunidade com a pedofilização dos seus corpos numa tentativa de captura com vistas à contenção de riscos.

No sobrevoo do vivido nesta etnografia, a pedofilização e o governo são engendrados nos corpos das crianças desta pesquisa a partir das práticas sociais que se desenham sob a captura da normatização das suas condutas. As linhas de força que se puseram aparente colocam-se a serviço da produção de um corpo que, desde cedo, precisa ser rentável para que possa ser consumido. Seja pelas vestes, igreja, polícia, instituições ou música, a intervenção põe-se na direção do emolduramento dos seus modos de ser para que se possam impedir as *linhas de fuga*.

O lugar a elas destinado é interrogado pelas crianças por não respeitar as suas singularidades e nos convida a experimentar o *dever* da sua existência do seu *crianças* (DORNELLES, 2010). No inacabamento desta dissertação fica o convite ao (de) saber numa condição de aprendizagem sobre as múltiplidades que se colocam as infâncias na contemporaneidade.

CAMINHOS DA PESQUISA: PERCURSO DA MINHA TRAVESSIA

A dissertação que agora se trama têm seu nascedouro em tempos, espaços e itinerários percorridos durante a minha história, a minha geografia. Corpo que foi, aos poucos, singularizando a minha existência, guardando os registros vividos para que eu possa neste momento visitá-los e assim tecer interpretações do passado numa tentativa de ampliação, de compreensão do presente (SOARES e FRAGA, 2003) nas questões que tangenciam a pesquisa. Sob a pele marcada pelas linhas dos tempos, dos espaços, das incompletudes, do não saber, da sabedoria, dos encontros, dos desencontros..., paira em mim o sujeito da experiência que se diz pela possibilidade de colocar-se como um “território de passagem” (LARROSA, 2015) dos acontecimentos da minha *travessia*¹, sendo ela, a *travessia*², a “diferença entre o tempo que passa e o que passa no tempo” (SKLIAR, 2014, p.26).

Esse início de escrita põe-se como uma *pausa* para que eu possa aqui dar intensidade ao tempo vivido, garantindo a duração da continuidade da trajetória que me revela (SKLIAR, 2014). Assim, levo as palavras para viajar, encontrar caminhos por mim percorridos e que anunciam minha *travessia* marcada por um corpo mulher-professora-pesquisadora da experiência vivida. Experiência daquilo que me tocou, marcou e ficou atribuído a ela, o saber que em mim está entranhado (LARROSA, 2015).

Essa *travessia* faz-se de continuidades e rupturas dos trajetos que projetaram o mapa da minha caminhada até aqui. Para atravessar foi preciso caminhar de forma bisbilhoteira, ziguezagueando de um lado para outro, sentindo os cheiros, os sabores, os perfumes, os odores que a vida lança. Assim, esta dissertação é composta dos lugares e não lugares, dos tempos por onde andei e ando. São esses os “achadouros” (BARROS, 2010) que se colocam no esteio da minha autoria textual. É esse corpo que se coloca como “documento vivo” (SOARES e FRAGA, 2003 p.77) e se trama no meu próprio caminhar que dará sentido à escritura da pesquisa, que fala de infâncias, crianças, rua, corpo. Refiro-

¹ Carlos Scliar, 2014.

² As palavras em itálico, neste texto dissertativo, têm como objetivo dar destaque diante do que está sendo escrito, assim como também destacar as falas dos sujeitos dessa pesquisa.

me ao corpo como corpo-cosmos, transbordando o conjunto de sistemas que o compõem biologicamente, sendo ele também,

a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribui (GOELLNER, 2013, p.31).

É esse *documento vivo* que carrega as tramas históricas, sociais, econômicas, políticas por mim vividas nos diversos contextos por onde passei. É nele que estão impregnadas as marcas da ditadura militar no Brasil, período em que nasci. É essa forma de governo que conduziu minha condição de criança. As políticas voltadas para a infância desse período pautavam-se no Código de Menores (1927, 1979) e na Política do Bem-Estar do Menor (1964)³. Ambas voltadas para a infância tinham como ponto principal o controle social das crianças e adolescentes pobres do país, assim como, especificamente na política do Bem-Estar do Menor, o assistencialismo.

Minha origem pobre lançou-me para a trama da assistência. A sobra de outros muitas vezes foi o que subsidiou a minha existência e a da minha família. Filha de pais trabalhadores com salários miseráveis⁴, a condição de sustentar dignamente uma casa com oito pessoas era impossível, então, a solução era a ajuda do próximo. Durante muito tempo acreditei que se tratava de uma condição natural de existência e assim aqueles que nos ajudavam tinham minha gratidão e subordinação. Essa condição produziu saberes e poderes que por muito tempo foi o viés do meu viver, impondo marcas sobre o meu corpo. (DORNELLES, 2008)

Coloco-me a pensar na relação de penhor do meu próprio corpo e de minha família. Não eram nossos casacos penhorados como no livro “O casaco de Marx”, mas nossos corpos na relação com o trabalho que

³ A política de Bem-Estar do Menor foi criada no período do Regime Militar, em 10 de dezembro de 1964 através da lei 4.513.

⁴ Miserável aqui compreendido como aquele e aquela que vive em extrema pobreza, carente de recursos financeiros, ocasionado pela má distribuição de renda.

se penhoravam na venda da nossa força de trabalho. Os casacos que cobriam nossos corpos eram em grande medida doações, objetos de relação de poder daqueles e daquelas que cobravam a materialização do nosso trabalho. Eram esses casacos que também diziam dos lugares a serem por nós ocupados. (STALLYBRASS, 2008)

As encruzilhadas do meu tempo de criança localizam os atravessamentos no meu modo de ser. Tempos marcados ora pela intensidade, ora pela cronologia. Na rua vivi os momentos mais felizes da minha infância, lembro-me dela com a beleza da escrita poética de João do Rio (2008) que narra suas histórias embriagado pelas experiências vividas nas ruas do Rio de Janeiro. Foi na rua que brinquei até o anoitecer, tive minhas marcas tatuadas na pele, sorri, chorei, tive afectos. A palavra afectos com a letra *ç* sinaliza que ao mesmo tempo em que deixei me afetar, afetei também o *Outro* desencadeando uma relação de alterização que possibilita ser *Outro* a partir das experiências que vivi (SOUSA, MIGUEL, LIMA, 2010). Nessa perspectiva, o afecto traduz todas as formas de afecção, sendo elas consideradas boas ou ruins, o que vai definir é a intensidade da presença do *Outro* na vida de cada um.

Embriagada pelo saudosismo do brincar na rua recordo-me que ao cair o entardecer, após uma longa e dura jornada de trabalho, minha mãe sentava na frente de casa com as vizinhas para conversar. O *Whatsapp*⁵ das ruas acontecia olho no olho, sentadas até o cansaço bater. Minhas irmãs eram as companheiras de brincadeiras. Junto aos vizinhos que se chegavam, ficávamos a brincar até a hora de nossa mãe chamar. Não era a hora do relógio que media o seu chamado e sim, o tempo de dizer que chegou a hora de dormir.

A rua não era perigosa como hoje discursivamente se coloca. Ela era um arcabouço de possibilidades, de descobertas, de vivências e experiências. Ao mesmo tempo, o espaço da rua colocava-se também como fronteiroço de dois mundos. Ela está embebida socialmente e aí se situa como invenção social (DA MATTA, 1997) que legitima possibilidades de habitalidade diferente de uns para outros. Centro ou periferia⁶? Quem mora lá e quem mora cá? Assim, minha Rua Manoel

⁵ **Whatsapp** é um **software** para **smartphones** e **iphones** utilizado para troca de mensagens de texto através da internet.

⁶ Faço a referência de periferia neste momento para colocar em evidência os espaços demarcados socialmente para as classes populares, marginalizando os modos de ser das pessoas oriundas desse lugar e valorizando o centro como padrão de um bem viver.

Pereira, apresentava as duas possibilidades. A praça, parte de cima da rua, era marcada como espaço central e com ele as pessoas que por ali faziam e fazem moradia são aquelas oriundas das camadas mais abastardas da cidade de Armazém⁷. Já a parte de baixo, onde se localizava minha casa, era habitada por pessoas de classes populares e poder aquisitivo baixo. Para Foucault (2002) a fixação espacial expõe uma história de poderes onde, desde as estratégias geopolíticas até os modos de habitat são circunscritos nessas relações. A delimitação e a marcação do espaço dentro do espaço colocam-se como controle e *dispositivo de segurança* numa posição de prospecção onde o “olho do poder” (FOUCAULT, 2002, p. 115) põe-se sobre a vigilância do outro e este sobre si próprio.

A rua também se coloca como *espaço ambíguo* (DA MATTA, 1997) diante dos diferentes tempos por mim vividos. Durante a noite, nos momentos de brincadeira o tempo vivido na rua põe-se na vivacidade das experiências, na relação afectiva com meus amigos em frente a minha casa. Era o tempo da intensidade, do acontecimento, o tempo *Aion* (KOHAN, 2007). Durante o dia, o tempo colocava-se pela marcação do relógio que me impunha o ritmo ditado pelo trabalho. Trabalho que pela minha condição de pobreza teve seu início precocemente. Aos 8 anos era babá e dali em diante em muitas casas passei para limpar. Aprendi a ver as horas com as obrigações trabalhistas que me acompanharam desde cedo. Os ponteiros do relógio também controlaram a minha infância. Não tinha tempo a perder e pelas circunstâncias que me cercavam, aprendi que tempo é dinheiro, sendo ele “notavelmente disciplinado e universalizado pelo patrão (que o compra) e pelo operário (que o vende)” (DA MATTA, 1997, p. 33).

Calcada numa concepção de infância projetada para o futuro, os procedimentos de “conservação das crianças” (DONZELOT, 1980, p.17) também recaíam sobre a higienização do corpo da *criança pobre*. Criança que emerge como negatividade da concepção do pequeno-burguês e evoca características arraigadas na deficiência, periculosidade, desvios morais, patologia social, risco e delinquência (GADELHA,

⁷ A cidade de Armazém está localizada ao sul de Santa Catarina e é originária de um pequeno povoado que em 1870 chamava-se Capivari. O nome Armazém surge em função de uma casa de comércio que além de mercadorias, servia também de pernoite para aqueles que desciam a serra para comercializar os seus produtos. A cidade teve sua emancipação política em 1859. Atualmente a cidade é composta de 7730 habitantes. Fonte: <http://www.armazem.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/53118>. Acesso: 18/12/2015.

2015). Recordo-me do Projeto Rondon⁸ que quando visitava minha cidade instalava-se no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ali fazia o atendimento médico e odontológico da população pobre. Além do atendimento feito às pessoas, sobretudo pelos dentistas, havia também orientações de higiene para os adultos-mulheres em sua maioria. Essa parceria remonta o tempo do século XIII, onde a relação estado-família, pela via do empoderamento da mulher dentro dos lares coloca-se como uma forma de neutralizar os efeitos que possam desperdiçar forças vivas em função dos imperativos econômicos (DONZELOT, 1980), traçando assim formas de governo de conduta sobre a infância pobre.

Nessa configuração, o Estado através do trabalho voluntário/filantropico, centrado na caridade e não no direito, isenta-se da sua responsabilidade fazendo com que a sociedade civil assuma parte das necessidades médicas das classes pobres do país tendo assim o que Donzelot (1980, p.19) chama de “economia social”. Para o autor, a filantropia começa a fazer parte da vida das famílias no século XVIII como uma forma de gerenciar a vida dos pobres diminuindo o custo social e obtendo um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos.

Minha imagem projetada para a escola que frequentei, em função dessa configuração a qual vivi experienciando a pobreza, representava para o imaginário social *riscos* (BUJES, 2010) e por isso precisava ser *silenciada, disciplinada e docilizada*. Lembro-me que existia na escola dois cadernos, um chamado *Livro Negro*⁹ que registrava as atitudes fora dos padrões de normalidade e outro chamado *Livro Ouro*, que tinha como propósito registrar os alunos e alunas com notas que beiravam à perfeição escolar. Eu só conseguia assinar o *livro negro*. Meu corpo com desejos de transbordar o lugar enquadrado para mim traçava *linhas de fuga* (DELEUZE e GUATARRI, 1996) que me levaram inúmeras vezes para a secretaria da escola para assinar o temido *livro negro*, como uma forma de regulação do meu corpo.

O livro negro tem sua origem nos catálogos de registros escritos em 1702 por João Batista de La Salle e no Brasil, tornou-se uma

⁸ O Projeto Rondon foi criado pelo governo sob o regime militar em 1967 e estabelece suas regiões prioritárias de atuação aquelas com maiores índices de pobreza e exclusão social, bem como áreas isoladas do território nacional que necessitem de maior aporte de bens e serviços. Fonte: <http://projektorondon.pagina-oficial.com/porta1/index/pagina/id/9752/area/C/module/default>. Acesso: 22/11/2015.

⁹ Expressão nomeadamente marcada pelo racismo

estratégia de governo de estudantes a partir da década de 1970 do século XX, coadunando com o período militar vivido em nosso país. Apresentando uma linguagem policial em uma lógica judiciária, atribuindo a esse um caráter de boletim de ocorrências (Pesoventol *et al*, 2012), o livro da indisciplina ligado à cor preta carrega em sua capa o mesmo preconceito sentido na pele pelas pessoas negras. Numa representação social enfatiza a cor preta como sendo uma mancha moral que se coloca a partir das condutas desviantes do padrão de normalidade. O que fica aqui associado e reforçado é o racismo presente na educação em relação aos negros.

Juntamente com outros instrumentos de disciplina vivenciados, o *livro negro* pode aqui ser pensado por aquilo que Soares e Fraga (2003, p.80) chamam de “pedagogia dos corpos retos”, discursos emergentes sobre o corpo humano no final do século XVIII e início do século XIX. Segundo as autoras tratava-se de “um conjunto de procedimentos destinados a ajustar/endereitar físicos desengonçados e espíritos desconformes aos princípios de retidão do porte e a rigidez do caráter” (SOARES e FRAGA, 2003, p. 80). A pedagogia dos corpos retos aos poucos foi ajustando meu comportamento e conformando o corpo que na concepção científica moderna estava desconformado.

Com a ajuda dos saberes produzidos pelas Ciências Humanas a partir do século XIX, o corpo passa a ser educado e conseqüentemente parece ter sua morte decretada. As ações produzidas sobre ele tendem a regularizar os comportamentos e assim impedir a visibilidade de outros corpos. A emergência da educabilidade do corpo da criança passa a capturar a heterogeneidade e enquadrá-lo à ordem estabelecida (DORNELLES, 2008). Dessa forma fui interditada, capturada no meu modo de ser. Meu corpo precisava ser educado para viver com civilidade. Mas, por que nunca assinei o Livro Ouro? Faria eu parte das *aberrações humanas* (SOARES e FRAGA, 2003) incapaz da minha própria existência?

O significado maior da escola, para mim, estava nas aulas de Educação Física. A quadra de esportes era o meu espaço favorito. Nela vislumbrava a possibilidade de tornar-me jogadora de vôlei. Meus ensaios nessa direção não foram suficientes para realizar tamanha façanha. Minha altura de 1,58m não cumpriu as exigências do corpo performático de uma atleta, produzido por discursos da ciência que classifica e analisa o corpo no seu detalhe, legitimando “uma educação do corpo que visa torná-lo útil e produtivo” (GOELLNER, 2013, p. 36).

Nesse cenário os corpos, assim como o meu, não eram a norma desejada. O projeto tecnicista que alicerçava a Educação Física na

escola naquele momento histórico desqualificava os corpos que não se enquadravam nos padrões de *eficiência, competência, desempenho, perfeição*; requisitos para a prática do esporte competitivo. Destaca-se nesse processo a formação do corpo com vistas à instrumentalização técnica, a domesticação, a racionalidade, a objetividade; princípios instaurados durante o regime militar cujo objetivo central era o de modelar as identidades para atender as demandas de uma sociedade industrial e tecnológica. A escola passa a ser um lugar privilegiado na educação dos corpos com vistas a “produção de corpos capazes de expressar e exibir os signos, as normas e as marcas corporais da sociedade industrial evidenciando, inclusive, as distinções de classe” (GOELLNER, 2013, p. 39).

Apesar de todo esse processo de sujeitamento, que aprisionou minha subjetividade tornando-me controlada e dependente de Outros (FOUCAULT, 1995), foi através dos bancos escolares que consegui expandir as linhas do meu mapa da vida. Um caminho difícil que se iniciou com o curso de magistério em Educação Física na cidade de Tubarão-SC. Começava ali a ensaiar-me professora de Educação Física. Dois anos de um processo intenso de formação, porém, sentia que era pouco e que poderia mais. O currículo desse curso ainda apresentava as dobras que sustentaram as aulas de Educação Física vividas por mim na escola. Novas linhas eu precisava romper para viver outras experiências. Na busca pela complementariedade acadêmica, em 1991 consegui através do vestibular, ingressar no Curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. Até hoje me pergunto como consegui transpor as provas que se mostravam tão excludentes para aqueles que têm suas origens em camadas empobrecidas¹⁰. Não sei!

O que sei é que em terra de “manés”¹¹ aprendi outras coisas. A universidade foi um divisor de águas na minha vida. Outras linhas, outras possibilidades marcando novos territórios que chegam e são por mim habitados. Aqui aprende outras formas existentes desse campo

¹⁰As formas de acesso à universidade naquele momento eram outras, dava-se apenas via vestibular e favorecia os sujeitos de classe alta que tinham a oportunidade de estudar em escolas particulares ou cursos pré-vestibulares. Desde o ano 2004, as políticas de ingresso através das cotas tentam democratizar o ensino universitário no Brasil.

¹¹Manezinho é o termo usado para identificar os nascidos em Florianópolis. Expressão que não possui um tom pejorativo já que a mesma revela o pertencimento social dos nativos e traduz-se nos dias de hoje como motivo de orgulho.

disciplinar. O corpo não precisa ter uma única forma, logo as aulas de Educação Física não poderiam ser um espaço de caça talentos, de performance, precisavam ser um espaço de se-movimentar. Com a abertura política no Brasil, a disciplina de Educação Física passou por uma “crise” e desencadeou a partir da década de 90 do século XX novos discursos em torno de sua área de estudos. Entre eles, o esporte trabalhado na escola passa a ser questionado/denunciado como mera instrumentalização. A partir daí nasceu um movimento teórico progressista preocupado em redimensionar o sentido educacional da Educação Física.

Esse movimento me fez abandonar as roupas de atleta para vestir as roupas de professora. Aos poucos fui *desterritorializando* conceitos e *territorializando* outros que compõem um novo jeito de me pôr no mundo. Corpo e mente, passam a compor *UM*, interligados, produzindo em mim uma descontinuidade do conceito de corpo até então sustentado pela hegemonia da teoria cartesiana de Descartes. Essa perspectiva teórica avalizou meus trabalhos de monografia de graduação e especialização. Ambos tinham como temática o esporte da escola a partir do viés da não espetacularização, assim como uma crítica ao esporte precoce de rendimento. Nesse período, participei também do Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física (NEPEF) que objetivava estudar as questões relacionadas com a prática da Educação Física na escola sob uma perspectiva crítica de educação. A participação nesse espaço foi de extrema importância para que eu pudesse alavancar percepções em torno da minha área de atuação.

Apesar do importante movimento vivido em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes nas décadas de 80 e 90 do século XX, desencadeando a partir daí documentos importantes como a Constituição Federal do Brasil de 1988, a Convenção dos Direitos das Crianças em 1989 e o Estatuto da Criança e Adolescente em 1990 que garantiam um novo paradigma para a condição da infância, o curso de Educação Física por mim frequentado não incluiu na sua base curricular essas discussões. Ao tratar do tema da infância nas disciplinas que compunham o currículo, a base teórica voltava-se para a psicologia desenvolvimentista numa perspectiva onde as crianças eram “abundantemente (excessivamente?) escrutinadas, analisadas, classificadas como seres biopsicológicos, mas ignoradas como atores sociais, portadores e produtores de cultura” (SARMENTO e GOUVEA, 2008, p.7). Tais estudos interessavam-se em individualizar ao máximo para analisá-las criando um sistema de homogeneização de ser criança

produzindo verdades a seu respeito, impedindo os modos próprios de ser criança (CORAZZA, 1999).

Ingressei em 1994 na Prefeitura Municipal de Florianópolis onde até hoje exerço a função de professora de Educação Física. Inicialmente a escolha, por sentir-me mais segura em função da trajetória acadêmica em curso, deu-se pelo Ensino Fundamental. Minhas preferências para trabalhar sempre foram em contextos populares, onde estão minhas raízes. Apesar das linhas já estarem um tanto enroladas pelos processos vividos, a ponta desse processo nasce nesse contexto. Contexto marcado pela intensidade das relações, por trabalhadores, pelo descaso do poder público, pela violência, pela acolhida, pela pobreza, pelas crianças que vivem as infâncias nas ruas... Paradoxos que marcam a diversidade de estar no mundo.

Como professora, ensaiei a ocupação de outros lugares. No ano de 2003 recebi o convite para ser diretora da Creche Chico Mendes na comunidade Novo Horizonte, região continental de Florianópolis, onde permaneci no cargo até o ano de 2004. Desafio profissional maior vivido até aquele momento. Entrar no contexto de creches fez-me mover novamente. Precisava entender as infâncias que ali se colocavam. A formação continuada oferecida pela prefeitura não dava conta das minhas inquietações. Precisei novamente frequentar os bancos escolares e em 2009 ingressei no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Nesse percurso tive a oportunidade de ingressar no Grupo de Pesquisa Vida e Cuidado-NUVIC/CED/UFSC que reúne pesquisadores dedicados a pensar sobre as violências, quando então me aproximei de autores como Leni Dornelles, Jane Felipe, Guacira Lopes, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jorge Larrosa, Walter Kohan, Manuela Ferreira, Manuel Sarmiento, entre outros, que incidem sobre as inquietações em torno do meu olhar acerca das infâncias da comunidade Chico Mendes e que alicerçam também as questões de pesquisa nesta dissertação de mestrado.

Esse itinerário oportunizou viver os cinco anos do curso de Pedagogia de forma a olhar com mais proximidade para as meninas e meninos que brincavam comigo nas aulas de Educação Física nas creches da Comunidade Chico Mendes. Crianças que, dia a dia, sinalizam suas marcas corporais mediadas pelo mercado que dita as formas de ser na contemporaneidade. Corpos recusados no interior da creche que se coloca como uma extensão de rede de cuidados com a infância numa perspectiva de negação das infâncias heterogêneas. Essas percepções em torno do corpo da infância provocam-me a tentar

compreender esse processo de *pedofilização* que está circunscrito pelo consumo e erotização (FELIPE, 2006) e que se projeta por meio dos artefatos culturais que chegam para as crianças. Esse foco constituiu meu trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia no ano de 2014.

Assim, em 2014, tornei-me pedagoga. Ainda contaminada pelo vírus da curiosidade, da inquietação, candidatei-me ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e tornei-me mestranda dessa instituição. A temática que me move está inicialmente alicerçada ao viés da *pedofilização* do corpo da infância, procurando aprofundar questões em torno da sexualidade, erotização e consumo dos seus corpos. Porém, o percurso vivido por esta pesquisa etnográfica com crianças desarranjou as pretensões iniciais, complexificando o conceito de *pedofilização* que se assenta sobre outro *plano de imanência* (Deleuze e GUATARRI, 2010) que reaprende com o vivido e desloca seu sentido inicial para zonas de vizinhanças que emergem, a partir da universalização da imagem da infância, o interesse pela captura, controle e governo dos mesmos.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo ***descrever as práticas sociais vividas por crianças nas ruas da Comunidade Chico Mendes na cidade de Florianópolis/Santa Catarina/Brasil***. É na efervescência das ruas, que por meio de uma pesquisa etnográfica *com* crianças, tenho me dedicado a pensar as infâncias e o cotidiano de suas vidas, trazendo para o debate as seguintes questões de investigação:

- Como as crianças na Comunidade Chico Mendes, na relação com os seus pares, experimentam e atribuem sentido ao que lhes é endereçado?
- Os modos de ser das crianças nessa comunidade podem ser pensados a partir de práticas de Pedofilização do corpo?
- Quais linhas de força se desenham sobre os corpos das crianças dessa comunidade?

Fazer pesquisa com crianças é um desafio e torna-se imprescindível entendê-las como sujeitos que pensam e falam por si, sem negligenciar a sua presença nos contextos sociais aos quais estão inseridas. Sobre tudo em contextos não institucionalizados, como é o caso da rua, campo desta pesquisa, torna-se fundamental atentar para três questões importantes sinalizadas por Lima (2015, p.101-102):

Olhar de perto e de dentro... para encontrar-se com as nuances que compõem o lugar, as relações, os modo de em que nossos sujeitos dispõem da vida.... ***O estar-com: compor***

um olhar sensível que escuta os sons, as vozes... a experiência de *estar com*, pressupõe abandonarmos algumas roupas para então, conhecermos e ampliarmos a compreensão acerca das crianças, das suas vozes, dos seus espaços, das suas temporalidades. *Assumir a escrita como elemento político na pesquisa...*um trabalho etnográfico pressupõe ingressar em uma escrita onde a palavra é sempre dimensionada pela experiência do que fazemos, daquilo que nos afetou, a experiência daquilo que nos passa...

Por fim, esse é o desafio que me coloco: ser pesquisadora. Pesquisadora das ruas, das infâncias, de crianças. Pesquisa que me desafia a trilhar novos caminhos, novas rotas com o intuito de descobrir outras verdades. Verdade compreendida como um conjunto de regras “segundo as quais se distingue o verdadeiro e o falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2002, p.11). As verdades são assim como o conhecimento, provisórias, nômades, que mudam na busca de outras verdades, de outros conhecimentos. Assim nunca temos verdade, temos inquietações que nos provocam e multiplicam os sentidos em relação ao já conhecido. Tenho assim meu maior desafio. Olhar sem julgar, sem enquadrar, sem normatizar todas as diferenças que percorrem as Ruas da Comunidade Chico Mendes.

CAMPO DE PESQUISA: AS RUAS DA CHICO MENDES

É na relação com minha experiência que se tece também a metodologia desta pesquisa. Imbricada pelos sentidos que o caminho me acendeu é que construí a metodologia desta investigação. Caminhos investigativos a partir de um campo de abertura daquilo que vi e ouvi das crianças e sobre as crianças nas ruas da Comunidade Chico Mendes¹². Caminhos que se desdobraram na investidura sobre mim pesquisadora na produção deste texto como “a arte de si mesma” (FISCHER, 2005, p.125), trazendo nas palavras a “herança” (DERRIDA *apud* FISCHER, 2005, p. 122) da multiplicidade de vozes que povoam a forma de narrar esta pesquisa, encharcada pela minha ontologia histórica como herdeira de discursos que me fizeram emergir como sujeito, assim

¹²Comunidade Chico Mendes é o nome usado para dizer da Região Chico Mendes que compreende 3 comunidades: Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória.

como daquilo e somente daquilo, que me tocou e ficou na experiência desta investigação.

Em aporia, segui minha travessia na escolha por uma pesquisa etnográfica com crianças. Etnografia que não abandona e nem nega a tradição da antropologia de conhecer as realidades sociais a partir da cultura enquanto rede de significados elaborados pelos próprios sujeitos e as relações desses no mundo numa perspectiva de superação da postura etnocêntrica, mas que provoca um deslocamento abrindo possibilidades outras de construção a partir de uma posição reflexiva onde as crianças – dessa pesquisa – serão pensadas não como “uma entidade prévia ao discurso”... mas “como o próprio efeito da discursividade” (KLEIN e DAMICO, 2014, p. 69). Como acolho o que dizem? Como me permito aos constrangimentos no percurso da pesquisa? Como permito o (des)saber em mim? Como me deixo habitar pelo Outro-Criança? Como gesto as estranhezas e familiaridades?

Nesse sentido, a etnografia requer um olhar caleidoscópico, que não isola o Outro, mas o coloca em contexto, procurando ressaltar não só a alteridade, mas também as similitudes (FERREIRA e LIMA, 2015) promovendo comunicação e interação. “Ao cruzar os dados, comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em que todo valor, emoção ou atitude está inscrita” (FONSECA, 1998, p. 64).

A etnografia coloca-se pela possibilidade de enquanto pesquisadora ir-me despindo e na relação com as crianças ir novamente vestindo-me sob outras vestes. Vestes costuradas pelas linhas feiticeiras que revelam a magia do conhecimento das crianças de *carne e osso*. (FONSECA, 1998).

Encontro Isabelle com sua irmã em frente à sua casa. Fico ali conversando um pouco com elas. Enquanto conversávamos, Maria Eduarda pergunta:

- Tu tem marido? (Maria Eduarda)
- Sim, respondo. (pesquisadora)
- Quantos tu já teve? (Maria Eduarda)
- Só um. (pesquisadora)

A menina admirada me fala:

- Meu Deus, só um? Quanto tempo tu tá casada? (Maria Eduarda)
 - Faz tempo, 20 anos. (pesquisadora)
- Ela ri muito e continua a me perguntar:
- Tu não enjoa, não? (Maria Eduarda)

Sem responder à menina, começo a rir. Parece que estou ultrapassada no quesito casamento. Como consigo ficar tanto tempo ao lado de uma mesma pessoa? O conceito de casamento é também atualizado pela criança. Os casamentos não se dão da mesma forma, nem no mesmo tempo e nem na mesma intensidade (Caderno de Campo, 19 de Julho de 2015).

Com as crianças é que ampliei os significados das palavras e busco entender minha própria relação com o mundo. Ouví-las significou assumir que as suas formas de comunicação são legítimas e dizem das suas percepções em torno da vida, constituindo a escuta como um plano epistemológico (FERREIRA, 2010). Plano esse que marca o caminho percorrido pelos sujeitos desta pesquisa (pesquisadora e pesquisados) que se conectam pelo saber da experiência, sendo esse a “relação entre conhecimento e a vida humana” (LARROSA, 2015 p.30).

Dessa forma, a etnografia trama-se nas texturas das infâncias sucumbindo à posição adultocêntrica que tende a dizer por elas, buscando as suas compreensões do mundo. A aproximação das culturas infantis nessa pesquisa coloca-me enquanto pesquisadora em posição de gerúndio da minha adultez (FERREIRA e LIMA, 2015) profanando meu acabamento enquanto sujeito, requerendo na experiência a habitualidade do Outro em mim, não permitindo ser minha escrita o reflexo da minha própria imagem.

Ao ouvir as crianças na Chico Mendes permito-me compreender como as mesmas produzem sentidos para as coisas a elas endereçadas, como reelaboram a cultura adulta na qual estão mergulhadas e assim tento traduzir os fragmentos que compõem a sua inteligibilidade. Nessa perspectiva elas mesmas produzem os dados desta pesquisa, que fala dos seus *modos de ser*, da sua existência na Comunidade Chico Mendes, sendo os seus olhos, suas vozes, os condutores da minha interpretação sobre os modos que vivem o mundo. Mundo interpelado pela linguagem que se produz pelos seus discursos o sentido das coisas, construindo o seu próprio pensamento (KLEIN e DAMICO, 2014).

Para que isso seja possível, pergunto e teço-me no acontecimento da pesquisa, com as novidades que nascem, com as incertezas que reverberam, com a vontade de experimentar para que possa inventar outras práticas, outros modos de ver. Nessa relação, entreguei-me também à experiência da infância. Sentada à beira das calçadas junto a elas, deixei-me levar por suas brincadeiras. Pulei corda, joguei bola, andei de bicicleta, deixei-me girar e revirar para conseguir me enxergar

e assim, sair do lugar de expectadora. Minha subjetividade abriu a possibilidade de narrar essa investigação centrada no processo de reflexão do meu relacionamento com as crianças, realçando os sentimentos, constrangimentos¹³, “estranhos sabores” (FERREIRA, 2004, p. 40) que desses encontros decorrem e que “[...] permitem elucidar os processos de reflexividade inerentes que instituem um nexo entre o mundo adulto e o mundo infantil..” (FERREIRA, 2004, p. 41).

Meu modo de pesquisar deu-se por várias maneiras. Como numa dança, permiti-me ir de um lado para outro provocando encontros inusitados que intensificaram olhares, despertando em mim sentimentos adormecidos nesse contexto. Senti medo. Medo que me acompanhou em grande parte nas idas ao campo, suscitado pelo Outro que me observava. Medo provocado pelos estranhamentos com aquilo que já era familiar e com a familiaridade com o que era estranho. Medo com o deslocamento do meu próprio modo de pensar. Medo do que na próxima rua poderia encontrar.

Na porta do ginásio, alguns adolescentes-meninos do “corre¹⁴” se encontravam. Seus olhos me miravam e isso incomodava profundamente. Senti medo. Um deles começou a passar na minha frente e me olhar. Discretamente eu acompanhava o seu movimento. Assim ele fez quatro vezes. Enquanto isso algumas meninas ainda permaneciam comigo, isso me deixava um pouco mais tranquila, elas serviam como uma blindagem. De repente chega perto outra adolescente (um pouco mais velha, 15 anos mais ou menos) e com o olhar me interroga. Observa-me por alguns instantes e pergunta:

– Tu é da polícia?

Essa pergunta faz meu coração disparar. Para mim, essa pergunta representava uma indicação de que haviam mandado me investigar. Essa pergunta parecia crucial para minha permanência no campo. Rapidamente respondi:

– Não, eu sou professora.

(Caderno de Campo 12 de julho de 2015)

A posição de pesquisadora despiu-me e essa nudez colocou-me em uma posição de igualdade. Igual no sentido de que a suposta

¹³ Constrangimentos para Manuela Ferreira são as situações inusitadas que desafiam a/o pesquisador (a) e que leva a refletir sobre a sua postura diante da pesquisa.

¹⁴ A expressão *corre* diz respeito aos meninos que fazem a venda de drogas.

autoridade que me constituía nos dias de semana, não era a mesma de um domingo à tarde, como alguém que observa a intimidade das suas ruas. Até aquele momento achei que as vestes de professora que me apresentavam e protegiam, podiam ser abandonadas. O medo pelo questionamento da adolescente fez-me recorrer ao acolhimento do manto professoral para me recompor e me colocar em um espaço familiar, mas que naquela condição, colocou-se como estranho. E na estranheza do olhar, passei a estranhar também os meus sentimentos em relação àquele lugar.

Impossível não se deixar embriagar pela efervescência desse campo que se mostra em ebulição. As vozes que se colocam no percurso ecoam a demarcação de territórios que parecem impor formas sobre os corpos que ousam borrar as suas linhas fronteiriças. São os meus olhos e não os das crianças que focam na dinâmica do tráfico de drogas. Meu estranhamento com essa ação e que é tão familiar para os que habitam esse lugar coloca-me em suspensão sobre a “naturalização” desse processo *nos modos de ser* das infâncias. “O medo me faz desaprender” (COUTO, 2011)¹⁵.

A escrita desta dissertação, mergulhada em afecções nasce das anotações do caderno de campo que nem sempre, em função dos constrangimentos durante a pesquisa, foi possível abrir em *locus*, das imagens reveladas pelas fotografias e também daquelas que, em função da proibição dos territórios, ficaram sob o efeito da minha memória, dos recortes de jornais, das reuniões na Casa Chico Mendes, das placas pelas ruas, das músicas ouvidas em minhas caminhadas, enfim, estratégias múltiplas que possibilitaram reunir o máximo de informações disponíveis sobre *os modos de ser* das crianças na Comunidade Chico Mendes na contemporaneidade. Escutei, anotei, questionei, fotografei. Observei as ruas, os encontros, desencontros, as brincadeiras, as conversas, os espaços de sociabilidade, li.

Foi preciso ler o que já havia sido dito sobre minha proposta de investigação e assim saber os “ditos e escritos” (PARAÍSO, 2014, p. 37) sobre aquilo a que me propunha fazer em “tempos e espaços diferentes” (PARAÍSO, 2014, p. 37). Construí um mapa do estado do conhecimento e a partir dele tracei os passos iniciais desta investigação.

A experiência do empírico permitiu pensar em contexto os conceitos que balizam as questões desta pesquisa, mediados por um

¹⁵ COUTO, Mia. O medo. Poesia lida pelo próprio autor na Conferência de Estoril em 06 de Maio de 2011. Disponível em: www.praler.wordpress.com. Acesso: 15/01/2016.

conjunto polifônico de vozes que se assentaram sobre um plano relativo, permitindo o seu deslocamento para os problemas que se hospedam no tempo vivido, da experiência do *devir* (DELEUZE e GUATARRI, 2010). Logo, a escrita aqui proposta desafia também numa percepção caótica enquanto multiplicidade das possibilidades de significações dos *modos de ser* das infâncias e das crianças na contemporaneidade.

Fui trilhando caminhos diversos, buscando no aqui e ali a composição de um hipertexto, que faz uso de articulações e saberes diversos, assim como de bricolagens metodológicas, onde “usamos tudo aquilo que nos serve, que serve aos nossos estudos, que serve para nos informarmos sobre nosso objeto, para encontrarmos um caminho e as condições para que algo de novo seja produzido.” (PARAÍSO, 2014, p.35). Nessa composição textual, trago alguns fragmentos de memória que marcam a temporalidade que inscreve meu corpo nas sendas da comunidade Chico Mendes para que se possa pensar a partir da minha própria trajetória, *os modos de ser* das crianças ao longo do tempo. Sinto-me aqui impelida a escrever o processo de pertencimento a essa comunidade desde a minha chegada em 2002, por meio de três *pausas* importantes que marcam meu estar nesse cotidiano, que se desdobra também na concepção de infância e criança que me afeta nesse tempo. É na perspectiva de pesquisadora de *carne e osso* que componho essa etnografia que se diz pelo texto que escrevo.

CONHECENDO A CHICO MENDES - TEMPO DE “DIRETORA”

A primeira vez que entrei na Comunidade Chico Mendes estava encharcada pelas informações de fora desse lugar. Discursos marcados pelas manchetes dos jornais que estampavam nas suas colunas policiais a violência e o tráfico de drogas como o grande motor desse cotidiano. Lembro-me que no final de dezembro de 2002, quando fui conhecer a Creche Chico Mendes na qual seria diretora, ao subir um pequeno morro que dava acesso à comunidade, deparei-me com um rapaz alto e forte sentado sobre uma pedra como se fosse o porteiro daquele lugar. Quando me viu, levantou-se e perguntou para onde eu estava indo. Naquele momento senti meu coração acelerar suas batidas, minhas mãos suavam frio, era o medo em mim se instalando. Numa rápida troca de

olhares entre ele e eu, cada um com a sua *representação*¹⁶ sobre o outro, anunciei que estava à procura da Creche. Ao ouvir o que procurava imediatamente o diálogo se encerrou, ele sentou-se novamente e com a mão apontou o caminho. Segui na direção indicada denunciando no corpo a tensão em mim colocada. Minha *imunidade* para estar ali parecia estar no significado social da creche para aquela comunidade.

Conduzida pela sensação de insegurança, senti que era observada por outras pessoas que pelas ruas circulavam. Observava e era observada. O grande número de pessoas sentadas na rua fez-me recordar a recomendação da Secretária de Educação de Florianópolis para *acabar* com o movimento das mães que tinham seus filhos na creche. Segundo ela, *as mulheres ficavam na rua em frente à creche para saber o que as professoras faziam com as suas crianças e assim fazer “barraco”*¹⁷. Essas palavras acionaram os estereótipos em mim encarnados sob a luz do padrão de normalidade de ser e perguntas saltavam pelos meus poros. O que faziam aquelas pessoas na rua? Por que não estavam trabalhando? Todas eram “malandras” e viviam somente do tráfico? Por que faziam “barraco” se a creche estava ali para *educar* suas crianças? Naquele momento não fui capaz de contrapor a concepção educacional da secretaria de educação, representada na fala da secretária. Tinha nas suas palavras indicação de divisão com o meio social das crianças, rompendo com a relação familiar, transformando assim a creche numa ilha.

Meu caminhar, a passos largos, acionou algo de familiar naquele espaço. Na medida em que avancei a rua na direção da creche, vi muitas crianças brincando. Soltavam pipas, brincavam de jogar bolinha de gude, de jogar água uma na outra, de jogar futebol. Elas sorriam. Por alguns instantes me vi naquele cenário, pois retratava um pouco do meu tempo de criança. Semelhanças que desalojaram a dicotomia entre adulto e crianças e colocaram-me na percepção de um contexto de semelhanças, possibilitando uma primeira relação de comunicação (FERREIRA e LIMA, 2015). Eram ali as ruas também habitadas pelas crianças. Ruas que anunciavam a alegria, mas também a violência que se mostrava nas marcas de tiros espalhados pelos muros, na pobreza¹⁸

¹⁶ Veiga-Neto (2002, p. 32) apresenta esse conceito como sendo um “produto de uma exterioridade em que cada um se coloca e a partir da qual cada um traz, a si e aos outros, o que entende por mundo real”

¹⁷ Barraco nesse contexto diz respeito a provocar confusão.

¹⁸ A demarcação da palavra pobre-pobreza nesta dissertação ganha a conotação do território das crianças que vivem no lugar onde a pesquisa aconteceu.

exposta pelo esgoto a céu aberto entre os pequenos barracos de madeira, nas ruas esburacadas. Ambiguidades colocavam-se.

Essas imagens iniciais moveram meu trabalho como diretora nos primeiros meses. Sobretudo a violência e a pobreza que marcavam de forma muito acentuada os corpos das meninas e meninos frequentadores da creche. Sobre essas questões é que nosso agir pedagógico direcionava-se: corrigir, colocar no lugar aquilo que para nós era *desordem*, de certa forma, experimentado pelas crianças fora da unidade educativa. Diante daquilo que as crianças nos sinalizavam – seu modo de se por no mundo – por meio dos conhecimentos que supostamente tínhamos sobre elas, nossas ações eram planejadas.

Nosso lema, estampado na camiseta de uniforme das crianças era “*Preservando o futuro*”. Futuro, essa era nossa concepção para aquelas crianças naquele momento histórico. *Conservar* as crianças para que pudessem ter um futuro garantido passava pela correção do corpo, pela pedagogia dos corpos retos.

Uma infância como passagem - um estado até certo ponto indesejável, impróprio, pouco confortável - cujas marcas diferenciadas/diferenciadoras precisavam, no plano individual, ser rapidamente superadas, apagadas, esquecidas. Crianças que dependiam inapelavelmente da proteção e da autoridade dos mais velhos para se aproximarem do ideal de realização humana: seres maduros, equilibrados, produtivos, centrados, coerentes, racionais, no controle de suas emoções... Adultos racionais, no controle de suas emoções... Adultos, enfim! (BUJES, 2007, p.14)

O projeto pedagógico traçado traduzia-se no espelhamento daquilo que éramos, mesmo que o que fôssemos não fosse tão *reto* como imaginávamos. Tal compreensão reduzia as possibilidades do novidativo da infância, tornando-se aos nossos olhos “eficaz” aquilo que já existia, podendo ser o futuro uma ameaça em consequência do passado (LARROSA, 1998). De certa maneira, queríamos controlar o futuro das crianças para que elas pudessem sair da condição social na qual se encontravam. Fabricar e controlar através dos nossos saberes, poderes e vontade a continuidade do tempo, sendo o presente útil para se chegar ao futuro projetado (LARROSA, 2011).

A exigência pelos corpos retos também se dava pela aparência dos mesmos. O banho na creche tornou-se rotina quase diária. A busca pela assepsia corporal apagava as marcas das experiências das crianças trazidas pelos seus *pés sujos*. “A aparência externa tornou-se uma prega

subjetiva mais profunda, que potencializa o sujeito a exterminar em si mesmo todo o tipo de desvio que o desalinhe física e moralmente.” (SOARES e FRAGA, 2003, p.87). Nosso olhar julgava, manchava¹⁹ o Outro.

A fome estampada no rosto de muitas delas movia-me especialmente por aquilo que também já havia experimentado e lançava-me para a piedade e o assistencialismo. A alimentação sempre foi por mim defendida como algo importante na unidade educativa. Para tornar esse momento ainda mais especial, estava sempre preocupada em qualificar o espaço do refeitório. Algumas mudanças nessa rotina fizeram-se “necessárias”, nesse sentido. Lembro-me que uma das mudanças foi colocar toalhas nas mesas. Uma das crianças, Jeniffer, apresentava muita dificuldade em comer com a toalha sobre a mesa. Ela puxava a toalha para cima e para baixo e por vezes se irritava. Essa postura era motivo de muitas chamadas de atenção pela sua professora. Inquieta com a postura da menina resolvi perguntar para sua mãe onde aconteciam as refeições em sua casa e ela disse que era no chão, pois não tinham mesa. Essa informação tirou o *meu chão*. O que estávamos fazendo com aquelas crianças? Quais exigências corporais, como garantias para o futuro, requeríamos?

A experiência da toalha na mesa com a menina Jeniffer traduziu-se no que hoje compreendo como um “acontecimento” (KOHAN, 2007) que interrompeu em mim uma linearidade de pensar as infâncias e as crianças dessa comunidade. A partir dela fui exorcizando vagarosamente os modelos em que havia experienciado na vida. Passei a perceber que o que estava em jogo não era *o que deveriam ser* e sim *como eram aquelas crianças*. Era preciso desenformar o mundo e abrir a possibilidade da potência na *falta* que julgávamos que as crianças tivessem. Onde estava a potência?

Foi aí que resolvi sair dos muros da creche, estes funcionavam como um isolante dos tiros ouvidos diariamente pela briga dos territórios do tráfico de drogas. A rua passou a ser também meu local de trabalho para compreender os modos como se colocavam para as crianças. Caminhando pela comunidade descobri a sua geografia, aos poucos a firmeza do solo no qual pisava foi-se esvaindo e deparei-me “com uma paisagem inteiramente diferente, estranha, inquietante,

¹⁹ O termo manchar com o olhar foi utilizado por Carlos Skliar em seminário realizado na Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2015. Diz respeito às representações de forma borrosa, de apagamento que temos sobre o Outro.

desestabilizadora” (BUJES, 2007, p. 17). Seus becos, ruas e vielas fizeram-me perceber o esquecimento do poder público em relação a este lugar. A vigilância sobre mim, pelos meninos do “corre”, provocaram novamente o medo ao mesmo tempo em que me atualizaram sobre sua relação com a polícia. Inúmeras eram as denúncias de abuso de poder em relação às ações policiais na comunidade. Os pequenos barracos de madeira sem banheiro que acolhiam muitas pessoas e as ruas de chão batido disseram-me dos *pés sujos*.

A convivência das pessoas na rua reavivou meu tempo de criança. O tempo sem pressa que ali fazia moradia contou-me que na Chico Mendes não havia rotina fixa. A rotina era imposta a seus moradores através das instituições educacionais que cobravam o horário de entrada e de saída das crianças, assim como pela relação com o trabalho. Aliás, para muitas pessoas que habitavam esse lugar trabalhar configurava-se em um grande problema. A aceitação pelas patroas e patrões que estavam do lado de fora da comunidade era bastante reduzida. Seus olhares, também embaçados pelas lentes jornalísticas, faziam com que a barreira entre os dois mundos fosse cada vez mais alta. Muitas vezes, os moradores sentiam-se obrigados a omitir seu local de moradia para que pudessem ter o direito ao trabalho.

Foi na relação próxima com as mulheres citadas pela secretária de educação que aprendi que o “barraco” nada mais era do que uma relação de cuidado com suas crianças. O “barraco” representava também uma maneira de luta pelos seus direitos.

Os movimentos sociais eram, nesse momento, bastante ativos. Foi através das lutas coletivas que a Creche Chico Mendes na qual estava diretora, teve seu surgimento em 1998. Nessas andanças fora dos muros e grades da creche encontrei líderes comunitários como Francisca das Chagas (Chica), Donizete Lima (Dodô), Seu Antônio e Dona Lídia, que ajudaram a ampliar meu modo de ver e compreender as relações sociais ali estabelecidas. A organização coletiva começava a ganhar relevo para aqueles que conseguiam como eu, entrar e *olhar de perto e de dentro* (MAGNANI, 2002) a comunidade. É fato que minha aproximação nesse momento deu-se de forma bastante incipiente. Ainda imatura para determinados movimentos, minha relação foi sob o foco do acompanhamento à distância. Entre as ONGs que se estabeleciam na região naquele momento, a Casa Chico Mendes²⁰ mostrava-s como um

²⁰ O espaço Casa Chico Mendes diz respeito à Associação dos Amigos do Centro de Atividades Comunitárias Chico Mendes sem fins lucrativos e que está presente desde 1994. Atualmente a Casa ainda existe na sua materialidade,

importante espaço para as crianças e jovens da comunidade. Projetos como “Nossa Casa”, “Café com Livros” e “Projeto Esperança” eram desenvolvidos nesse espaço.

Como Manoel de Barros (2010), descobri “que o tamanho das coisas há que ser medido pela intimidade que temos com as coisas”. Vim aos poucos me tornando íntima dessa cultura, sendo esta um fenômeno social que tem na sua produção atores sociais do seu contexto (GEERTZ, 1973), ao mesmo tempo em que me intimidei por modos tão singulares de vida. O estranhamento põe-se diante daquilo que não é espelho. As ruas que para mim representavam espaço de liberdade da brincadeira, nesse contexto também se colocavam como desafiador diante da tensão que ali habitava. Seus territórios, “chão e mais população” (SANTOS, 2003, p. 47) ora eram de *brincar*, ora de *brigar*. Entre os anos de 2003 e 2004 houve um período muito intenso de disputa de território pelo tráfico, 101 adolescentes foram mortos. Com a presença constante da polícia na comunidade, vivemos um período de muita violência entre as “gangues” vizinhas e entre as “gangues” e a polícia. Nessa disputa, fiz a escolha de olhar de perto o território de *brincar*.

Foi nos *pés sujos* que me entreguei à experiência da infância. Ao longo desse tempo presenciei muitas crianças chorando ao entrarem na creche. Não queriam ficar. Em especial, uma chamava muito à atenção. Sandro, menino de 5 anos de família muito pobre, não suportava ficar confinado no espaço educativo da creche. Todos os dias o menino sinalizava sua insatisfação por esse espaço e relatava a vontade de sair com o pai para *catar* latinha pelas ruas. Muitas vezes o pai cedia ao pedido do menino e o levava embora. Eu, no intuito de proteção, pensava que ele deveria insistir para que o menino ficasse ali, pois teria comida, cuidado e aprendizagens. Num desses dias em que o menino foi levado, encontrei-o com os *pés sujos* correndo com o pai pela rua. Não corriam de ninguém, corriam para a vida. Ele sorria, não chorava.

A rua para o Sandro parecia um convite à vida. Seus *pés sujos* sinalizavam as experiências em lugares que potencializavam o seu modo de viver. Com os *pés sujos*, o menino criava *linhas de fuga* das projeções futurísticas depositadas sobre seu corpo. Os *pés sujos* do menino configuravam-se como uma descolonização da infância assim como a minha própria descolonização e ensinavam que a vida não se

porém os projetos que lá se desenvolviam já não existem. Ainda assim, a Casa continua sendo referência para os moradores caracterizando-se como um espaço para “bons encontros” (STRAPPAZZON, 2011).

reduz à satisfação das necessidades biológicas. Os *pés sujos* oportunizaram-me, mais uma vez, uma interrupção da habitualidade do meu olhar. Precisei nesse exercício ter tempo para olhar, olhar devagar, suspendendo o juízo e a automatização das ações (LARROSA, 2015).

Quando em 2005, de diretora voltei a ser professora, fui ao encontro dos *pés sujos* nas aulas de Educação Física. Encontrar os *pés sujos* passou a ser o encontro com as diversas formas de ser das infâncias ali colocadas numa busca pelo *dever* (KOHAN, 2007), sendo ele a via da experiência numa perspectiva do tempo como intensidade, num movimento de criação e dissolução das formas que engessam as possibilidades de outras vidas, de outros mundos. Aos poucos desloquei meus pensamentos do que julgava ser a *falta, a incapacidade, a imaturidade* para pensar nas suas “irregularidades, precariedades, contingencialidades” (LIMA, 2008, p. 18). A condição de sujeito da experiência levou-me a nocaute, me derrubou, me alterou.

(RE) CONHECENDO A COMUNIDADE CHICO MENDES – TEMPO DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O enquadramento da imagem da infância e das crianças a partir dos conhecimentos produzidos pelos diversos campos disciplinares vem ao longo do tempo fabricando um sujeito universal a partir da razão, sendo a educação uma estratégia de transformação. Para Kohan, (2007) a infância na perspectiva etapista, de uma cronologia temporal, tornou-se material de reforma dos sonhos éticos e políticos que visam assegurar o futuro daqueles que a habitam, sendo a educação o instrumento para essa realização. Vistas como incapazes, as crianças são representadas pela condição do não saber e por isso precisam ser “educadas”. O não saber assegura a elas a dependência daqueles que julgam saber: os adultos. Assim, vamos abrigoando o lugar das crianças pela via do inacabamento, da interdição, dando-lhes a formação na “medida da nossa casa” (LARROSA, 1998, p. 71). Por vezes nossa casa ainda abriga a medida dos quartos da inocência, das salas das imaturidades e das cozinhas das certezas, estrutura arquitetada nos pilares da ciência moderna que hostiliza tudo aquilo que não vem do mundo da razão, fixando-se em verdades absolutas.

Foi com Larrosa que ri das minhas fragilidades em relação às infâncias. Precisei tirar a *toga* e usar um *chapéu de guizos* para procurar “o riso como componente do pensamento sério” (1999, p. 170) numa

dialogia que rompe, que dissolve, que coloca em movimento. O riso proporcionou-me, aos poucos, afrouxar laços, profanar máscaras, pegar carona nas “asas do chapéu de guizo” (LARROSA, 1999, p. 170) para cuidar de mim. E foi pendurada nessas asas que me permiti ser um sujeito tombado diante da minha consciência, colocando em jogo minhas verdades. Verdades essas que me esterilizaram diante da heterogeneidade das infâncias, reduzindo-as a somente aquilo que alcançava com os meus saberes e envolvendo somente o que minhas práticas podiam dar conta (LARROSA, 1999).

Precisei sair da zona de conforto e também *sujar os pés* para compreender as diferenças que se mostram nas crianças da comunidade Chico Mendes. Buscar outros focos de luz para iluminar as novas cores que transborda na linearidade das ciências modernas e assim duvidar de tudo o que antes era certeza. (BUJES, 2007). A incapacidade de ler o mundo a partir de uma ótica caleidoscópica obrigou-me a fazer um movimento de desconstrução de saberes, não no sentido de negação, mas na postura de abertura para o outro.

Nesse movimento, em 2009, ingressei no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina e na disciplina de Estágio na Educação Infantil, passei a operar com outros feixes de luz para enxergar o que ainda não conseguia por falta de cuidado no olhar. Nesse momento fui professora-aluna-pesquisadora. Papéis que se articularam entre si diante do meu interesse em ampliar a compreensão dos *modos de ser criança* na comunidade Chico Mendes. A proposição de estágio deu-se na perspectiva de (re) conhecer a comunidade pelas lentes da máquina fotográfica conduzida sob o olhar das crianças²¹. Elas, por meio de imagens fotográficas foram expressando o sentido do seu lugar de pertença. E é com algumas dessas imagens que descrevo a potência da criança enquanto sujeito de direito e ator social capaz de produzir cultura a partir do mundo social global, não se restringindo ao seu universo simbólico (SARMENTO, 1997).

Aos poucos signifiquei as infâncias e as crianças de outros modos. Modos cujas tramas que amarravam sua imagem à incapacidade, conformando os limites de sua ação, pudessem ser retiradas sobre seus corpos, possibilitando outras formas de inteligibilidades, creditando a elas um papel ativo na produção das próprias vidas, não sendo elas

²¹ Memorial de Estágio: **A Arte de Brincar**. ROSA, Ivana Martins; FELISBINO, Adriana Mara; THOMAZETTI, Laura Severo. 2012.

apenas sujeitos passivos do mundo ao qual fazem parte, mas sujeitos de direitos com participação ativa naquilo que lhes diz respeito.

As imagens nesta dissertação colocam-se como texto na tentativa de “ultrapassar o caráter informativo, ilustrativo, assumindo as funções de produzir realidades” (CUNHA, 2015, p. 4). O conjunto de imagens reveladas pelas crianças ajudou-me a enxergar as ausências no meu plano de visão, onde as imagens por mim selecionadas no tempo de permanência na comunidade já estavam um tanto *transparentes* (CUNHA, 2015). As fotografias feitas pelas crianças daquilo que lhes soava significativo incidem sobre a vida cotidiana e as estruturas políticas e econômicas de cada uma delas, refletindo as territorialidades da infância (LIMA e NAZÁRIO, 2014). Inspiro-me a pensar sob a perspectiva inaugurada por Sônia Vill (2009), enredada por suas reflexões e delicadeza no olhar sobre a fotografia com crianças, anunciadas na sua dissertação de mestrado.

Nesse contexto, as imagens do cotidiano apresentadas pelas crianças anunciam modos contemporâneos vividos por seus corpos no interior da comunidade colocando-se como “possibilidade narrativa, como texto que introduz elementos complexos de análise através da visualidade” (TITTONI *et al*, *apud* LIMA e NAZÁRIO, 2014, p.498). Na tentativa de apresentar as fotografias como *arquivo-visual*, que carrega igualmente o saber (LIMA e NAZÁRIO, 2014), nesse caso o das crianças, exponho no corpo desta dissertação, uma sequência fotográfica. Sequência revelada pelo encantamento gerido por meninas e meninos que as produziram, em imagens que transbordam as suas molduras, dando movimento aos nossos pensamentos, sem que para isso seja preciso textos explicativos (BIAZUS, 2006).

ARQUIVO VISUAL: A COMUNIDADE CHICO MENDES SOB AS
LENTE DAS CRIANÇAS

Figura 1: A rua



Fonte: Foto registrada por Kimberlyn - 6 anos

Figura 2: Placa de Publicidade



Fonte: Foto registrada por Danielle - 6 anos

Figura 3: Carro de Polícia



Fonte: Foto registrada por Ryan - 6 anos

Figura 4: Giz no Chão



Fonte: Foto registrada por Matheo - 6 anos

Figura 5: Cartaz da Igreja



Fonte: Foto registrada por Kimberlyn - 6 anos

Figura 6: Camaleão e a Kimberlyn



Fonte: Foto registrada por Gabriel - 5 anos

Figura 7: A Flor



Fonte: Foto registrada por Maria Júlia - 5 anos

Figura 8: Senhora da Aresp



Fonte: Foto registrada por Marcilene - 6 anos

Figura 9: Senhor carregando a caixa



Fonte: Foto registrada por Danielle - 6 anos

Figura 10: Campo do Big



Fonte: Foto registrada por Rayra - 6 anos

Figura 11: Campo da Chico Mendes



Fonte: Foto registrada por Marcilene - 6 anos

Figura 12: Fernanda na Caixa d'água



Fonte: Foto registrada por Pâmela - 6 anos

Figura 13: O cachorro



Fonte: Foto registrada por Ana Esther - 5 anos

Figura 14: Placa do geladinho



Fonte: Foto registrada por Kamila - 6 anos

Figura 15: Menino da bicicleta



Fonte: Foto registrada por Vitória - 5 anos

Figura 16 A Pipa



Fonte: Foto registrada por Yasmim Trípoli - 6 anos

Figura 17: Encontro na garagem



Fonte: Foto registrada por Yasmim Trípoli - 6 anos

A PEDOFILIZAÇÃO DO CORPO DA INFÂNCIA: TEMPO DE EXPERIÊNCIA EM PESQUISA – TCC

As experiências vividas na comunidade Chico Mendes permitiram-me conhecer a realidade contemporânea a partir das crianças, rompendo cada vez mais com os paradigmas cientificistas que aprisionam as suas diferenças. Num profundo exercício de aprendizagem, dedico-me a auscultar as crianças como sujeitos de conhecimentos, legitimando seus lugares no mundo, rompendo com minha adultez na relação com elas estabelecidas e deixando-me surpreender com os modos como criam e recriam a sua realidade social (FERREIRA, 2004).

Esse movimento desloca a concepção de infância apresentada na minha constituição como sujeito, possibilitando reconhecer que as infâncias e as crianças “escapam” da clausura construída sobre a sua “emergência”, que se enreda na trama histórica e social sob o gerenciamento do adulto. (DORNELLES, 2008).

Minha trajetória profissional, como professora de Educação Física, na Comunidade Chico Mendes, tem atravessado trajetórias de corpos escolarizados, disciplinados, dentro da unidade educativa, ao mesmo tempo em que revelam narrativas outras trazidas pelas crianças para dentro desse contexto. As crianças que adentram aos portões trazem consigo formas múltiplas de constituir-se no mundo. São corpos atravessados pelas vestes do consumo, provocando o “borramento das suas infâncias” (FELIPE, 2006) que aos poucos esvaziam o discurso da pureza da imagem infantil emergido na modernidade. Roupas, músicas, maquiagens, expressões, brinquedos compõem um novo cenário de corpo performático, agora vinculado às questões que envolvem a beleza estética. Conduzida pelas crianças, minha investigação, naquele momento, preocupou-se em conhecer as práticas culturais que se inscrevem na infância, discutindo na contemporaneidade sobre seu corpo na relação com a pedofilização (FELIPE, 2006). Com isso, pude analisar as narrativas expressas nos artefatos culturais endereçados à infância, capazes de subjetivar os seus modos de viver.

A pesquisa intitulada **Pedofilização e Infância: os artefatos culturais e a produção do corpo na infância**²² abordou um grupo focal de 4 crianças entre 6 e 8 anos - sendo duas meninas e dois meninos -, no espaço do “Museu do Brinquedo”, na Comunidade Chico Mendes. O Museu do Brinquedo traz no seu acervo brinquedos encontrados nas ruas da própria comunidade e foi organizado por Dona Lídia, que reuniu alguns dos artefatos das infâncias vividas nesse contexto. Por meio de oficinas, pude observar e compreender melhor como os brinquedos destinados às crianças foram ressignificados a partir de suas escolhas.

Nessa investigação foi possível identificar as marcas do consumo assim como o padrão de embelezamento sobre os corpos das crianças. Percebi, ao ouvir com atenção, sua preferência por corpos que aparentavam “perfeição”, impostos pela hegemonia da beleza, que repele os “monstros”. Os meninos e meninas diziam-me dos seus desejos. Desejos subjetivados por uma sociedade que convoca a visibilidade àqueles que podem consumir. Dessa forma, as crianças desejam ser vistas, mesmo que tenham que ser mercadorias a serem consumidas. O funk, que chega para elas pelos celulares, aponta que suas infâncias escapam da ingenuidade, presente no imaginário dos adultos, onde, as relações sociais na infância também acontecem nos “espaços *ciber*” (DORNELLES, 2008).

²² O Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia foi defendido no segundo semestre de 2014.

O processo vivido com as crianças nessa pesquisa ampliou meu olhar sobre os artefatos que chegam para elas e agem de forma incisiva sobre os *seus modos de ser*, numa perspectiva de direção da sua conduta (FOUCAULT, 1995), parecendo indicar a pedofilização dos seus corpos, imbricados numa teia que se enreda pela contradição ao direito à proteção. Torna-se necessária a desnaturalização do olhar para que se possa aprofundar o entendimento sobre as Culturas das Infâncias, os contextos e os modos nos quais essas crianças emergem como sujeitos.

ANTES DAS RUAS, A CRECHE MATEUS DE BARROS: QUESTÕES ÉTICAS NO PERCURSO DA PESQUISA COM CRIANÇAS

Esta pesquisa etnográfica tem como foco de observação participante as crianças nas *Ruas* da Região Chico Mendes-Florianópolis. Porém, para que pudéssemos adentrar nesse espaço, o percurso inicial deu-se na Creche Mateus de Barros²³, localizada na comunidade Chico Mendes. Essa inserção metodológica foi a forma encontrada para convidar as crianças a participarem desse processo de investigação e assim fazer a aproximação com os itinerários percorridos por elas fora da unidade educativa.

Nesse sentido, iniciei esse processo de investigação no dia 23 de junho de 2015 e passei por um período de 5 dias dentro da creche observando 25 crianças do Grupo 6, com idades entre 5 e 6 anos, sendo 12 meninas e 13 meninos. Nesse tempo, aproximei-me das crianças para buscar o seu assentimento para a participação na pesquisa.

Desde o início, minha entrada no campo foi cercada por muitos constrangimentos. O primeiro deles passou por estranhar o familiar e familiarizar-se com o estranho. A creche escolhida é também meu local de trabalho e dessa forma precisei ampliar meu olhar para aquilo que parecia conhecido. Minhas vestes de professora, que ao longo do tempo cobrem meu corpo, talvez precisassem ser aos poucos retiradas para que outras fizessem parte. E assim iniciaram-se os questionamentos: Como dizer para mim mesma que sou uma pesquisadora e não uma professora? Ou sou as duas coisas? E nesse espaço e tempo? O que dizer e como

²³ A Creche Mateus de Barros é uma instituição educativa de Educação infantil que atende crianças de 1 a 6 anos e pertence a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

dizer para as crianças sobre o processo de investigação? Eis aqui o meu segundo constrangimento.

Minha fala ensaiada embargou diante de tantos olhares curiosos e assim como eu, apreensivos com minha presença. A Ivana professora foi lembrada por uma criança: *lembro de ti do ano passado*. Essa indicação, pelas vestes de professora, acolheram-me e possibilitaram minha entrada junto às crianças. Mas, era preciso apresentar as novas vestes que passavam a cobrir meu corpo. Assim, anunciei o que ali faria e me despedi do meu papel de professora, fixando, então, minha imagem como pesquisadora.

Então, explico que nesse momento não estaria no grupo para dar aulas de Educação Física, mas para fazer outra coisa. Digo que, assim como eles, eu também tinha uma escola e que precisava fazer um trabalho muito importante sobre crianças. E como era muito importante, escolhi fazer com eles. Assim fui dizendo que nesse trabalho eu teria que observar como, com o quê e com quem as crianças brincam. Estaria observando primeiro ali na creche e depois de 5 dias eu iria observar algumas crianças que sentissem vontade, nas ruas onde brincam (Caderno de campo, 23 junho de 2015).

Ao anunciar minhas intenções algumas crianças já sinalizaram as suas preferências: *eu gosto de brincar de carrinho; eu tenho um cavalo; eu brinco de corda*. Ao mesmo tempo em que muitas indicavam as suas brincadeiras, Victor timidamente levantou a mão e disse: — *Eu não quero que você me observe*. Eis meu terceiro constrangimento. A partir dessa fala deixei claro para as crianças que se, em algum momento, elas não quisessem mais ser observadas, poderiam dizer que eu respeitaria a vontade de cada uma. Smith *apud* Ferreira (2010) sinaliza a importância desses 3 elementos no processo de consentimento informado: 1- pesquisador dizer da pesquisa e como será a participação do sujeito; 2 - não forçar a participação; 3 - os sujeitos possam ter a liberdade de desistir da pesquisa em qualquer momento.

A fala do Victor fez-me refletir com mais atenção sobre as questões em torno da ética nas pesquisas com crianças. Como saber do assentimento das crianças? Como fazer a aproximação necessária com as crianças sem ser invasiva? Quais pistas são dadas para esse assentimento? Como compreender a permissão das crianças no percurso da pesquisa? Questões que se colocaram para pensar na importância de reconhecê-las como sujeitos de direitos “capazes de interpretar o que se passa, de decidirem ou não a sua participação, e de, com as suas formas

de interpelação, influenciarem e/ou intervirem ativamente nos contornos que a pesquisa vai adquirindo.” (FERREIRA, 2010 p. 161).

Nesses contornos percebi que o assentimento, pela maioria das crianças, não representava de fato o seu desejo de participação na pesquisa. Muitas, durante esses 5 dias não se aproximaram, revelando de certa forma, que não estavam interessadas na minha investigação. Outras, porém, ofereceram pistas do seu assentimento. *Eu gosto de brincar de massinha e de Bob Esponja. Anota aí.* Quando pediu para anotar, o menino se referia ao caderno de campo que também apresentei para as crianças. Aos poucos elas ensinaram que esse processo seria gradativo. Victor, o menino que havia negado minha observação em sua direção, procurou-me ao final do primeiro dia e disse: *Eu já decidi, você pode me observar.* A permissão ou não da observação indicava quais crianças seriam os sujeitos dessa pesquisa.

Importante salientar que faço a opção aqui de apresentar as crianças com seus nomes próprios, por entender que as questões dessa pesquisa não comprometem a imagem de nenhuma delas. Essa preocupação coaduna-se com os apontamentos de Kramer (2002), que sinaliza uma inquietação a respeito da autoria e autorização de pesquisa com crianças. A preferência pela autoria das mesmas incide também na escolha do referencial teórico, alicerce desse trabalho, que busca referendar as crianças como sujeitos de direitos, produtores dos dados dessa pesquisa. O anonimato, especificamente nesse contexto, apagaria a condição de sujeito participante da pesquisa.

Após os 5 dias de observação participante, meu caderno de campo já indicava as crianças-sujeitos dessa pesquisa. Victor, Luiz Gustavo, Isabelle e Nicolly foram dia a dia se apresentando como interessados em continuar nesse processo investigativo. Para ter a certeza daquilo que registrei, perguntei a cada uma delas do seu interesse e todas as quatro crianças confirmaram o desejo de continuar a próxima etapa. Com o assentimento das crianças faltava, então, o consentimento das famílias, por serem menores de idade.

Para o primeiro contato com as famílias utilizei o espaço da creche. No primeiro encontro consegui acessar 3 famílias. A família da Isabelle representada aqui pela mãe, após uma breve explicação sobre a pesquisa, deu o seu consentimento afirmando não precisar de mais esclarecimentos, desconsiderando a necessidade de outro encontro para essa questão. Sinalizou que minha observação, em princípio, poderia ser realizada aos domingos, pois é nesse dia que a menina costuma brincar na rua. A família do Luiz Gustavo, representada aqui também pela sua mãe, posicionou-se de forma contrária à vontade do menino. Alegou que

ele não brincava na rua e que nos finais de semana ele sempre ia para a casa da sua avó e não consentiu minha observação.

Quanto à família do Victor o primeiro contato também se deu com sua mãe, que pediu que eu fosse conversar com o marido e explicar melhor a pesquisa. Assim, marquei uma visita na sua casa com esse objetivo e nessa conversa esclarecemos todas as dúvidas referentes às questões da pesquisa e combinamos também que o melhor dia para observá-lo seria aos domingos. A família foi bastante receptiva e mostrou-se parceira nesse processo de investigação.

Para acessar a família da Nicolý fui até a sua casa. A menina havia comentado sobre a minha presença na creche e a família já esperava o meu contato. A conversa aconteceu com a mãe e a avó da menina, todas moram na mesma casa. Não houve problema de consentimento para a participação, a questão sinalizada por elas é que a menina não brincava na rua e por esse motivo eu teria que observá-la dentro de sua casa. Como o objetivo dessa pesquisa é o contexto das ruas, observar a menina dentro de casa fugiria do foco inicial e por esse motivo concluímos que essa criança não seguiria com as outras nessa etapa de investigação.

Para continuar o processo investigativo, adentrei aos domingos as ruas da Comunidade Chico Mendes com Victor e Isabelle. Com o passar dos dias, pela rede de relações por eles estabelecidas no seu contexto, recebi assentimento da participação na pesquisa de outras crianças. Assim, Maria Eduarda, Kauam, Alícia, Dábora, Gabriel, Kauam, Camili e outras crianças que de longe observei, passaram a ser autores/produtores desta investigação. As crianças aqui nominadas, assim como suas famílias, foram igualmente consultadas sobre o assentimento e consentimento das mesmas nesse processo de pesquisa, sendo todas autorizadas. Os dias de pesquisa também ampliaram e passei a fazer as observações em outros dias da semana, possibilitando assim perceber outras questões pertinentes aos *modos de ser* das infâncias nesse contexto.

E AGORA, AS RUAS! TRILHAS QUE SEGUEM NA PESQUISA

Eu amo as ruas! Assim como João do Rio (2008), inicio essa sessão declarando meu encantamento por esse espaço como a possibilidade do encontro, da partilha do viver em comum, da liberdade, da experiência, das desterritorialidades, das territorialidades, das

clausuras, do perigo, da miséria, da inocência, da violência, do cuidado, do *dever*, das infâncias, das crianças... A Rua tem alma (RIO, 2008)! Falar da rua é falar das suas ambiguidades. As ruas da Comunidade Chico Mendes compõem-se pela possibilidade de serem muitas coisas ao mesmo tempo. Elas são isso e aquilo.

A escolha do campo de estudos desta dissertação concede-me a oportunidade como “estrangeira” (KOHAN, 2007) de fazer parte desse contexto, vivendo os paradoxos que nelas se estendem pelas calçadas e asfalto, cimentando minha participação no seu viver. Na estrangeiridade saía a “flanar” (RIO, 2008) pelas ruas provocando meus saberes, assim como provocando a inquietação no encontro com o Outro que também me observava.

Apesar de conhecer a comunidade há 14 anos, minha condição nesse momento passou a ser outra. As vestes de professora retiradas deram lugar às vestes de pesquisadora para que eu pudesse sentir a intimidade das ruas. Nessa relação de intimidade busquei nesse processo de pesquisa uma leitura a partir daquilo que me tocou da experiência vivida. Como diz Larrosa (2015), a leitura é singular, pois a experiência é também singular, ela é de quem a vive.

Ao caminhar por suas ruas, impossível não reconhecer o “tempo” que em mim avança. Olhar para o espaço que então se punha remontava o ano de 2002, quando na comunidade entrei pela primeira vez. Ruas esburacadas, de chão batido, com barracos de madeira e esgoto a céu aberto. Hoje, as ruas estão calçadas/asfaltadas suas casas são de alvenaria e o esgoto põe-se escondido. Quase uma década e meia e as diferenças na sua constituição saltam aos olhos de quem viveu e vive esse território, que se demarca não só por uma tipificação do espaço, mas, sobretudo pela simbologia criada pelas pessoas que nela fazem moradia. Espaço renovado continuamente com seu movimento, que traz no bojo de sua historicidade a busca por seus direitos.²⁴ Tempo e espaço, unidades que não se dissolvem (DA MATTA, 1997).

É no tempo vivido, na experiência com esse lugar, que se torna possível perceber os interesses sociais colocados pelos sujeitos que dão aos espaços territorializados outras modelagens, indicando suas relações. É nos territórios demarcados na Comunidade Chico Mendes que os “espaços sociais” são produzidos cada qual com a sua

²⁴ No capítulo a seguir trago com mais detalhes a constituição da comunidade.

“esquizofrenia²⁵,” (SANTOS, 2003), vivendo o mundo a sua maneira, com seus delírios e alucinações. É na possibilidade da “loucura” que linhas de fuga se abrem para fugir do cativeiro. Cativeiro traduzido por uma forma de ser o Humano (JÓDAR e GOMÈZ, 2002). O confinamento dos corpos em molduras gesta uma sociedade que se normaliza por padrões sociais, considerando estranho todo aquele que transborda as linhas limitadoras do seu enquadramento. Confesso: por vezes meu corpo ainda não consegue transbordar a moldura que o cerca.

Em cima ou embaixo? Da “Novo” (baixo) ou da “Chico” (cima)? Assim são algumas das marcações territoriais colocadas. Ao falarem da “Novo” referem-se à comunidade Novo Horizonte, ao dizerem da Chico, falam da “Chico Mendes”. Por essas territorialidades o espaço coloca-se não só como uma dimensão social independente, mas completamente imerso nos valores que servem de orientação para localizar um e outro. (DA MATTA, 1997).

Assim, as ruas seguem as suas marcações. Marcações que se diferenciam de acordo com os dias e horários. Nos fins de semana, os tempos e os espaços vivem de forma intensa, “o tempo medido e quantificável é substituído por uma duração vivida e concebida como emocional.” (DA MATTA, 1997, p. 35). Nos “dias de semana estão “desembebidos” do sistema de ação social e encapsulados num sistema homogêneo e hegemônico de medida e até de percepção e relacionamento.” (DA MATTA, 1997, p. 32). Nesses dias, seus tempos são marcados pelo trabalho. Porém, há os que escapam.

Fim de tarde, já passa das 18 horas e o sol ainda brilha forte. As ruas da Comunidade se apresentam bem movimentadas. Carros circulam de um lado para o outro, parecem com pressa, passam por aqui bem rápido. O Chiquinho, ônibus que faz o transporte para a comunidade também chega. Dele desembarcam seis mulheres. Parecem cansadas, devem estar voltando do trabalho. O Chiquinho para em frente de um bar, nele há vários homens jogando sinuca e tomando cerveja.
(Caderno de Campo, 7 de dezembro de 2015)

O cotidiano por mim experienciado apresenta tempos e espaços diferentes para os homens e as mulheres. Durante a semana as mulheres

²⁵ Para Santos (2003), o território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados.

circulam com mais frequência pelas ruas imbuídas das suas rotinas familiares. Trabalhar, ir ao mercado da esquina, levar as crianças para a creche e para a escola, estender as roupas nos varais que em grande parte ficam nas calçadas e nas lajes. Os homens estão mais reclusos, seja pelo seu trabalho ou por estarem em espaços de convivência como os bares. Durante os fins de semana, pela manhã torna-se mais difícil encontrá-las, salvo aquelas que vão para a igreja aos domingos. Os homens, desde cedo estão de conversa com os seus pares. Já no período da tarde, as mulheres também fazem parte dos espaços coletivos.

São 11 horas da manhã e percebo que mais homens do que mulheres circulam nesse horário. Observando com mais atenção me dou conta de que as crianças que circulam, em sua ampla maioria, são meninos que carregam em suas mãos pipas. Ainda não soltam, apenas carregam. Parecem esperar o momento certo de empinar. O dia de sol não sopra o vento favorável à subida desse brinquedo. Onde estariam as mulheres? Meninas? Isso me faz pensar que as mesmas estão em casa no preparo do almoço enquanto que os homens e meninos estão na rua a brincar, a conversar a contemplar. Questões de gênero demarcam também o espaço de ocupação da rua? (Caderno de Campo 19 de julho de 2015).

Assim como a questão de gênero chama à atenção, as vozes que pelas ruas ecoam também despertam inquietação. Em 2002 quando conheci a comunidade, os sotaques, em sua ampla maioria eram de pessoas vindas do interior do estado, sobretudo das regiões serrana e oeste. Com grande predominância da etnia negra, mulheres e homens vieram em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nos dias de hoje, enquanto estou a observar, ouço outros sotaques que se somam aos anteriores. São nordestinos e haitianos que pelos mesmos motivos dos primeiros migrantes, juntam-se a essa comunidade. São mulheres e homens, sobretudo negras e negros que ajudam a compor esse novo espaço social. Essa nova organização por vezes incomoda os que já estão estabelecidos, alegam que estes que por último chegaram, “roubam” os seus direitos, *eles tiram as vagas das nossas crianças nas creches*.

As *esquizofrenias* múltiplas dessa comunidade permitem perceber um conjunto de sociabilidades que se organizam em territórios que se colocam como espaços políticos, ora em disputa, ora em harmonia, híbridos. Foi por esses territórios que os constrangimentos inerentes à pesquisa seguiram, ora passando pela via do consentimento, ora pela

hostilização. A partir dos estudos de Derrida sobre a hospitalidade, Soares afirma que:

A hospitalidade, quando incondicional, se define pelo deixar vir o outro, pelo acolhimento sem reservas do outro que chega, é um ato de generosidade para com o outro. Porém, a hospitalidade, como a conhecemos, é condicionada por direitos e deveres que devem ser seguidos pelo que chega e pelo que acolhe (SOARES, 2010 p.164).

Nesses territórios encontrei-me com as infâncias, as crianças e os artefatos que nelas chegam. Sendo estrangeira, e também anfitriã, busquei hospedar as infâncias de maneira incondicional, sem impor condições para sua estadia. Hospedar aqui como sujeito da experiência, sendo ela Outro-criança que se coloca como a possibilidade do *por vir* (LARROSA, 2011) num movimento de abertura ao nascimento. Vamos a alguns deles!

ENCONTROS COM AS CRIANÇAS: ENTRE AS RUAS DA CHICO

Na Rua do Victor...

Figura 18: Rua do Victor



Fonte: Google Maps

A Rua do Victor está localizada na “Novo”. Victor que tem 6 anos é irmão de Dábora de 9 anos e Gabriel de 2 anos. De etnia branca,

vieram de Maceió, nordeste do Brasil, no ano de 2014 em busca de melhores condições de vida. Moram com a mãe e com o padrasto. As crianças têm como vizinho, Paraíba e seu Bar. Paraíba é um dos imigrantes, assim como a família do Victor que veio para cá tentar a vida. Aos domingos pela manhã, Paraíba acorda os moradores com músicas em alto som, estilo sertaneja e “sofrência”²⁶. Músicas que podem ser ouvidas nas duas pontas da rua. Paraíba só não coloca a música nas alturas quando a igreja evangélica que fica perto, está rezando seu culto. As músicas do Paraíba só não podem ser ouvidas com clareza quando são abafadas pelo funk que se atravessa ao som dos carros que por ali circulam. Aos domingos pela manhã os frequentadores do bar em sua ampla maioria são homens e no período da tarde, algumas/poucas mulheres e crianças também fazem parte desse lugar de sociabilidade.

É na calçada que dá sequência ao bar que Victor brinca de bicicleta com a irmã Dábora e o irmão Gabriel, ao som das musicalidades que por ali vibram. Desviando dos varais que ao sol secam suas roupas, as crianças se desafiam. Enquanto brincam, outras crianças vão chegando. Certo dia, quando estava nessa rua, Kauam, um menino de 11 anos que veio com sua família do oeste de Santa Catarina no ano de 2010, perguntou-me o que eu fazia nas ruas. Expliquei a ele sobre a pesquisa e pedi seu assentimento. Após minha explicação, ele respondeu: *a rua é pública, pode andar aqui quem quiser!* Seria mesmo a rua pública?

No vai e vem das bicicletas as crianças observam continuamente a presença da polícia circulando. Esse é um tempo de intensas disputas de território pelo tráfico e a polícia põe-se como controladora da *desordem*. Certo dia, um carro da polícia passou pela rua dez vezes em um período de 2 horas. Muitas vezes posiciona-se nas extremidades da rua, vigiando a entrada e a saída das pessoas.

Em uma das entradas dessa rua temos a Escola América Dutra Machado e nos muros podemos observar a beleza que também exala desse lugar. É nos seus muros que tenho a certeza de que as ruas ali não são somente lugar de passagem (LIMA, 2015), as marcas deixadas

²⁶ “Sofrência é um neologismo da língua portuguesa, formado a partir da junção das palavras ‘sofrimento’ e ‘carência’. Fonte: <http://www.significados.com.br/sofrenia/>. Acesso: 22/10/2015. Nesse texto, o termo sofrência refere-se a músicas cujas letras revelam desilusão amorosa, amor não correspondido, traição. O termo pode ser popularmente entendido também como “dor de cotovelo”.

através dos grafites sinalizam um modo próprio de expressão. Galeria a céu aberto, artistas, artistagens. A arte exposta revela a contestação, os modos de pensar, a resistência. Mesmo silenciosas, as ruas através dos seus grafites gritam seus modos de vida. Seu colorido torna-se subversivo diante das formas modulares de viver a vida. Outras formas de dizer, de poder e de saber se fazem possíveis. (BAASCH, 2014). Outras formas de salvar? Salvar do quê? De quem?

Figura 19: Grafite da Escola



Fonte: acervo da pesquisadora

A arte impressa nos muros requer pensar sobre as possibilidades do *dever*, da experiência, da criação, do acontecimento. De uma arte que ainda é considerada mundana, abrem-se linhas de fuga por meio das tintas do ensaísmo para se traçar caminhos que levam a movimentos de contracultura, onde posicionam possibilidades diversas de ser e estar no mundo. “A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte” (RIO, 2008, p.29).

Aos poucos, os moradores e moradoras dessa rua consentem minha permanência. Dona Maria, uma simpática senhora que mora com o marido, filhos e netos e que também veio do oeste de Santa Catarina oferece-me sua casa se eu precisar de abrigo; Luciana, mãe de uma

menina e um menino que trabalha na Comcap²⁷, empresta a frente de sua lanchonete para que eu consiga observar; Paraíba oferece um café e a mesa do seu bar. As crianças oferecem a riqueza do sorriso cada vez que lá adentro e os passarinhos, o seu cantarolar.

Na Rua da Isabelle...

Figura 20: Rua da Isabelle



Fonte: Google Maps

A casa da Isabelle está localizada na centralidade da “Chico”, fica entre a rua principal, na parte mais alta e o “beco”. Na rua principal os carros passam em alta velocidade. Eles dividem espaço com as crianças que brincam de pipa, bicicleta e skate. Como é lindo o bailar das pipas coloridas visto dessa rua! Nas asas do vento ela leva nas alturas a imaginação das crianças que aqui embaixo seguram as suas linhas. Linhas seguras por meninos na sua maioria. Só vi uma menina fazendo esse movimento.

É na beira da calçada que Isabelle e sua Irmã Maria Eduarda tem a permissão de brincar. Isabelle com 6 e Maria Eduarda com 8 anos, duas meninas negras, moram com sua mãe na comunidade Chico Mendes desde que nasceram. Junto com as amigas e amigo, Alicia,

²⁷ Companhia de Melhoramentos da Capital, responsável pela coleta dos resíduos de Florianópolis.

Camili e Kauam, as meninas brincam de corda, de plantar bananeira nos muros e assistem vídeo no celular. Ficam horas e nem percebem o tempo passar. Alicia, menina negra, tem 8 anos, mora com sua mãe e seu padrasto; Kauam, menino negro, tem 9 anos e mora com sua mãe, pai e uma irmã; Camili, menina negra, tem 8 anos e mora com sua mãe.

As ruas da Isabelle costumam acordar tarde aos domingos. Embaladas ao som do funk, música gospel e sertaneja que saem das casas, do parque da Chico Mendes, dos carros e dos celulares, anunciam o movimento dos seus moradores depois das 11 horas da manhã. E então seus sons propagam-se por toda a extensão da comunidade.

A rua principal, que atravessa a Novo e a Chico é também um divisor de corpos. Há aqueles que podem passar e aqueles que devem ficar em seu lugar. Essa demarcação por vezes impede que as crianças possam frequentar as creches fora dos seus territórios de moradia. Quem sempre passa por ali é a polícia, com as armas em punho e em seus carros, vigiando o lado de cima. Diferente do lado de baixo, onde se instala na entrada das ruas, no lado de cima raramente o carro policial fica parado, o que ocorre apenas quando faz abordagem em algumas das casas.

O beco proporciona mais liberdade de movimento para as crianças, elas podem subir e descer sem a preocupação com os carros. Ali, elas brincam de corda e dançam. No beco acontecem muitos encontros entre as vizinhas. Ao som de pagode e funk as mulheres reúnem-se para dançar, tomar cerveja e conversar em algumas tardes de domingo. Na subida do beco tem uma boca de fumo. Num determinado dia, fui abordada por um dos garotos do *corre* que me ofereceu droga. Senti medo! Disse que não queria. Então, ele perguntou se tinha fósforo para emprestar, disse que não, continuei a andar e ele foi embora. No tempo em que por lá estive, nunca vi o carro da polícia subir o beco.

Muito comum no beco é encontrar Vanessa, uma linda adolescente negra, encostada no muro de uma das casas compartilhando o sinal do *wifi*. Muitas vezes ela não estava sozinha, outras adolescentes apareciam e ali organizavam uma *lan house* a céu aberto num compartilhamento de redes.

Comum também foi encontrar pessoas da igreja evangélica entregando folhetos e convidando os moradores para frequentar seus cultos. Abordam as crianças e as convidam para participar dos projetos destinados a elas. Em grande número elas ocupam muitas ruas da comunidade fazendo esse movimento diariamente.

Por ali moram muitas pessoas conhecidas que também perguntavam o que eu ali estava fazendo. Ao explicar, colocavam-se à

disposição e me acolhiam, permitindo-me ficar em frente a suas casas para observar. Algumas ofereciam cadeiras para sentar, outras traziam fotografias da família para apresentar e outras convidavam para entrar. De forma variada, fui-me hospedando nos lugares cujo consentimento e assentimento autorizaram-me. Faço a opção de utilizar os termos assentimento e consentimento, tendo como ponto as reflexões tecidas por Ferreira (2010) em torno das autorizações de participação das crianças nas investigações. Para a autora, consentimento informado diz respeito a autorização dos adultos responsáveis pelas crianças envolvidas na pesquisa, e o assentimento informado trata do aceite por parte das crianças que tem o direito de escolher sobre a sua participação assim como o direito a informação do processo de investigação sobre as suas vidas. Nesse sentido, houve aquelas que não se mostraram à vontade com a minha presença. Em uma das reuniões das vizinhas no domingo à tarde, escutei uma das mulheres dizer: *essa daí vai ficar quanto tempo ainda olhando as crianças? Só falta fica também olhando pra nós*. É na relação próxima que aos poucos as ruas se abrem ou não para minha presença e dessa maneira encontro-me com outros territórios, tecendo-me por outros contornos numa perspectiva de reflexividade das idas e vindas (FONSECA, 1998).

No parquinho das muitas crianças...

O parquinho fica na “Chico”. Poderia dizer que é no coração da Chico. Fica em frente à Creche Mateus de Barros, onde essa pesquisa teve início. O parquinho nos fins de semana e feriados é repleto de crianças, jovens e adultos. Durante a semana, só alguns adolescentes, meninos em sua ampla maioria, ficam por ali. O espaço que foi todo reformado tem proporcionado experiências outras para aqueles que habitam a comunidade da Chico. Quem mora na Novo, não pode aqui frequentar. Brinquedos novos foram instalados, a quadra de esportes e o campo de futebol foram revitalizados, o prédio em frente ao parque que pertence à Prefeitura de Florianópolis, conhecido pelos seus moradores como *Carandiru*²⁸ foi pintado com cores fortes, deixando o espaço

²⁸ Segundo uma das moradoras da comunidade, Edinéia Venâncio, o prédio recebe esse nome em função de que no tempo em que foi inaugurado, os representantes da Prefeitura Municipal de Florianópolis em reunião com os

visualmente acolhedora. Por muito tempo esse espaço do parque esteve abandonado afastando a presença das crianças.

Figura 21: Parque da Chico Mendes



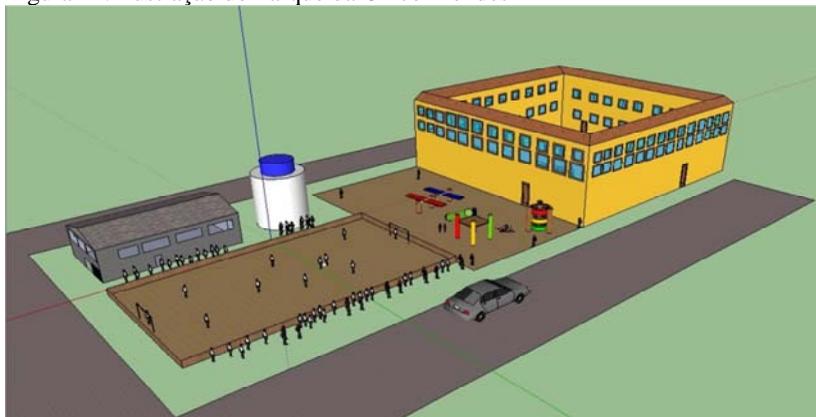
Fonte: acervo da pesquisadora

Hoje, o espaço do parquinho revela-se pela intensidade de quem o vive. Na sua efervescência, as crianças sobem e descem no escorregador na mesma intensidade em que a venda e o consumo de drogas acontece na boca de fumo. Aqui tudo é possível. A intimidade da comunidade revela-se diante da infância. Seus corpos viciam-se de imagens que passam a ser comuns no seu cotidiano. A brincadeira das crianças mistura-se com a seriedade do mundo dos adultos. Fronteiras borradas? Nas ruas, tudo parece estar em tudo!

Nos domingos à tarde e nos feriados o campo sempre é ocupado pelos homens para jogar futebol. As mulheres-meninas colocam-se ao redor do campo para olhar e torcer pelo corpo que, nesse momento, se torna espetáculo. Enquanto torcem, são embaladas pelo ritmo do funk, que toca no baile que acontece no ginásio ao lado. Com letras que banalizam a imagem da mulher, crianças, jovens e adultos reboam até o chão.

moradores desse local, queriam estabelecer um toque de recolher (22 horas) e os mesmos associaram às normas impostas de uma prisão.

Figura 22: Ilustração do Parque da Chico Mendes



Fonte: Ilustração: Aruã da Rosa Carvalho²⁹

O parquinho foi um dos territórios que mais me afetou. Ali observei e fui intensamente observada. Senti medo e não fiquei à vontade para andar com meu caderno de campo, pois meus passos foram constantemente vigiados. Tentei utilizar a máquina fotográfica como recurso da memória, fui questionada e por prudência precisei desistir desse recurso a partir daquele momento.

Fico encostada na grade do campo observando. Olho para o outro lado e percebo que estou sendo observada. Nesse momento vejo o presidente da Associação de Moradores da Chico Mendes vir na minha direção. Fico um pouco apreensiva. Ele se aproxima e pergunta:

– Quem tu é? (Presidente)

Estendo a mão para cumprimentá-lo e me apresento.

– O que tu tá fazendo aqui? (Presidente)

– Eu faço mestrado na Universidade Federal e sou uma pesquisadora. Pesquiso como as crianças brincam na rua. (Pesquisadora)

– O que é isso? (Presidente)

Nesse momento senti que as perguntas não tinham somente um tom de curiosidade. Seu olhar era de reprovação em relação a minha presença. Então, explico o que é o mestrado.

– Por que tu tá tirando foto? Eu vim aqui porque a molecada pediu para eu pegar a tua máquina. Tu não pode entrar sem autorização e sair tirando foto das pessoas. (Presidente)

²⁹ Ilustração produzida exclusivamente para esta pesquisa.

Tento explicar dizendo que tenho autorização das crianças que observo consentida pelas famílias, mas ele parece não querer ouvir. E insiste:

– Quando tu chega numa comunidade tu precisa pedir autorização para o Presidente da Comunidade para ficar e tirar foto. Tu não pode fazer isso não. Tu tirou foto de nós? (Presidente)

Sinto que a coisa é mais séria e pergunto se ele quer ver um documento que diz que sou pesquisadora. Ele diz que sim. Mostro a ele. Digo que é um documento escrito pela minha orientadora onde explica a minha pesquisa. Ele não lê o documento, apenas olha.

– Nem tu nem a tua orientadora pode fazer isso. Quem te autorizou a tirar foto das crianças? (Presidente)

– Elas. Elas me pediram e eu tirei. (Pesquisadora)

– Tu tá doida, isso não pode não. As crianças não tem o poder de deixar tirar foto. Tu tem que ter autorização. (Presidente)

Para amenizar a situação digo que ele tem razão e que vou tomar mais cuidado. Ele pergunta novamente se não tirei foto deles. Então respondo:

– Meu interesse na comunidade são as crianças e não naquilo que vocês fazem. (Pesquisadora)

– É, mas eles queriam vir aqui arrancar a tua máquina. (Presidente)

– Penso que não precisa disso. Não tirei nenhuma fotografia deles e nem é meu interesse. (Pesquisadora)

– É, mas não faz mais isso. Não aparece mais com essa máquina. (Presidente)

Olhando para a máquina ele sai e repete:

– Não aparece mais com essa máquina. (Presidente)

(Caderno de Campo, 7 de setembro de 2015)

Os consentimentos não se dão da mesma forma. Minha hospedagem aqui, na figura daquele que firma-se sobre uma condição – a de “Presidente da Comunidade” – é condicionada aos direitos e deveres por ele cedidos e que devem por mim serem seguidos. “O hóspede que não fala a mesma língua, que não possui a mesma linguagem daquele que o hospeda não é, geralmente, respeitado.” (SOARES, 2010, p. 167). Assim sendo, foi preciso conversar com Seu Antônio, Chica e Dodô, moradores da comunidade, para saber como agir diante desse constrangimento. Encharcados com suas experiências, eles indicaram que nesse momento a máquina fotográfica deveria ser guardada. Pesquisar na rua é estar sujeita a esse tipo de

contingencialidade, onde meu corpo é também atravessado pelas questões vividas pelo Outro.

É muito comum encontrar no parquinho, pessoas da igreja evangélica conversando com as crianças. Algumas vezes presenciei a distribuição de lanche e roupas no local, sendo esses momentos sempre registrados por imagens fotográficas sem qualquer tipo de interdição. Talvez a clareza da intenção de sua presença no referido espaço, não se coloque como impeditivo para aqueles que se consideram donos da comunidade.

Sigo pela rua com Maria Eduarda quando avistamos um grupo da igreja evangélica. A menina impressionada, comenta:

– Nossa, quanta gente! São da igreja. (Maria Eduarda)

– O que eles vêm fazer aqui, você sabe? (Pesquisadora)

– Tão pegando as pessoas para ir para a igreja e tirar o mal deles. (Maria Eduarda)

– Que mal? (Pesquisadora)

– A dor que tem dentro deles. (Maria Eduarda)

A ocupação desse território também é feita pela polícia. Sempre fortemente armados, os policiais rondam com suas viaturas de um lado para o outro. Durante o tempo em que estive nas ruas com a pesquisa, nunca presenciei o carro da polícia parado no espaço do parquinho. Sua imagem está marcada nas falas tanto dos meninos do corre que avisam *esconde o bagulho que o zome estão lá embaixo*, como na fala de alguns comerciantes que reclamam da imposição do fechamento dos seus bares e lanchonetes no período da noite, assim como da hostilidade dos policiais em suas abordagens. Essa postura revela as preferências nos papéis vividos pelas crianças nas brincadeiras por mim observadas: *agora eu vou ser o ladrão e tu vai ser a polícia, se não eu não brinco mais*.

E no parquinho do BIG... Outras crianças!

Figura 23: Ilustração do Parque do BIG



Fonte: Ilustração: Aruã da Rosa Carvalho³⁰

O parquinho do Big, está localizado perto da Novo. É um espaço amplo com academia de ginástica, parque, campo de futebol e pista de caminhada. É frequentado por crianças, jovens, adultos e adolescentes. Geograficamente situa-se bem na entrada da comunidade destacando-se por se encontrar em um terreno um pouco mais alto do que a rua. O parque fica bem ao lado de uma via expressa que leva à saída e entrada da cidade de Florianópolis. É visível por todos e todas que passam por lá.

A academia e a pista de caminhada têm proporcionado aos moradores do seu entorno a frequência da atividade física. Os moradores da Chico por aqui não podem transitar. O campo quase sempre é ocupado por meninos que jogam futebol. Nos fins de tarde é possível encontrar homens adultos também jogando por lá. Mas, o espaço é mesmo das crianças. São elas que brincam no parque, jogando bolinha de gude, soltando pipas. São delas os gritos quando uma pipa é “talhada” e todos se colocam a correr até encontrar.

³⁰ Ilustração produzida exclusivamente para esta pesquisa.

Figura 24: A Polícia na comunidade



Fonte: acervo da pesquisadora

Porém, desde julho de 2015 o espaço do parquinho do Big não tem sido exclusivo para aqueles que brincam ou para aqueles que se exercitam. Após intensas brigas de gangues rivais entre a Novo e a Chico, a polícia militar em parceria com o Bope³¹ deflagra a operação “Ordem e Progresso” com o objetivo de encerrar a violência com arma de fogo e o tráfico de drogas³². Tipicamente temos a presença das viaturas policiais fazendo a ronda pelas ruas, porém, atípica é a condição vivida pelos moradores nesse momento histórico, onde a polícia monta uma base permanente para assegurar a *Ordem e o Progresso*. Estrategicamente a base foi instalada no espaço de brincadeira das crianças. Pela localização geográfica do parque, a base policial montada nesse espaço, ganha efeitos de dentro e de fora, ou seja, anuncia aos sujeitos da comunidade o que estão ali a fazer, ao mesmo tempo em que denuncia para aqueles que passam, quem são os sujeitos que ali moram, reforçando a imagem projetada pela mídia. Sob um discurso de “cuidado” com as pessoas parece ecoar nessa proposição um projeto pedagógico para as crianças dessa região.

³¹ Batalhão de Operações Policiais Especiais

³² Fonte:: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/274262-com-acao-do-bope-operacao-da-policia-faz-presenca-ostensiva-no-monte-cristo-em-florianopolis.html>. Acesso: 22/01/2015.

SENTADA À BEIRA DA RUA!

Quando o mundo abandonar o meu olho.
 Quando o meu olho furado de beleza,
 for esquecido pelo mundo.
 Que hei de fazer.

Manoel de Barros

O saudosismo invade. Invade e se apodera dos meus pensamentos fazendo-me levar até os tempos de criança e me rever pelo olho da vida. O que vejo? Lá estou eu sentada à beira da rua com as mãos lambuzadas de laranja sentindo o suor escorrer em meu corpo depois de uma partida de taco³³. Ainda consigo escutar meu coração assustado que brinca de esconder na escuridão da noite e pede socorro aos vagalumes para iluminar o caminho de volta. Espiando pelo olho da vida vejo meus pés descalços, estão encardidos. As marcas são do pó que cobre a rua e de cortes feitos por cacos de vidros nas brincadeiras de armadilhas. Essas marcas contam minhas experiências da beira da rua, experiências que me compõem.

E, agora como pesquisadora, estou novamente sentada à beira da rua. E é na experiência da beira, de perto e de dentro que procuro interpretar o que transborda a superfície do asfalto e calçamento que cobrem as ruas da Chico Mendes. Nesse transbordamento linhas são desenhadas de modo que provocam bifurcações, tensões, rompimentos, extensões...

Aos poucos me deixei levar pelas inquietações provocadas na distração da linearidade do meu conhecimento sobre as coisas do mundo e deixando-me afectar pela diferença que me compõe diante do Outro. Minha experiência da beira da rua agenciou-me no sentido de que me fez *viver-junto-com*³⁴, livrando-me de um distanciamento asséptico da comunidade Chico Mendes. Agenciamento como uma “mistura de corpos reagindo um sobre o outro” (ZOURABICHVILI, 2004) que provocou uma desterritorialização sobre os meus pensamentos numa aproximação com o significado dado por Deleuze. “Agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que

³³ Brincadeira que utiliza tacos, bolas e casinhas e que envolve duas equipes compostas por duplas.

³⁴ Ver Michel Maffesoli, 1998.

muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p. 37).

Essa simbiose fez-me declinar diante da heterogeneidade que se coloca no encontro com a “alma das ruas” (RIO, 2008) promovendo o acolhimento das diferenças que se tece na cultura dos seus pares promovendo fluxos moleculares³⁵ (DELEUZE e GUATARRI, 1996) de interpretação dos modos de viver. As pegadas aparentemente molares deixadas por mim no caminho traçado colocam-se como possibilidade do deslocamento dos meus pensamentos enrijecidos pelo tempo.

Assim, sentada à beira das ruas da Chico Mendes encontro-me com as linhas que aos poucos se põem em relevo, habitam e inquietam meu modo de pensar. Linhas que nascem das vozes das crianças e de tantas outras que se cruzam e dão a essas a incorporação dos seus traçados sobre os seus próprios corpos. Perguntas são trazidas nas asas dos pássaros que bailam e que encontrei nas manhãs ensolaradas de domingo. Como surgem essas linhas que tensionam agora o modo de ver as crianças desse lugar? Quais vozes provocam eco em mim através dos diferentes discursos das crianças com os quais me encontrei nessa comunidade? Como produzir tensionamento a partir das linhas que contornam a pesquisa? Sob quais formas essas linhas desenham a superfície geográfica, histórica, cultural, social da infância desse lugar? Quais linhas provocam as intempéries resistindo à fixação da sua solidez? Por quais linhas estão conectadas minhas referências culturais a ponto de me fazer estranhar ou familiarizar diante daquilo que se passa em frente aos meus olhos?

Linhas que contam histórias e desafiam meu olhar desconfiado trazendo à tona um pressuposto importante para uma pesquisa etnográfica, o estranhamento. Sou aos poucos abduzida das linhas rotineiras que se colocam sobre os holofotes da história da infância criada a partir da modernidade. O raptó dá-se mediante ao que vivi com a etnografia e o que dela me provoca pensar dos modos de vida das crianças dessa comunidade. É no calor do calçamento que cobre as ruas por onde andei que me pego a perguntar: como era antes do asfalto

³⁵ Fluxos molares e moleculares são conceitos refletidos por Deleuze e Guatarri. Para os autores a ordem molar corresponde a um enrijecimento de possibilidades que delimitam objetos e sujeitos provocando uma segmentação, uma territorialização. Já a ordem molecular se põe como contrário dessa indicação. Revela-se como sendo fluxos de intensidades, de possibilidades de movimento, de devires de desterritorialização.

chegar? Como nasceram as ruas que ali estão? De onde nascem as linhas que estão atadas aos corpos das crianças dessa comunidade? Quais linhas desenham o mapa social da comunidade Chico Mendes na composição da emergência das suas crianças? Qual história faz-se presente no presente da história?

É preciso voltar no tempo para que possamos minimamente compreender o percurso das linhas que se põem como extensão de forças (CORAZZA, 2000) sobre as crianças do presente dessa comunidade que narram suas experiências no mundo submersas por discursos que se colocam como verdades para sua emergência. Para a autora, as linhas de força penetram as coisas e as palavras dos infantis de modo a produzir “práticas discursivas acerca do infantil, infância, das crianças & Cia” (CORAZZA, 2000, p. 48). Sigo assim, a tentar fazer um (re)conhecimento da história dessa comunidade e consequentemente das infâncias que nela habitam, partindo das questões que se põem no presente, sem com isso ter a pretensão de chegar à ponta da linha que se estende pelo tempo da história.

OCUPANDO A CIDADE: A BEIRA DA ESTRADA

“Um homem estava anoitecido.
Se sentia por dentro um trapo social.
Igual se, por fora, usasse um casaco rasgado e sujo.
Tentou sair da angústia.
Isto ser: ele queria jogar o casaco rasgado e sujo no lixo.
Ele queria amanhecer.”

Manoel de Barros

As ruas da Comunidade Chico Mendes não tem seu nascedouro nela própria, são extensões de outras ruas, de outras linhas que aos poucos foram ocupando os espaços antes baldios para darem vida à sua composição. O asfalto que agora cobre as ruas de chão batido é um fator do crescimento da cidade de Florianópolis. Fator provocado pelo deslocamento das pessoas que buscam o encontro. Encontro com a sorte, encontro com o desconhecido, encontro com novas experiências, encontro com o *devir*, encontro com a sobrevivência, encontro com o amanhecer. Basta caminhar no centro da cidade e perceber que sua população já não agrega somente os “manezinhos”, é composta por uma multiplicidade que chega de todos os lugares. São os *outsiders* que se

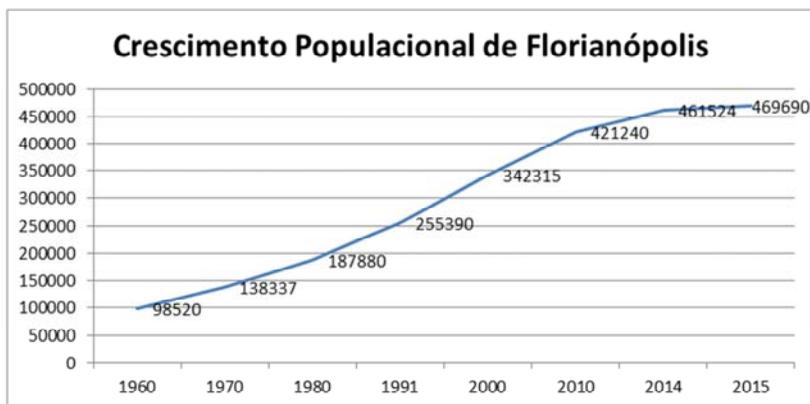
juntam aos estabelecidos (ELIAS e SCOTSON, 2000). Corpos desconhecidos uns dos outros que bailam formando um mosaico de cores, cheiros e sabores.

Florianópolis hoje com 343 anos³⁶ foi, assim como outras cidades, emergindo por meio do movimento de *nomadismo* (CAIAFA, 2007), e compondo uma nova configuração urbana. Os fluxos que atraem os *outsiders* colocam-se como possibilidade de criação de novos territórios. Pessoas vindas de todos os lados submergem a cidade com suas marcas e fazem emergir novos contornos aos espaços físicos e sociais atravessando os modos daqueles que por ali já fazem moradia provocando a esses “o desafio da experiência da exterioridade” (MUMFORD, *apud* CAIAFA, 2007, p. 118).

Vemos que historicamente Florianópolis vem passando por fluxos migratórios importantes que fazem saltar seus dados demográficos. Acompanhando o crescimento populacional da cidade, podemos perceber que em 55 anos, o número de residentes na Ilha de Santa Catarina saltou de 98520 habitantes em 1960 para uma perspectiva de 469690 habitantes em 2015, girando em torno de um crescimento de 476%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

³⁶ No ano de 2015 foi aprovado o projeto de lei nº 15.709/2014 que reconsidera o marco inicial de contagem da idade da cidade de Florianópolis. Em vez de 1726, ano da sua emancipação, os anos do município devem ser contados a partir de 1673, ano de sua fundação. <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/06/proposta-aprovada-por-vereadores-aumenta-em-53-anos-a-idade-de-florianopolis-4782542.html>. Acesso: 23/02/2015.

Gráfico 1: Crescimento Populacional de Florianópolis



Fonte: elaborado pela pesquisadora³⁷

A cidade coloca-se sob o desafio da experiência da exterioridade. A pacata cidade de comunidades pesqueiras com pequenos produtores, onde a vida urbana se concentrava na região central entre a igreja matriz e o mercado público, tem seu território modificado pelos novos sujeitos que chegam. Em 1960, estudantes, professores, servidores públicos, viajantes ancoram por essas terras oportunizados pela chegada da Universidade Federal de Santa Catarina, seguida da implantação da Eletrosul³⁸, assim como também com o asfalto da BR 101 e com a expansão da Sede Administrativa do Governo do Estado de Santa Catarina (RIBES, 2005). Esse talvez tenha sido o primeiro de importantes movimentos em que a cidade reconfigura-se diante dos *outsiders* que por aqui se instalaram ao longo desses anos passando então a ser “um ponto de conexão ou convergência de trajetórias, um ponto de atração onde os circuitos se reúnem momentaneamente e ela se produz precisamente por aí” (CAIAFA, 2007, p. 117).

³⁷ Fonte dos dados: www.ibge.gov.br. Acesso: 18/03/2015.

³⁸ A Eletrosul é uma empresa pública controlada pela Eletrobras e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Criada em 1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto n°. 64.395, é uma sociedade de economia mista de capital fechado. Atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia. Disponível em: <http://www.eletrosul.gov.br/a-empresa/quem-somos>. Acesso: 18/09/2015.

Sobretudo, com a “morte”³⁹ da ditadura Militar em 1985 e a crescente industrialização do país, as cidades passaram a configurar um verdadeiro *imã* (CAIAFA, 2007) atraindo uma grande massa de pessoas pobres advindas das áreas rurais em busca da realização dos seus sonhos. A cidade de Florianópolis tornou-se um território de possibilidades diante da pobreza instaurada no campo pela falta de terras para plantar e subsidiar as suas próprias vidas. Em Santa Catarina 100 mil trabalhadores, entre 1970 e 1980, migraram do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida (LIMA, 2014).

Tirar o *casaco rasgado e sujo* foi a forma encontrada por muitas pessoas pobres desse país. Aos poucos, homens, mulheres e crianças foram retirando seus casacos empoeirados pelo tempo e se pondo ao sol buscando eliminar o mofo que aprisiona seus corpos. A roupa que marcou a ocupação de um lugar precisou ser substituída por outras peças que proporcionassem a seus corpos outras experiências.

O casaco que Marx vestia entrava e saía da casa de penhores. Ele tinha usos bem específicos: conservar Marx aquecido no inverno, distingui-lo como um cidadão decente que pudesse entrar no salão de leitura do Museu Britânico. Mas o casaco, qualquer casaco, visto como um valor de troca, é esvaziado de qualquer função útil (STALLYBRASS, 2008, p. 41).

Buscar o amanhecer em terras longínquas das suas colocou-se como possibilidade ao objetivarem o “progresso” das suas próprias vidas. Em 1989 eu mesma aportei por aqui com o casaco na mão compondo as estatísticas desse movimento migratório. Não dependia da terra para plantar, mas era fruto das políticas públicas destinadas às pessoas pobres desse país e que via assim como a grande massa que por aqui se instalou a chance de acessar os direitos básicos.

Chegamos, e agora como vai ser? Fomos, cada um com a ajuda do outro, nos hospedando. Uns com mais espaço, concedido por aqueles que aqui já estavam e outros, a grande maioria, hostilizados e estigmatizados pela sua condição de pobreza. A paisagem provinciana de Florianópolis foi aos poucos se compondo com uma multidão que foi se acomodando por falta de condições de pagamento de aluguel, em espaços urbanos vazios e em beiras de estradas. Barracos de lona e de

³⁹Cabe aqui registrar o momento político que atravessa o Brasil. Um novo golpe está em curso contra o Estado Democrático de Direito, onde a liberdade e o respeito aos direitos humanos estão ameaçados.

madeira foram mudando a estética da Via Expressa, principal entrada da cidade, assim como no centro de Florianópolis e arredores. Logo, novas comunidades formaram com os *outsiders* que aqui aportaram provocando uma extensão do perímetro urbano, estendendo-se também para a parte continental. Entre essas comunidades, estava o Monte Cristo, que inicialmente se localizava no centro da cidade atrás da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e posteriormente foi transferida para o Pasto do Gado, região continental de Florianópolis. Um novo êxodo? Os *outsiders* escondidos? Espaço dentro do espaço? Guetos? Favelas? Comunidade?

O sonho pela qualidade de vida esvaía-se na dificuldade de acolhimento desses por parte do poder público “desencadeando na cidade uma luta por terra e moradia”. (RIBES, 2005, p. 17) Diante das dificuldades instaladas, surge em 1984 o CAPROM⁴⁰, uma organização não governamental sem fins lucrativos cujo trabalho inicial apresentava características assistenciais, promovendo auxílio com médicos, alimentação, documentação entre outros para as famílias que aqui chegavam, expandindo-se nos anos subsequentes para uma defensoria comunitária diante das ações de despejo que surgiram por discursos que se puseram na investidura de uma cidade que “Vale a pena” (LIMA, 2014). O CAPROM era constituído por alunos e professores universitários, militantes de esquerda, líderes comunitários, ala progressista da religião católica ligada ao movimento da Teologia da Libertação, entre outros que se dispuseram a lutar pelos direitos do cidadão fortalecendo as comunidades. (RIBES, 2005).

Com o *slogan* “Florianópolis vale a pena” vemos a partir de 1990, a indústria do turismo atropelar os nativos e os *outsiders* da cidade. A Ilha da Magia, como ficou conhecida, desencadeou uma especulação imobiliária promovendo aos pobres um novo deslocamento. Esses foram varridos dos territórios centrais ocupados para darem espaço ao progresso, sendo que o investimento sobre a cidade voltava-se para os olhares estrangeiros em que barracos não compunham os planos que vislumbravam a imagem da riqueza. (SOUZA, 2006). A briga entre os anfitriões/estabelecidos e os hóspedes/*outsiders* colocava-se, sendo que os primeiros não viam com bons olhos a nova paisagem que foi surgindo, nos diversos espaços de Florianópolis. A suposta “superioridade” dos estabelecidos impõe-se por meio de denúncias em jornais da época onde adjetivos depreciativos eram ditos aos *outsiders* fazendo com que a veiculação da sua imagem fosse amplamente

⁴⁰ CAPROM-Centro de Apoio e Promoção do Migrante.

divulgada por aquilo que julgavam como sendo seres inferiores. “Adjetivos, como, por exemplo, a “porcalhada”, “horrível” e “sujeira”, começam a proliferar em notas mandadas para os jornais por antigos moradores da cidade” (SOUZA, 2006, p. 61).

Ao me encontrar com Elias e Scotson (2000) por intermédio de seu livro “Os estabelecidos e os outsiders”, teço aproximações na sua escritura com o vivido pelos outsiders que chegaram a Florianópolis naquele momento histórico. Os autores em questão retratam em sua pesquisa etnográfica a divisão entre grupos de uma pequena comunidade de Winston Paiva, onde os já residentes/estabelecidos sentiam-se mais poderosos e humanamente superiores aos que ali chegavam, os outsiders. Esses eram estigmatizados e tratados como pessoas de menor valor. Os estabelecidos usavam como estratégia de controle as fofocas depreciativas sobre os suspeitos de transgressão.

As estratégias de controle usadas pelos estabelecidos de Florianópolis também caminharam por essa vertente além de provocar o afastamento dos outsiders do centro da cidade. “Assim, a exclusão e a estigmatização dos Outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que esse último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar.” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p.22).

Os investimentos sobre a cidade davam-se sob a perspectiva de manter a imagem vinculada a singeleza retratada de certa maneira pelo hino oficial de Florianópolis que entoia as suas belezas naturais. Rancho de Amor a Ilha, canta e encanta ao soprar em sua melodia uma profunda ingenuidade da cidade ao mesmo tempo em que acende o desejo de muitos *outsiders* do bem viver, marcado pela tranquilidade de uma cidade que exala em seu discurso qualidade de vida para sua gente.

Um pedacinho de terra,
Perdido no mar!...
Num pedacinho de terra,
Beleza sem par...
Jamais a natureza
Reuniu tanta beleza
Jamais algum poeta
Teve tanto pra cantar!
Num pedacinho de terra
Belezas sem par!
Ilha da moça faceira,
Da velha rendeira tradicional
Ilha da velha figueira

Onde em tarde fagueira
 Vou ler meu jornal.
 Tua lagoa formosa
 Ternura de rosa
 Poema ao luar,
 Cristal onde a lua vaidosa Sestrosa, dengosa
 Vem se espelhar...
 (ZININHO, 1965)⁴¹

Na composição da estética urbana não cabiam os barracos à beira da principal entrada da cidade e sequer na área central. Aos poucos aqueles que não tinham dinheiro e povoaram Florianópolis, foram banidos das áreas transitadas por turistas e “convidados” a recolocar os seus casacos.

No dia 27 de fevereiro, ele escreveu a Engels: 'Há uma semana cheguei ao agradável ponto no qual não posso sair por causa dos casacos que tive que penhorar'. Sem seu casaco de inverno, ele não podia ir ao Museu Britânico. Não penso que haja uma resposta simples para a causa pela qual ele não podia ir. Sem dúvida, não era aconselhável que um homem doente enfrentasse um inverno inglês sem um casaco de inverno. Mas os fatores sociais ideológicos eram, provavelmente, tão importantes quanto o frio. O salão de leitura não aceitava simplesmente qualquer um que chegasse a partir das ruas: e um homem sem um casaco, mesmo que tivesse um passe de entrada, era simplesmente qualquer um. Sem seu casaco, Marx não estava, em uma expressão cuja força é difícil de reproduzir, 'vestido em condições em que pudesse ser visto' (STALLYBRASS, 2008 p.47-48).

Do centro foram para as periferias assim formando *containers*⁴² produzindo a segregação dos seus corpos. Os guetos/favelas/comunidades passam a ser enfatizados a partir da condição de pobreza e com isso a

⁴¹ "Rancho do Amor à Ilha", de autoria de Cláudio Alvim Barbosa (Zininho), foi oficializado como Hino Oficial de Florianópolis através do Projeto de Lei nº 877 de 27/08/1968. Fonte: <http://www.deolhonailha.com.br/turismo/atrativos/rancho-do-amor-a-ilha.html>. Acesso: 22/11/2015.

⁴² O termo *container* é utilizado por Mumford *apud* Caiafa 2007 e diz respeito à condição da cidade enquanto um campo fechado. Trago o mesmo termo nessa composição para designar o isolamento das comunidades empobrecidas em relação ao centro da cidade de Florianópolis.

restrição de um aspecto crucial para as cidades que é a *circulação*. (CAIAFA, 2007) Para a autora, é nos espaços coletivos, com a possibilidade de circular e acessar que se promove a experiência com a alteridade. Se isso lhes é usurpado a tendência é que produzam espaços fechados dificultando a mistura urbana.

E AGORA, A CHICO MENDES

“É preciso desaprender a olhar para construir o novo”.
Dona Inês⁴³

Essa frase que agora está colocada como epígrafe para que possamos conversar aqui sobre a comunidade Chico Mendes é fruto de diversos “bons encontros”⁴⁴ aos quais participei nesse tempo de pesquisa. Fui aprendendo nesses espaços com as pessoas que por aqui habitam a desaprender o olhar. Seja com estranhos que passam e em silêncio seguem ou com aqueles que param e me contam as suas histórias. Histórias narradas por vezes com um gostoso café na Casa Chico Mendes onde acontecem as reuniões do “Projeto Territórios Populares”⁴⁵ e onde algumas vezes procurei o Dodô para conversar sobre as coisas que via e ouvia desse lugar. Histórias contadas pelas crianças que vivem de corpo inteiro as possibilidades oferecidas pela rua, que para elas se coloca como legítimo território de brincar.

Foi na observação, na escuta, no silêncio, no medo, na leitura de trabalhos acadêmicos (RIBES, 2005; LIMA, 2003-2014; STRAPPAZZON, 2011; LIMA, 2008; VILL 2009, MÜLLER, 2013), na vivência com as crianças que fui aprendendo com e sobre essa

⁴³ Dona Inês é Irmã Catequista Franciscana que atua na comunidade Novo Horizonte e participa das reuniões do “Projeto Territórios Populares”.

⁴⁴ “Bons Encontros” é um termo usado por STRAPPAZZON, 2011 nas reflexões tecidas sobre a Casa Chico Mendes na sua dissertação de mestrado, baseado em Espinoza, 2009.

⁴⁵ O projeto Território Popular, iniciado em 2015 é um projeto de extensão vinculado ao Núcleo Vida e Cuidado/NUVIC/Centro de Educação/Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade do Estado de Santa Catarina cuja iniciativa visa reunir algumas experiências comunitárias que ao longo dos últimos 20 anos foram construídas junto com a comunidade Chico Mendes e que nesse momento, articulam-se em vetores de ação comunitária, sendo eles: Formação, Educação Popular, Participação, Registro e Memória da Comunidade Chico Mendes.

comunidade. Olhares e pensares diversos que pairam sobre um lugar que se coloca no mundo pelas suas diferenças e similitudes, pela sua ousadia e covardia, pelas suas cores e apagamentos numa relação de estranheira com aqueles e aquelas que não se permitem entrar para sentar a beira da rua e por dentro conhecê-la um pouco mais. Conhecer aqui recebe a interpretação feita por Dona Inês: “*É preciso desaprender a olhar para construir o novo*”.

O novo nasce das familiaridades e da estranheza em que me coloco para olhar o vivido, onde as pegadas deixadas desdobram-se para mim em linhas segmentares assim como também na possibilidade de *linhas de fuga*. Por essas linhas os corpos enrolam-se e tecem com os fios que se cruzam nos contextos sociais vividos, de forma que sua configuração ora aprisiona seus devires, ora provoca o deslocamento da sua retidão, possibilitando dobras que se põem sob a perspectiva da sua própria desterritorialidade.

A rápida incursão na história vivida permitiu-me olhar com mais cuidado para a potência do subterrâneo da comunidade Chico Mendes. Subterrâneo aqui compreendido por aquilo que Michel Maffesoli discute em sua obra “O tempo das Tribos” (1998). O *vitalismo* encrustado no corpo das mulheres e homens que não se intimidaram diante da imposição dos estabelecidos da cidade e de suas formas unívocas de socialização, atravessa o tempo *cronus* e fixa-se no tempo *àion* daqueles que viveram a experiência da ocupação revelando a potência das relações sociais, o compartilhamento de sentimentos e a experimentação do viver em comum.

O que é comunidade? Hoje senti em meu corpo as palavras do Outro sobre o que é comunidade. Uma aprendizagem a partir da possibilidade de estar de corpo inteiro na relação daqueles que vivem o sentir em comum. Sentada a beira da rua, encontro com a Nice, uma moradora, que por questões pessoais estava afastada da Chico Mendes. Enquanto conversávamos, ela disse:

– Estava com muita saudade daqui, aqui é o meu lugar. Aqui estou em casa. (Nice)

Nesse mesmo momento passa do outro lado da rua uma moça que pergunta a ela como ela está. Ela responde que está mais ou menos, mas que tudo iria melhorar e agradeceu a gentileza por sua preocupação. Depois disso ela me olha e fala:

– Tá vendo por que eu gosto daqui? Isso é comunidade, as pessoas se importam umas com as outras. (Nice)

(Caderno de campo 09 de novembro de 2015)

Nesse sentido, trago nessa composição textual os sujeitos da experiência para contar a história desse lugar. É com a Chica, seu Antônio, Dodô (líderes comunitários), moradores, crianças, personagens importantes na construção desse lugar que passo a narrar minimamente a partir do vivido como emergiu e emerge a comunidade Chico Mendes.

HISTÓRIA DA COMUNIDADE CHICO MENDES: TRAÇADO VIVIDO

Victor estava brincando com seu irmão Gabriel em uma pequena árvore que fica em frente a sua casa. Balançavam-se em seu pequeno galho e por vezes eu tinha a sensação de que ele não suportaria o peso dos seus corpos. Cada vez que caíam, as crianças riam muito. Enquanto se divertem, chega perto um morador, vizinho do Victor e pede que as crianças não subam na árvore que ela pode quebrar e complementa dizendo: *essa árvore tem história para contar*. Embriagado pelo orgulho no olhar, aquele homem relata que quando ali veio morar, bem no início, nenhuma árvore existia por lá, foi ele junto com outros moradores que conseguiram plantar. (Caderno de Campo, 18 de outubro de 2015).

Apesar da composição arbórea representada na imagem da árvore, o que parece se colocar na fala desse morador é a *territorialização rizomática* (DELEUZE e GUATARRI, 1995) da construção dessa comunidade. Está no rizoma, invisível “a olho nu”, a sua luta, o seu pertencimento, a sua história que se cruza com tantas outras que vibram a efervescência que repousa na heterogeneidade e que se conecta ao conjunto (DELEUZE e GUATARRI, 1995). Conjunto que toca diferentes músicas da vida orquestradas pelas multiplicidades que os unem. “Multiplicidades que se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo o qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras” (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p. 16).

Caminhando por essas linhas é que homens e mulheres que aqui chegaram transgrediram a ordem estabelecida das linhas segmentadas, molares. Foi no contexto de luta que nasceu o Bairro Monte Cristo⁴⁶,

⁴⁶O bairro Monte Cristo com 12707 habitantes (segundo dados do IBGE de 2010) hoje é composto por 9 comunidades: Monte Cristo, Nova Esperança,

composto predominantemente por ocupações urbanas (LIMA, 2003). Chica conta que uma dessas ocupações aconteceu na madrugada de um sábado no ano de 1990 do século XX, em que 98 famílias, a maioria oriundas do oeste catarinense, chegaram silenciosamente ao terreno que seria ocupado. Nas mãos, não tinham armas, apenas estacas de madeira e lona para erguerem seus barracos e assim acenarem para a possibilidade de um Novo Horizonte para suas famílias⁴⁷.

As estacas multiplicaram-se e juntamente com as lonas pretas que seguravam, compuseram outro lugar. As dificuldades foram muitas, frio, fome, cansaço, sede, mas nenhuma delas venceu essas pessoas que tinham como arma a vontade de viver. A coragem dessa gente estava alicerçada no desejo de verem suas crianças crescerem com dignidade, estas durante o processo de ocupação ficaram sob os cuidados da igreja católica vinculada à Teologia da Libertação⁴⁸. O processo de ocupação teve total apoio do CAPROM através dos seus membros colaborativos.

Com muita luta e organização, a comunidade com o passar do tempo foi obtendo as suas conquistas. Água, luz, calçamento, saneamento básico, casa própria. *Nada veio de graça*, diz Seu Antônio. O que ficou marcado no corpo desses que por ali fincaram as primeiras estacas foi o espírito coletivo de luta. Essa conexão impulsionou os seus moradores na busca pelos seus direitos e dessa forma era apontada também pela prefeitura como local de alto nível de organização, “o que a inseriu num contexto de consistente fortalecimento em suas associações, inclusive com ações articuladas em prol das melhorias da região” (LIMA, 2003, p. 22).

Santa Terezinha I e II, Panorama, Pasto do Gado, Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória. Essas 3 últimas compõem a Região da Chico Mendes, sendo que a mais conhecida dentre essas é a comunidade Chico Mendes, que recebeu o nome durante a realização da “1ª Romaria dos Sem Teto de Florianópolis em 1991, cujo lema foi ‘Terra para morar e não para especular’, quando então os moradores optaram por homenagear o líder seringueiro há pouco assassinado” (RIBES, 1995 p.18).

⁴⁷As informações acerca da constituição da comunidade Novo Horizonte são frutos do relato oral de Francisca das Chagas, líder comunitária da comunidade que participou ativamente desse processo de ocupação assim como também de uma entrevista concedida por ela à Revista Pobres e Nojentas.

⁴⁸A Teologia da Libertação está diretamente ligada às Comunidades Eclesiásticas de Base vinculadas à religião católica e tem como função a libertação das condições que deploram a condição do humano, tendo a fé como expoente importante da sua própria libertação.

Com o passar do tempo, a comunidade ainda marcada pelo “empobrecimento expresso nas condições materiais, sendo por vezes impedida de alcançar seus direitos” (LIMA, 2003, p. 25) vai ganhando outros contornos, outras histórias narradas por outros que chegam e compõem o seu presente. Contornos esses que revelam não apenas uma nova topologia diante da reurbanização ocorrida com a construção de casas e abertura de novas ruas, mas uma composição que desenha um novo mapa que se atualiza pelo conjunto de culturas outras que agora se põem também nesse lugar, pela presença ostensiva da polícia, pela ausência de projetos coletivos, pela retirada da Prefeitura Municipal de dentro da comunidade e pelo enfraquecimento do olhar coletivo entre as novas lideranças comunitárias, dando a sensação para muitos de um “esvaziamento dos espaços”.

Essa nova configuração da comunidade aciona naqueles que por aqui se instalaram inicialmente, uma lamentação. Nas reuniões do Projeto Territórios Populares, esse é um assunto recorrente entre os participantes que aprenderam, assim como eu, a olhar e viver a comunidade pelo seu viés de movimentos coletivos.

Seu Antônio cobra a presença da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Diz que antigamente ela proporcionou, por intermédio de assembleia e organização dos moradores, melhorias para a comunidade. Demonstra-se frustrado em perceber a desmobilização dos atuais moradores. Dodô sinaliza que se temos direitos, por que temos que correr atrás? Sandra lembra que esse não é um problema da Chico Mendes e sim uma questão nacional onde está cada vez mais difícil ter espaço para os movimentos populares (Caderno de campo, 19 de novembro de 2015).

Há que se pensar em várias questões aqui circunscritas. Os novos *outsiders* trazem em suas histórias esse espírito de luta vivido pelos estabelecidos/*outsiders*? Seriam os desejos desses novos sujeitos os desejos de quem aqui já está estabelecido? A Prefeitura de Florianópolis está realmente fora desse contexto? Os espaços estariam vazios? Nas ruas por onde caminhei não consegui ter essa escuta do movimento coletivo de forma mais contundente. As falas aparentemente esvaídas de uma coletividade me convocam a olhar com mais atenção para as novas formas de ambiências (MAFFESOLI, 2006), que parecem fugidias diante dos movimentos comunitários vividos. Ambiência nesse contexto, apresentada pelo autor, mostra-se como a base da vida em sociedade onde há modulações, e estas se colocam como o *cimento*

social, a cola do mundo, o fluxo vital que se materializa em diferentes possibilidades de *estar-junto-com*. A ética e a estética tecem-se por novas tramas criativas de compor a vida. Nesse sentido, a ambiência tem como objetivo gerar um corpo coletivo que se apropria da vida como fruição dos prazeres do presente, “conduzida por uma via audaciosa e desafiadora, uma vida atravessada pelo frescor do instante, o que este possui de provisório, de precário e, portanto, de intenso.” (MAFFESOLI, 2006, p. 275).

É domingo e faz um lindo dia de sol. Encontro Isabelle e Maria Eduarda na entrada do beco onde moram. Junto a elas estava o Kauam, vizinho e amigo das duas meninas. Kauam olha para dentro do beco onde estão algumas pessoas sentadas conversando em frente às casas e fala:

– Hoje é dia de churrasco. Tá vendo, lá naquela fumaça é o meu pai assando linguíça e carne, daí ele dá um pedaço para as outras pessoas.

Pensativa, fico confrontando as páginas dos jornais que circulam a imagem da comunidade vinculada à violência com a cena que ali presencio (Caderno de Campo 19 de julho de 2015).

Assim, a “desaprendência” do olhar provoca-nos pensar em outros modos de pertencimento com seus pares na Comunidade Chico Mendes, transfigurando por vezes formas que desenformam diferentes possibilidades de partilhar emoções, desconsiderando critérios definidos pela razão, onde cada morador se reconhece dentro desse *ethos* comunitário.

Infelizmente a realidade marcada pelo empobrecimento e acontecimentos violentos em função do tráfico é o que dá visibilidade à Comunidade Chico Mendes nos dias de hoje, recaindo dois discursos sobre esse contexto, a *compaixão e a condenação*. (FONSECA, 2004). Incide sobre muitos uma amnésia, onde a história narrada do presente desconsidera o caminho traçado por lutas. O que fica é uma única narrativa sobre essa realidade contada a partir da espetacularização da violência.

A mídia produz, a partir da veiculação da violência e da pobreza, uma representação de sujeitos que precisa a todo custo serem sitiados, de modo que as intervenções são geridas por intermédio da segurança. Muito comum ouvir de pessoas próximas a mim, que sabem que trabalho na comunidade, a expressão *meu Deus, aquelas crianças devem ser terríveis*. Essa manifestação confirma o alcance midiático sobre as

peças que repetem os seus discursos sem saber o que disso pode ser “verdade”. O interior não é alcançado pelos olhos que não entram, espiam de fora por uma pequena fresta que lhes dá a condição de olhar apenas numa direção. Assim fica fácil imaginar que seja, “desde logo, um antro de banditismo, violência, sujeira, imoralidade, promiscuidade, etc” (ZALUAR, 1985, p. 12) que recai também sobre as crianças que precisam desde cedo serem educadas, tornando também o corpo dessas espetacularizado diante das representações projetadas no *espelho da civilização*.

As linhas molares que se colocam por esses discursos provocam o olhar de quem está de fora sobre a perspectiva do olhar da morte, do perigo, da fúria, do risco, do julgamento. “Duplamente excluídos por serem ‘Outros’ e por serem ‘incultos’ e perigosos os pobres urbanos vivem, neste olhar etnocêntrico e homogeneizador, o avesso da civilização.” (ZALUAR, 1985, p. 12). Essa forma de ver cega-os e impede de olhar também com olhos de festa, de alegria, de experiência, de criança. Como olham as crianças?

É fim de tarde e estou sentada na calçada com Isabelle, Maria Eduarda e Alcía. Conversamos sobre Deus e Demônio. As crianças vão indicando o que é coisa de Deus e o que é coisa do Demônio. O local em que estamos sentadas é em frente a duas casas por onde circulam muitas pessoas e onde sempre vejo o consumo de drogas abertamente. Hoje não foi diferente. Enquanto ali estávamos alguns rapazes estavam sentados sobre o muro fumando maconha e essa prática não foi citada pelas meninas como coisa do demônio. Essa parece ser uma prática aceitável entre as crianças, pois elas nunca falam sobre essa questão. Acho que meus olhos é que vinculam essa dinâmica à figura do demônio (Caderno de Campo, 19 de novembro de 2015).

As crianças olham como sendo possível ser isso e aquilo. Essa dinâmica que também move, mas não só, a comunidade, é um fator que compõe o *seu modo de ser*. O estranhamento não está no seu olhar, esse anuncia que o viver se faz de diversos modos, e que a ênfase midiática sobre essa dinâmica não as atravessa de forma a se compuserem unicamente sob esse viés. Confesso que essa é uma questão que esbarra no meu modo de viver. Mas no esbarrão, tento descolar minhas referências do certo e do errado, tentando desvencilhar-me do juízo de valor, mediada pelas próprias condições de enfrentamento da pobreza pelas quais seus corpos vivem. Essa aproximação do olhar é que me

permite transpor a dinâmica dessa questão assentada sobre esse cotidiano.

No livro *Os Miseráveis* de Victor Hugo (2014), o personagem principal Jean Valjean, marcado pela miséria, vê-se obrigado a roubar um pão para matar a fome da sua família. O pão roubado leva-o para a cadeia e marca o resto de sua vida. O número 24601 tatuado em seu corpo carrega consigo a punição de uma sociedade que gera as condições do seu próprio pecado. Victor Hugo escreveu essa obra em 1862 em uma tentativa de denunciar as injustiças sociais na França no século XIX. O autor queria evidenciar as circunstâncias sociais, políticas e econômicas que levaram seu personagem a cometer esse delito. Seria esse enredo atual nas comunidades empobrecidas do Brasil? Os sujeitos da pobreza fazem parte de um arranjo polifônico da sociedade capitalista? Os fins justificam os meios? Quais marcas carregam os corpos dos moradores da Chico Mendes que lhes concede o olhar manchado do outro? Quais marcas estão tatuadas nos corpos das crianças dessa comunidade que precisam ser apagadas e quais precisam ser desenhadas para que possam sair da condição do avesso da civilização? Os espaços estão vazios?

Relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos. Nossa abordagem não deve ser confundida com um relativismo simplista. Procurar compreender certas dinâmicas não significa louvá-las, nem advogar sua preservação. Significa, antes, olhar de forma realista para as diferenças culturais que existem no seio da sociedade de classe — sejam elas de classe, gênero, etnia ou geração; significa explorar o terreno que separa um indivíduo do outro na esperança de criar vias mais eficazes de comunicação (FONSECA, 2004, p. 09).

Estando esses sujeitos na perspectiva de muitos, no avesso da civilização edifica-se uma barreira que os afugenta da circulação da cidade criando-se uma estrutura de isolamento, mesmo que invisível na sua materialidade. A bolha que se instala reverbera de certo modo a privatização dos espaços, que vai acuando os sujeitos de forma que as fronteiras tornem-se cada vez mais difíceis de serem derrubadas, impossibilitando por vezes povoar outros lugares. As fronteiras são erguidas de maneira muito sutil, podendo inclusive ficar veladas por trás de um direito.

Hoje o sol brilha com maestria, nenhuma nuvem cobre seus raios que erradiam nas ruas. Sentada a beira da rua com Victor, percebemos uma movimentação da Pâmela que se prepara para ir à praia com seu tio. Victor me olha e fala do desejo de ir tomar banho no mar. Pergunto se ele já foi a alguma praia de Florianópolis. Ele me responde que só uma vez com a creche na Lagoa do Peri. Pergunto se sua família nunca o levou. Ele responde que o ônibus é muito caro (Caderno de Campo 11 de outubro 2015).

“Isabelle hoje está com uma aparência muito cansada, pergunto a ela se não dormiu bem. A menina responde que tinha ido passear na casa da tia que fica na Tapera e na volta pegaram muita chuva do ponto de ônibus até em casa.

– Ele parou bem lá longe, daí chegamos tudo molhada. Minha mãe disse que não tinha o Chiquinho que pára aqui bem pertinho (Caderno de Campo 04 de outubro de 2015).

A infância indaga a sociedade. Com toda a sua inteligibilidade as crianças convocam a pensar sobre as formas de contenção dos seus corpos atravessadas pelo discurso dos seus direitos. O que está para a criança pobre que não está para a criança rica e vice-versa? Quais políticas de mobilidade são colocadas para ambas? As crianças atualizam sobre as formas de conduta que as aprisionam em sua própria comunidade, mesmo que essa aparentemente não tenha porta trancada para sair.

É na *desaprendência* do olhar que vejo que o Chiquinho⁴⁹ não passa aos domingos e também não passa aos sábados de tarde como disse a Isabelle. Visitando o site do Consórcio responsável pelo transporte coletivo de Florianópolis descobri que os horários disponíveis para a comunidade encerram suas atividades durante a semana às 20h30 e no sábado às 13h50. Navegando um pouco mais pelo site do consórcio, chego à tabela de horários da linha Corredor Continente que faz o transporte de passageiros para o bairro onde moro, Jardim Atlântico. Bairro que não é considerado nobre e fica próximo à comunidade Chico Mendes. Existem diferenças entre elas?

⁴⁹ Chiquinho é como é chamado pelos moradores da comunidade o ônibus que faz a linha Centro-Chico Mendes. Recebe o termo diminutivo por se tratar de um micro-ônibus. Tabelas disponíveis em: www.mobfloripa.com.br/. Acesso: 22/09/2015.

Tabela 1: Horário de ônibus Chiquinho

Ônibus municipal em Florianópolis > Detalhamento de linha												
Linha: 630 - Corredor Contante - Emfrotor Empresa Florianópolis Tarifa cartão: R\$ 3,34 Tarifa dinheiro: R\$ 3,50 Tempo médio ida: 00:20 min Tempo médio volta: 00:23 min Extensão ida: 8,7 km Extensão volta: 8,5 km						Horários da linha - Sábado Sábado - Bairro -> TICEN - Ida Vigência: 20/07/2015 05:05M 05:30M 06:10M						
Notas da linha: Horários via Praia: saída Bairro às 06:30M e saída Centro às 06:55D. saídas da Plataforma (B)						Sábado - TICEN -> Bairro - Volta Vigência: 11/02/2016 00:05M 05:30 06:05 06:20 06:35 06:50 07:00 07:15 07:30 07:45 08:00 08:15 08:30 08:45 09:00 09:20 09:40 10:00 10:20 10:40 11:00 11:20 11:40 12:00 12:13 12:26 12:39 12:52 13:05 13:20 13:35 13:50 14:10 14:30 14:50 15:10 15:35 16:00 16:25 16:50 17:10 17:35 18:00 18:22 18:44 18:55 19:20 19:40 20:00 20:25 20:50 21:15 21:40 22:05 22:25 22:50 23:15 23:40M						
Horários da linha - Dia da Semana Dia da semana - Bairro -> TICEN - Ida Vigência: 11/01/2016 05:00M 05:30M 05:40M 05:40M 06:07M 06:20M 06:30M 06:40M												
Horários da linha - Domingo Domingo - Bairro -> TICEN - Ida Vigência: 20/07/2015 05:05M 05:30M 06:05M												
Horários da linha - Dia da Semana Dia da semana - TICEN -> Bairro - Volta Vigência: 11/02/2016 00:00A 05:30D 05:55 06:05 06:15 06:25 06:32D 06:40D 06:46 06:50 06:55 07:01 07:07D 07:15 07:22D 07:30 07:40 07:49 07:55 08:03 08:11 08:20 08:30D 08:40 08:50D 09:00 09:12D 09:24D 09:36 09:48D 10:00 10:15 10:30 10:40D 11:00 11:12D 11:24 11:36 11:48 12:00 12:05 12:15D 12:24 12:32D 12:40D 12:50 13:00 13:05 13:16 13:24 13:32 13:40D 13:48 13:58 14:10 14:23 14:35D 14:40D 15:00 15:18 15:30 15:45 16:00 16:18D 16:30 16:41 16:51 17:00 17:10 17:20 17:27 17:33D 17:40 17:47 17:53 18:00 18:07D 18:15 18:22 18:30 18:36 18:42 18:48 18:54R 19:00D 19:07A 19:15 19:22A 19:30D 19:40 19:50R 20:00A 20:20 20:40 21:00 21:20 21:40 22:00 22:15R 22:30 22:50D 23:05R 23:35R						Horários da linha - Domingo Domingo - TICEN -> Bairro - Volta Vigência: 11/02/2016 00:00M 05:30 06:10 06:30 06:50 07:10 07:35 08:00 08:25 08:50 09:15 09:40 10:05 10:30 10:55 11:20 11:45 12:10 12:35 13:00 13:25 13:50 14:15 14:40 15:05 15:30 15:50 16:10 16:35 17:00 17:25 17:50 18:10 18:30 18:50 19:10 19:35 20:00 20:25 20:50 21:15 21:40 22:00 22:25 22:50 23:15 23:40M						
Início da página Voltar seleção de linhas												
Legenda: M = Mesa vagem A = Horário Veículo Adaptado para cadeirante + Recolhe. D = Veículo adaptado para cadeirante. R = Recolhe.												

Fonte: <http://www.mobfloripa.com.br>. Acesso: 22/05/2016

Tabela 2: Horário de ônibus Circular Continte

Ônibus municipal em Florianópolis > Detalhamento de linha												
Linha: 772 - Chico Mendes - Transporte Coletivo Estrelo Tarifa cartão: R\$ 1,96 Tarifa dinheiro: R\$ 2,25 Tempo médio ida: 00:20 min Tempo médio volta: 00:21 min Extensão ida: Km Extensão volta: 14,8 Km						Itinerários e pontos de referências Itinerário de Volta TICEN Rua Pedro Bittencourt Ponte Gov. Colombo Salles Rodovia BR 282 - Via Expressa Marginal da Via Expressa - pista lateral da BR 282 Rua Prof. Egídio Ferreira Rua José Machado Simas Travessa Pedro Raimundo Serviço Frei Damão Travessa Leandro Rua Joaquim Nabuco Rua Sem Denominação I Rua Sem Denominação II Rua Sem Denominação III Marginal da Via Expressa - acesso Rua Josué Di Bernardi Avenida Josué Di Bernardi Marginal da Via Expressa - pista lateral da BR 282 Rodovia BR 282 - Via Expressa Ponte Gov. Pedro Ivo Campos Avenida Gov. Gustavo Richard TICEN						
Notas da linha:						Horários da linha - Dia da Semana Dia da semana - TICEN -> TICEN - Volta Vigência: 11/06/2016 05:45 06:05 06:25 06:45 07:05 07:25 07:45 08:05 08:25 09:05 09:50 10:35 11:05 11:25 11:45 12:05 12:25 12:40 13:25 13:35 13:50 14:10 14:30 14:50 15:10 15:30 15:50 16:10 16:30 16:50 17:10 17:30 17:50 18:05 18:15 18:25 18:35 18:50 19:05 19:25 19:45 20:05 20:30						
Horários da linha - Sábado Sábado - TICEN -> TICEN - Volta Vigência: 20/07/2015 06:40 07:22 07:55 08:40 10:40 11:15 11:50 12:25 13:10 13:50												
Início da página Voltar seleção de linhas												
Legenda: Esta linha passa pelas seguintes referências Conjunto Habitacional Panorama Capoeiras Lojas Havan Capoeiras Supermercado Big Capoeiras Capoeiras Transporte Estrela												

Fonte: <http://www.mobfloripa.com.br>. Acesso: 22/05/2016

Caiafa (2007), em seu livro *Aventura das Cidades* compartilha uma pesquisa etnográfica a partir do transporte coletivo nas cidades do Rio de Janeiro e Nova York. A autora aponta em seus estudos a possibilidade de uma dessegregação, mesmo que temporária, a partir do transporte coletivo, permitindo aos sujeitos que dele fazem uso a circulação e povoamento das cidades promovendo um nomadismo como devir afetando o sedentarismo de todos os que estão no entorno. O encontro com a heterogeneidade pode

“produzir efeitos interessantes, dispersando as recorrências do familiar, provocando encontros, introduzindo o imprevisível na vida dos habitantes da cidade, fazendo experimentar, evitando a repetição rotineira.” (CAIAFA, 2007, p. 119-120).

O Chiquinho foi uma das conquistas importantes da comunidade, de certa forma ele promove, mesmo que temporária, a dessegregação sugerida por Caiafa (2007). A chegada do ônibus dentro da comunidade possibilitou para muitos essa dispersão, tanto pela tarifa mais baixa, como também pela proximidade em que o ônibus se coloca a alguns becos, facilitando a aproximação de pessoas idosas e crianças. Os moradores têm a possibilidade de através de uma tarifa social, transitar até o centro da cidade. Digo o centro da cidade por ele não fazer nenhuma outra parada. Depois que ele sai da comunidade Chico Mendes, dirige-se até o terminal central e lá faz a distribuição da sua população.

Diante das tabelas de horários e do que delas podemos perceber, alguns questionamentos põem-se em movimento. Por que o itinerário dessa linha não possibilita a passagem por outros bairros ao invés de só conduzir até o centro? Teria algum motivo especial da concentração maior de horários no início da manhã e no final da tarde? Por que na linha do corredor continente há a disposição dos passageiros de 91 horários (entre o primeiro horário da manhã e 20h30) enquanto que no mesmo período o Chiquinho só dispõe de 43 opções? Por que o ônibus do Chiquinho não dispõe de elevadores sendo que a comunidade tem uma demanda importante de cadeirantes? Por que o último horário da linha de ônibus do Chiquinho na semana é sábado às 13h50 do centro para a comunidade? E aos domingos, por que não há a sua circulação? Seria essa, uma estratégia de confinamento prevenindo um suposto risco para aqueles que estão do lado de fora? O que explicaria tamanha redução nas possibilidades de acessar outros lugares por meio desse transporte público? Onde fica o direito à cidade?

O barulho que se ouve é dos carros que passam, das pessoas que parecem estar chegando do trabalho e das crianças que começam a sair da escola e das creches. O dia está ensolarado e com a volta do sol, voltam também para as ruas os varais que fazem parte da estética desse lugar. Olhando esse movimento todo, que não é o mesmo dos domingos, fico a lembrar de Magnani que sinaliza a importância de olhar de perto e de dentro para conhecer melhor. E olhando assim, de bem perto, é possível contrapor a imagem representacional traçada pela opinião midiática de que aqui só existe bandido. As pessoas que agora circulam por essas ruas parecem ser

trabalhadores e trabalhadoras que retornam para suas casas depois de um longo dia de trabalho. Aos poucos vão descendo do Chiquinho e reencontrando seus pares. Seria essa a imagem da dignidade? De pessoas honestas? De uma moralidade que se coloca para uma vida correta? O trabalho enobrece o homem e nesse caso também a mulher? (Caderno de campo 09 de novembro de 2015).

Seria o trabalho a razão da política de mobilidade dos sujeitos que moram na comunidade? Seria o trabalho um dispositivo de regulação para os pobres? O transporte urbano também se coloca como uma forma de governo? Como se concede o direito ao lazer nos sábados à tarde, domingos e feriados por outros lugares? O direito está na condição do dever de trabalhar? Quando as crianças com suas famílias poderão ir à praia na Ilha da Magia? E quem está fora, como vê aqueles que estão dentro do ônibus número 772?

Vill (2009) em sua dissertação de mestrado relata em uma das passagens a sua percepção em torno do transporte coletivo que conduzia os moradores antes da chegada do Chiquinho.

Nesse dia voltei para o centro de Florianópolis de ônibus. Era o ônibus Monte Cristo. Observei as ruas que passavam e eu não conhecia. Ainda dentro do bairro, outras pessoas entravam, algumas ficavam, mas confesso que não as olhei muito, meu foco era a rua. Em seguida o ônibus saiu do bairro e cruzou outras localidades. A partir daí ninguém mais entrou, embora as paradas estivessem cheias. Por que as pessoas não entram no ônibus que vem do Monte Cristo? Foi marcante, mais uma vez, perceber o olhar das pessoas nas paradas. Mesmo estando mais abaixo, era um olhar *de cima para baixo* (VILL, 2009 p.41).

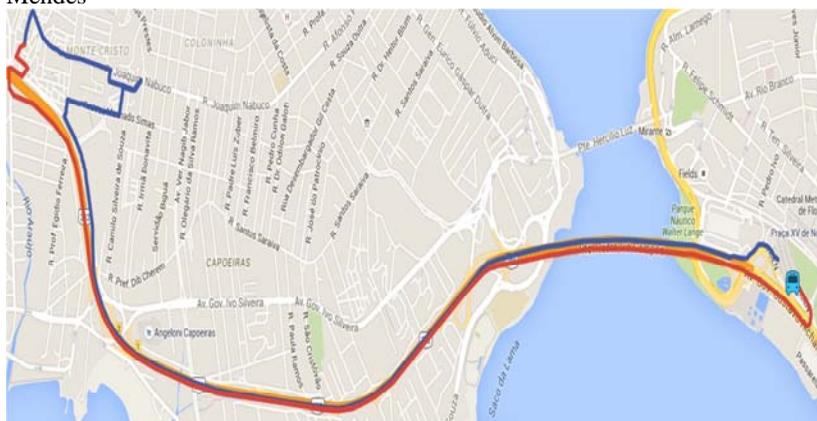
A privatização da cidade para os pobres parece receber nesse contexto a conotação da produtividade. Durante a semana o Chiquinho com tarifa social, leva os trabalhadores para o centro da cidade a fim de que possam exercer seu papel de trabalhadores. Numa armadilha de empreendedorismo colocam-se aí as máximas de que “o trabalho enobrece o homem”, “tempo é dinheiro”. Há uma vinculação pela mobilidade entre cidade e trabalho onde os moradores parecem tornar-se mercadorias a serem consumidas e é dessa forma que estão atados ao direito da experiência na cidade (CAIAFA, 2007). Já nos fins de semana e feriados, o ônibus que talvez pudesse servir para o deleite dos que aqui

habitam, não existe. Seu horário finaliza com o tictac do relógio que dá por encerrada para uma grande maioria a jornada semanal de trabalho. Há a permissão de uma dessegregação pela via produtiva da comunidade.

A exclusão espacial denuncia que o espaço como já citado, não é uma dimensão social independente, ele dirige valores, interesses, orientações de quem é de lá e de quem é de cá e com isso nomeia os sujeitos, os grupos e produz a sua imagem. Linhas de governo põem-se pela molaridade no controle do espaço de circulação dos pobres na submissão das suas subjetividades dirigindo as suas condutas. Produz-se aí um sujeito assujeitado, aquele que segundo Foucault (1995) está submetido ao outro pelo controle e dependência da sua própria existência. Há aqui um processo de esculpimento da imagem do outro, onde os traços desenhados sobre os seus corpos assentam-se pela linha patológica que se coloca como algo fora do normal. Nessa anormalidade que se discursa cria-se a in-diferença na imagem do Outro. (GARCIA, 1998).

Olhando com mais proximidade para o itinerário e os pontos de referência disponibilizados no site do consórcio de transporte urbano de Florianópolis, percebo que as ruas por onde passa o ônibus do Chiquinho na comunidade Chico Mendes, são descritas como “Rua sem Denominação” e que as referências citadas tratam de lugares e comércio que estão do lado de fora, nos arredores. E o que está dentro, por que é negado? Condução do olhar daquele que viaja? Patrocínio do comércio citado?

Figura 25: Trajeto Chiquinho - Centro de Florianópolis até a Comunidade Chico Mendes

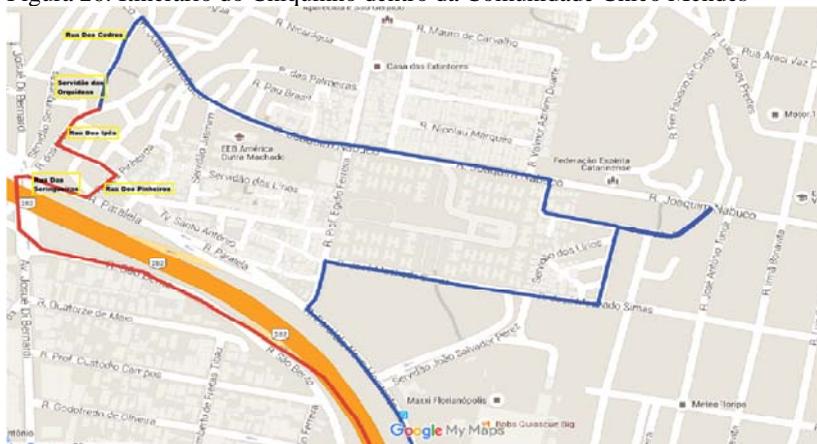


Fonte: www.mobfloripa.com.br/. Acesso: 22/05/2016

As ruas da comunidade Chico Mendes, assim como as da Novo Horizonte tem uma razão de existir, são motivadas pela sua própria constituição. As ruas da Chico Mendes trazem como marca nomes de flores e árvores, complementando a homenagem ao seringueiro. Ela é traçada pela Rua das Seringueiras, dos Ipês, dos Cedros, dos Lírios entre outras. Já a comunidade Novo Horizonte tem o nome das ruas vinculado com a religiosidade: Servidão Anjo Gabriel, Servidão São Pedro, Travessa São Damião, etc.

Sendo assim, o itinerário do Chiquinho quando trafega pela comunidade Chico Mendes passa pela Rua dos Cedros, Rua das Orquídeas, Rua dos Ipês, Rua dos Pinheiros, Rua das Seringueiras e somente depois desse percurso dirige-se para a via expressa para retornar ao centro da cidade. Não são ruas sem denominação, são ruas que demarcam as suas singularidades a partir da sua geografia, da sua história, da sua economia, da sua política e dos sujeitos que nela vivem.

Figura 26: Itinerário do Chiquinho dentro da Comunidade Chico Mendes



Fonte: www.mobfloripa.com.br/. Acesso: 22/05/2016.

Nessa passagem ele encontra-se com a Escola América Dutra Machado, com a ARESP⁵⁰, com a sede do Projeto Revolução dos Baldinhos⁵¹, com a Creche Mateus de Barros, com o Museu do

⁵⁰ Associação de Reciclagem Esperança.

⁵¹ A Revolução dos Baldinhos é a gestão comunitária de resíduos orgânicos sincronizada à prática de Agricultura Urbana, idealizada e implementada pelo Cepagro na comunidade Chico Mendes - Florianópolis). Disponível em:

Brinquedo⁵². Referências importantes para os que habitam a comunidade e dizem também dos seus modos de ser e estar no mundo. Esse itinerário conta um pouco desse lugar, indo além das especulações midiáticas estampadas nas capas de jornais proporcionando para aqueles e aquelas que viajam com o Chiquinho conhecer os espaços sociais da comunidade por outras lentes, interpelando os discursos naturalizados.

É de carona com ele que meu silêncio põe-se a falar diante da arquitetura que se destaca hoje na comunidade. Os barracos de madeira e papelão que compunham a paisagem quando aqui vim trabalhar, cederam lugar para casas de alvenaria. Casas que foram construídas pelo Programa Habitar Brasil⁵³, via parceria entre o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do Projeto Bom Abrigo, tendo como órgão executor a Prefeitura Municipal de Florianópolis. A partir do ano 2000 as comunidades Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória foram contempladas com esse projeto diante das dificuldades de moradia vividas na época. (MÜLLER, 2013).

Seu Antônio relata que foi um período de muitas negociações, pois o projeto inicial previa um tamanho de casa que não atendia às necessidades das famílias dessas comunidades. Eram casas padronizadas, com pouco espaço interno e sem nenhum quintal, o que impedia a mobilidade de muitas pessoas, inclusive de espaços para as crianças brincarem. Segundo ele, foi por intermédio de uma comissão feita junto a moradores e lideranças comunitárias em constantes negociações com os arquitetos do projeto, que conseguiram alterar para três tipos de plantas, pensando no tamanho das famílias, no comércio e nas pessoas idosas e deficientes (Caderno de Campo, 19 de novembro de 2015).

Coloridas e todas com a mesma fachada, as novas casas proporcionaram mais qualidade de vida para a comunidade oferecendo um ambiente mais acolhedor aos seus moradores. Hoje, quando transitamos pelas ruas, podemos perceber que apesar de ter a mesma estrutura física, a marca da singularidade de cada moradia está expressa

<https://cepagroagroecologia.wordpress.com/agricultura-urbana/revolucao-dos-baldinhos/>. Acesso: 08/10/2015.

⁵² Idealizado por Dona Lídia, é um local que reúne brinquedos recolhidos no lixo da própria comunidade.

⁵³ O Programa Habitar Brasil BID (HBB) é implantado no país desde 1998.

nos detalhes que cada morador transmite sobre o seu espaço. Flores, varais, ampliação com garagem, cortinas, grafites imprimem a marca de suas diferenças.

Figura 27: As casas da Comunidade



Fonte: acervo da pesquisadora

Ao mesmo tempo em que essa conquista foi extremamente importante para os moradores, há que se pensar nos projetos habitacionais projetados para os pobres. Há uma restrição do espaço privado de moradia em função dos tamanhos projetados para essas casas. Donzelot (1980), em seu livro *Polícia das Famílias*, conta que na metade do século XIX, inúmeras eram as estratégias de controle sobre as famílias na França, uma delas era o programa de habitação social. Tendo como função uma vigilância mútua, a moradia era espaço suficientemente amplo para ser higiênico, ao mesmo tempo em que deveria ser pequeno para nela viver somente a família e organizado de maneira que os pais pudessem vigiar os filhos. Temos uma estratégia de controle dos corpos também pela habitação? Essa seria também a lógica impressa pelos interesses dos financiadores do Projeto Bom Abrigo? Os moradores da Chico Mendes são colocados nessa lógica de habitar?

Como um sinal de recreio da escola onde as crianças saem correndo para brincar, o sinal da rua parece tocar. 10h35 muitas pessoas saem para a rua ao mesmo tempo. Olho para uma das suas pontas e vejo que elas saem da igreja, o culto

havia acabado. Muitos adolescentes e crianças saem acompanhadas de adultos. A rua que até então parecia anestesiada, desperta. A música do bar recebe volume máximo e o som chega a todas as casas. Como numa dança, as pessoas invadem a rua e dão a ela o movimento que meus olhos já estão acostumados a ver. Com suas bíblias embaixo do braço, homens e mulheres passam sorridentes conversando. Carros e motos começam a circular. Aparecem dois vendedores ambulantes, um de meias e outro de cobertor. Aos poucos as calçadas recebem seus costumeiros moradores com suas cervejas que sentam à beira da rua para conversar (Caderno de campo 09 de agosto de 2015).

Com pouco ou nenhum terreno para socializar e brincar, os moradores foram para as ruas colocando-as como extensão de suas casas. As calçadas tornam-se sala de visitas acolhendo ali os que chegam, os que partem e os que ficam. A ética comunitária no transbordamento de estar-com.

Figura 28: A rua como extensão das casas



Fonte: Foto Registrada por Marciene 6 anos

As crianças, em especial, ocupam as ruas para brincar. Transformam as ruas em linhas de fuga que se abrem sobre o cativoiro. Seus corpos brincantes escapam da linearidade projetada pela arquitetura das suas moradias. Pela rua experimentam-se na companhia dos conhecidos e de estranhos. Estranhos que com a permanência e insistência da presença tornam-se familiares. São esses que dizem: *rua não é lugar de ficar! Rua é lugar de perigo*. Por entre esses discursos as crianças desse lugar fazem a sua leitura do mundo e ensinam-me a ler o que elas vêem da vida.

LEITURA DA BEIRA: O QUE AS CRIANÇAS ME ENSINAM

Ainda estou aqui na beira da rua a observar. Enquanto observo, agora a partir dos registros nos meus cadernos de campo, entro com mais cuidado e por que não dizer, com certo medo dos pensamentos que insistem em dar asas a novos pensares? Pousam assim sobre outros terrenos, que podem ainda estar um tanto escorregadios diante do que para mim se coloca como novidade no olhar, proporcionando ampliação no meu ângulo de visão sobre os *modos de ser criança* no mundo contemporâneo. A realidade inscrita na leitura do contexto da pesquisa está mergulhada nos referenciais que me acompanham, sendo este o viés por mim escolhido para colocar em evidência nesta dissertação e assim “narrar dentro de outra possibilidade discursiva” (CORAZZA, 2002, p.107) as práticas sociais vividas junto com as crianças da Comunidade Chico Mendes.

Cada página relida proporciona encontrar e reviver os momentos em que estive lá. Nessa volta, novamente acesso o vivido, vejo-me nessa relação de experiência mergulhada no pertencimento e comprometimento da minha escrita. Palavras aparentemente em repouso trazem no seu significado a dobra da minha própria subjetividade. É preciso “voltar sobre os próprios passos, para encontrar outras possibilidades de continuar em movimento” (CORAZZA, 2002, p. 108) e assim compor um itinerário desenhado por aquilo que me é próprio e a partir dele, constituir as linhas de pensamentos que meu ângulo de visão permite (re)conhecer.

Como num álbum de fotografia as páginas do meu diário reportam-me para as cenas que pelas ruas vivi junto com as crianças. Não são estáticas, já emolduradas. São cenas que escapam de uma página a outra de modo que se entrelaçam por vetores que transversalizam as *linhas molares e moleculares* (DELEUZE e GUATARRI, 1996) desenhando os territórios a partir da leitura de mundo das crianças. O que me interpela a olhar de forma caleidoscópica para a complexidade das relações por elas construídas.

Agora decantada pelo tempo, as palavras escritas nesse percurso adquirem significados outros que embebidas por um conjunto de enunciados, “sendo esses tomados como manifestações de um saber e que, por isso, sejam aceitos, repetidos e transmitidos” (VEIGA-NETO, 2014, p. 94), dizendo das práticas sociais onde estão mergulhadas as crianças dessa pesquisa. Enunciados que se colocam como “atos discursivos” (VEIGA-NETO, 2014, p. 94) que embrenhados de um saber, arrastam-se pela herança da sua própria história e que por isso são aceitos e repetidos na contemporaneidade como discurso de verdade. As palavras, que são carregadas pelos sujeitos, produzem conhecimentos que são colocados em circulação, proferindo discursos envoltos a um conjunto de enunciados que se tornam inteligíveis graças ao caráter judicativo e veridicativo. (VEIGA-NETO, 2014).

O estranhamento põe-se, mais uma vez, diante das estruturas sólidas do que discursivamente se coloca sobre as crianças da comunidade Chico Mendes e do que para elas é projetado como necessário nessa relação de saber sobre elas instituído. Assim sendo, as crianças convidam-me a olhar de muito perto a ordem familiar das coisas para que possa compreender as linhas que tecem a sua emergência, nesse contexto. Linhas que através da frequência registrada no meu caderno de campo anunciam o movimento da presença das crianças por meio de técnicas e procedimentos normativos, que as colocam como “assujeitadas” nos dois significados atribuídos por Foucault (1995): i) sujeito a alguém pelo controle; e ii) dependência e presas à sua própria identidade por uma consciência. Linhas que estriam a subjetividade de cada uma delas, desenhando sobre seus corpos as possibilidades de ser nesse momento histórico. Linhas atadas aos seus corpos numa perspectiva de governo, “como um modo de ação de alguns sobre os outros”, (FOUCAULT, 1995, p. 242) que vão se tramando de modo que conduzem as suas vidas assim como também governam a si mesmas, fazendo com que controlem seus desejos e prazeres. (VEIGA-NETO, 2015).

A *arte de governar* as crianças da comunidade Chico Mendes institui discursos que se projetam como verdadeiros, agem nas fissuras cotidianas e se proliferam por toda a sociedade. Discursos que se valem de um saber/poder, que se planificam nesse cotidiano por meio da

polícia, da religião, dos projetos sociais e da musicalidade e se colocam como *dispositivos pedagógicos* que se arranjam sobre as crianças desta pesquisa. Dispositivo que para Foucault, trata-se de um,

conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo (FOUCAULT, 2002, p. 138).

Esses dispositivos apresentam-se como disparadores de aprendizagem que ensinam às crianças *modos de ser* produzindo as suas subjetividades. Essa rede discursiva que enreda esses elementos dispõe de estratégia de poder que produzem os significados sobre como as crianças desse contexto se constituem sujeitos. Dessa forma, colocam-se como forma de governo exercendo o poder sobre as suas ações e assim estruturando seus modos de vida através de padrões de comportamentos socialmente aceitos.

As estratégias discursivas que mobilizam esses dispositivos geram a objetivação das crianças por meio de ensinamentos em torno da condução das suas condutas onde as mesmas precisam atender às exigências em torno da sua existência. (GARRÉ e HENNING, 2015). Existência circunscrita pelo conjunto de saberes produzidos com o intuito de controlar e docilizar os sujeitos moradores da comunidade Chico Mendes.

a todo momento, os sujeitos [crianças] são acionados, acessados nas malhas desse[s] dispositivo[s], sendo convidados ou convocados a se inserirem num processo de mudança, de transformação de atitudes, que repercutam positivamente a favor da vida do Planeta (GARRÉ e HENNING, 2015, p. 05).

Os conhecimentos científicos e estatísticos balizam essa “maquinaria governamental” (SILVEIRA, 2015) avaliando as políticas e práticas sociais instauradas na comunidade, que moldam as formas de pensar, de ser e estar no mundo sobre essas crianças. É o discurso da infância universal e naturalizada que ainda hoje faz moradia sobre seus corpos estabelecendo ações de governo que circunscrevem as suas vidas. As luzes acesas em torno das mesmas remete-nos a pensar sobre a importância das Ciências Sociais na produção de saberes. Saberes que

nascem na emergência de conhecer as populações para melhor administrá-las. São esses saberes que normatizam os *modos de ser* e que passam, a partir de padrões estabelecidos, a regular suas condutas. Saberes dos *experts* que instituem discursos diversos capturando a heterogeneidade, enquadrando e integrando à norma todas as que por ventura estiverem desviadas (DORNELLES, 2008). Nessa relação de saber/poder, verdades são fixadas de modo que as crianças são forjadas num jogo de sujeição da sua conduta, sendo essas governadas a partir daquilo que se julga ser a falta.

Os sistemas conceituais criados nas ciências "humanas", as linguagens de análise e explicação que elas constituíram, forneceram os meios pelos quais a subjetividade e a intersubjetividade humanas puderam começar a fazer parte dos cálculos das autoridades. (ROSE, 1988, p. 39).

Nessa perspectiva é que as crianças pobres da comunidade Chico Mendes têm sido *corrigidas, reguladas, disciplinadas e docilizadas*. Os cuidados a elas destinados têm reservado lugares que se alicerçam entre direitos e deveres que recobrem seus corpos mergulhados em processos de governo, onde são governadas e também governam a si mesmas. As *técnicas de dominação e as técnicas de si* entrelaçadas produzem as suas subjetividades, sendo que “através da auto-recuperação, da terapia, de técnicas de alteração do corpo e da remoldagem calculada da fala e da emoção, ajustamo-nos por meio das técnicas propostas pelos *experts* da alma” ((ROSE, 1988, p. 44).

Essa marca que atravessa seus corpos, diz como as mesmas são protegidas. “Seu governo e seu controle se exercitam primordialmente por meio de políticas [de segurança], programas e/ou projetos assistenciais, socioeducativos [religiosos] e culturais de orientação eminentemente biopolítica...” (GADELHA, 2015, p. 347). Essa estratégia na produção das subjetividades incide sobre essas crianças pelo viés da *economia social*, onde o controle de suas condutas tem como objetivo a diminuição do risco social, centrado na infância *carente e deficiente*, que é “caracterizada pelos signos do abandono, do desvio, da patologia social, do risco, da periculosidade, da delinquência” (GADELHA, 2015, p. 346).

Os traços peculiares dessa comunidade, por meio da pesquisa etnográfica, por mim vivida, fez beirar caminhos que *a priori* não estavam planejados. Caminhos que me fizeram retornar mais uma vez à história passada para compreender o que as crianças, por meio das linhas

desenhadas sobre seus corpos tentaram mostrar na sua história presente. Foi na relação direta com elas que conceitos ganharam outros contornos. Contornos que se colocam sob outro plano de imanência (DELEUZE e GUATARRI, 2010), sobrevoando o vivido e daí despertando a multiplicidade de sentidos que deles podem atravessar. Vetores abrem-se e complexificam as formas de olhar, o que se põe sobre as infâncias na contemporaneidade dessa comunidade. Caminhos que me fazem ver *o futuro repetir o passado*⁵⁴ sobre verdades nos discursos que dizem das crianças pobres.

UM PEQUENO DESVIO ANTES DE SEGUIR: BREVE APROXIMAÇÃO COM A HISTÓRIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO BRASIL

No Brasil, é na segunda metade do século XIX que as políticas sociais em torno da população pobre se avolumam, ou como diria Donzelot (1980) é quando a “Polícia das Famílias” tem como foco o ordenamento das famílias. Práticas que incidem sobre o policiamento das suas vidas, são criadas como forma de assegurar o controle das famílias pobres. As ações nesse campo emergem sobre o princípio do *biopoder*, em que um conjunto de práticas possa por meio de *dispositivos de segurança* acionar o governo dessa população. Famílias tomadas como inabilitadas por não terem dinheiro e por serem incapazes moral e intelectualmente de cuidar das suas proles (GADELHA, 2015). Essa condição justifica a “montagem de todo um aparato psicopedagógico, médico-social, corretivo e segregador” (GADELHA, 2015, p.354) direcionado para as crianças e adolescentes do nosso país.

Em torno dos saberes da medicina social, da psiquiatria, da puericultura, da religião, do saber jurídico-normativo, da assistência, da filantropia entre outros, um arcabouço de ações vem sendo estruturado de modo que as crianças e adolescentes tem sido enredadas nas malhas do poder. A Roda dos Expostos⁵⁵, criada pela igreja católica e importada de Portugal, aparece como uma primeira iniciativa no campo jurídico e assistencial nessa perspectiva que tinha como objetivo

⁵⁴ Fragmento da Música “O tempo não para”- Cazusa. Disponível: <https://www.vagalume.com.br/cazusa/o-tempo-nao-para.html>. Acesso: 27/12/2015.

⁵⁵ A Roda dos expostos no Brasil surge em 1726 na cidade de Salvador na Santa Casa de Misericórdia.

recolher as crianças que eram consideradas frutos indesejados. (SANTOS, 2007). No decorrer do tempo a Puericultura compreendida como a “ciência que trata a higiene física e social da criança” (GESTEIRA *apud* RIZZINI, 2011 p.106) surge sobre bases higienistas com a preocupação de preservar a vida das crianças para não comprometer o futuro do país. (RIZZINI, 2011).

Sobretudo, o início do século XX representou um período importante na história da legislação brasileira para a infância, sendo muitas leis produzidas na tentativa de regulamentar a situação da infância. Leis que transitavam por discursos que se colocavam entre a defesa da infância e a defesa da sociedade, trazendo nas diversas vozes de políticos um temor em relação às crianças e adolescentes, que na concepção de muitos, traduziam-se como ameaça ao projeto de modernização. (RIZZINI, 2011). O olhar sob a perspectiva do risco coloca-se fortemente sobre os sujeitos infantis.

Nesse cenário, a esfera médico-jurídico intensifica o governmentação da infância, propondo formas de educação que possam corrigir os modos das crianças e adolescentes advindos das camadas populares, considerados como sendo “privados do senso moral, predispostos à criminalidade, à vingança e à cólera” (SANTOS, 2007, p. 233). Sendo assim, no ano de 1927 sob as bases da justiça e da assistência surge o Código de Menores⁵⁶. No que diz respeito a esse Decreto, percebe-se uma tendência de punição, onde são criados artigos que buscam “resolver o problema dos menores, através de mecanismos de ‘tutela’, ‘guarda’, ‘vigilância’, ‘educação’, ‘preservação’ e ‘reforma’.” (RIZZINI, 2011, p. 130). Através da criação de instituições públicas, jurídicas e policiais, o Código de Menores priorizou a segregação dos menores, com vistas à regulamentação dos seus corpos. O nascimento do Código de Menores de 1927 também legitima o termo “menor” como sendo as crianças e adolescentes provenientes das camadas populares sendo esses considerados debilitados e socialmente desajustados.

Os anos 30 do século XX mostraram-se, com as conquistas trabalhistas e o Estado Novo, uma década de atenção intensa às crianças. Focados na assistência social e no amparo da população mais pobre, o governo estava preocupado com o projeto nacionalista, que tinha como proposta o “saneamento dos costumes e pelo integral cumprimento dos nossos deveres cívicos” (RIZZINI, 2011, p. 134) em detrimento das

⁵⁶Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927

ideias socialistas que surgiam naquele momento histórico e que deveriam ser banidas. “As vidas das famílias e de suas crianças e adolescentes seriam disciplinarizadas, normalizadas e regulamentadas estrategicamente por biopolíticas que visavam, entre outras coisas, produzir um sentimento de unidade...” (GADELHA, 2015 p. 355).

Diante do novo quadro instalado, a criança era central nesse projeto. Estratégias políticas foram criadas em torno da assistência social para controlar as populações consideradas desajustadas socialmente. Perspectivando a criança do presente como o Brasil do futuro, foram tomadas medidas na direção da criação de órgãos nacionais de amparo à infância. Podemos citar como exemplo o Conselho Nacional de Serviço Social, o Serviço de Assistência ao Menor, a Legião da Boa Vontade, Legião Brasileira de Assistência, Fundação Darcy Vargas, Casa do Pequeno Jornaleiro, Casa do pequeno Lavrador, Casa do pequeno Trabalhador e Casa das Meninas (RIZZINI, 2011).

Dessas entidades, destacam-se aqui, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, que atendia adolescentes de ato infracional e o menor carente abandonado, ambos sendo segregados em instituições que visavam a correção/repressão. Essa entidade ao longo do tempo mostrou-se uma ameaça às crianças que eram recolhidas. Esse sistema intensificou a violência sobre as crianças e adolescentes no seu interior onde “os castigos corporais eram prática rotineira nas instituições, chegando a assumir proporções de escândalo público em algumas, quando a extrema violência da surra levava à morte do interno.” (RIZZINI, 2011, p. 278).

Em 1965, diante da saturação do modelo em torno do SAM é inaugurada a Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor (FUNABEM) e das Fundações Estaduais de Bem Estar ao Menor (FEBEM) com a proposta de diminuir a internação e atualizar os métodos de reeducação. Porém, com o Golpe Militar de 1964, o que se assistiu foi a internação desenfreada de menores nos mesmos moldes do antigo SAM, onde o menor passou a ser entendido como problema de segurança nacional. Até 1979, quando houve a revisão do Código de Menores, o modelo carcerário para menores ancorava-se na reintegração de jovens, através de métodos extremamente violentos.

O novo Código de Menores de 1979⁵⁷, depois de muito debate, não foge da linha arbitrária instituída pelo antigo Código de 1927.

⁵⁷Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979.

Adaptado aos novos tempos, ele dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores. Traz em seu bojo, o governo das crianças e adolescentes empobrecidos, que tem seus direitos extirpados e que pagam duplamente por essa condição. Continua a legitimar a repressão e assistência em troca da sua domesticação.

Nos anos 80 do século XX, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985) constituiu-se importante movimento na direção da mudança das leis endereçadas a elas. É a partir das vozes desses meninos e meninas, que ecoam outras denúncias em relação à violação dos seus direitos, mobilizando assim diversos setores da sociedade, contribuindo para um amplo debate nacional, assim como para o texto final do Artigo 227⁵⁸ da Constituição de 1988 e a revogação do Código de menores, sendo esse substituído pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990. As novas leis emanam um novo paradigma para a condição da infância. A assistência passa a dividir o espaço com o direito e as crianças e adolescentes passam a ser vistos perante a lei como sujeitos sociais de direitos. Nasce a criança cidadã, com direito à proteção, provisão e participação. Dessa forma, a politização da infância implanta cenários que vibram ecos sobre esse sujeito que agora se convencionou pela assistência e pelo direito e que se estabelece por narrativas contemporâneas que transitam nas esferas *jurídico-normativo, médico-patológico e pedagógico-assistencialista* (SOUSA e LIMA, 2004).

Nesse sentido, os discursos jurídico-normativos, através do ECA, centram suas certezas na (re)educação da infância, atualizando e qualificando suas formas de governo. O caráter formativo implantado fortalece-se no discurso pedagógico-assistencialista, em que assume papel vital, numa relação de soberania do adulto sobre as crianças, tornando-as passíveis de proteção e cuidado. O discurso médico-patológico favorece as práticas que expulsam aquilo que se considera não fazer parte da infância, centrado na persuasão de um *dever-ser* que se afirma em discursos que buscam a “padronização, unificação e normalização da infância” (LIMA, 2011, p. 122).

⁵⁸ “É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A rápida incursão abreviada na história permite-nos perceber que avanços significativos surgiram em torno das políticas de cuidado para a infância. Porém, o que ainda está arraigado no princípio da lei que ancora o discurso dos direitos é a concepção universal de infância e criança alicerçada nos pilares da modernidade, que trazem em seu ventre padrões de normatização, sendo essa uma produção ligada ao saber/poder. A concepção universal dificulta considerar a heterogeneidade das infâncias e crianças existentes, perpetuando falas e práticas sociais ainda,

pensando-a como um dado universal e atemporal, realizando-se para todos/as da mesma maneira, seguindo os mesmos passos, comportando problemáticas semelhantes para todos os indivíduos que por ela passam e conduzindo-os por um caminho tendente à realização das “potencialidades humanas”; um período marcado por uma progressão linear e uma incrível tendência a mudanças – contínuas, graduais, cumulativas e previsíveis –, uma idade de ouro em que se manifestariam da forma mais original a pureza, a inocência e as melhores promessas do gênero humano (BUJES, 2005, p.182).

Assim, a verdade colocada dentro dos discursos proclamados e praticados ao longo da história, são tecidos pelas *malhas do poder* onde os direitos instituídos universalizam os *modos de ser* produzindo os mesmos sujeitos que os saberes que esquadriharam as crianças, trataram de descrever. (BUJES, 2000). Em todas as direções, o objetivo aparente é a contenção dos seus corpos com vistas a sua captura. Os mecanismos de vigilância e segurança dizem de um lugar que ao ser habitado traduz-se em marcas permanentes inscritas na sua subjetividade. Essas marcas assentam novos discursos e alinham novos olhares para a infância e a criança, que parecem não desconstruir as muralhas do agenciamento, apenas tentam formatar e contornar os desafios diante das novas exigências da sociedade. Sobre o discurso da proteção, seus corpos são guardados.

O percurso vivido da história mostra que “convenções sociais, vigilância comunitária, normas legais, obrigações familiares e religiosas exerceram um intenso poder sobre a alma humana em épocas passadas e em outras culturas.” (ROSE, 1988, p. 30). No percurso vivido na beira da rua nesta pesquisa as crianças dizem que na contemporaneidade, as suas infâncias e *seus modos de ser criança* são atravessados por um

conjunto de *dispositivos pedagógicos* e aqui destaco quatro deles, que nessa etnografia ganharam maior visibilidade. Vamos a eles?

“Os Zome já estão por aí”: marcas da segurança sobre os corpos das crianças

Figura 29: Recorte de Jornal: Operação Ordem e Progresso



Fonte: <http://dc.clicrbs.com.br/sc>⁵⁹

A manchete de jornal de 30 de julho de 2015, mais uma vez traz a estandarização da violência na Comunidade Chico Mendes. A simbologia desse lugar ainda se cristaliza para quem é de fora pela fresta da violência. A estética anunciada é da violência como modo de vida. Sendo esse um discurso oficial transmitido pela mídia e pelo estado, tornando-se oficial também a necessidade de uma intervenção ostensiva. O investimento sobre os sujeitos coloca-se sob a perspectiva da contenção da *desordem* que essa comunidade provoca na Ordem de um Estado Democrático de Direito.

Os discursos produzidos constroem estereótipos para quem mora na comunidade e com ela a exigência de uma política marcada pelo *dispositivo de segurança*, denunciam os inimigos a serem abatidos. A

⁵⁹Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/07/operacao-no-monte-cristo-em-florianopolis-prende-nove-pessoas-e-apreende-armas-municao-e-drogas-4813111.html?pagina=9>. Acesso: 19./12/2015

presença da polícia armada é obrigatoriedade para conter os corpos indisciplinados que se rebelam diante da normalidade da sociedade, justificando esse método de intervenção.

O olhar de quem está de fora é cimentado sobre as linhas molares que passam a desenhar e contornar a comunidade Chico Mendes emoldurando aí um sistema único de valores que se anuncia, sobretudo, pela indústria midiática que a reproduz como sendo simplesmente uma comunidade *violenta, vulnerável e incapaz* de se gerir sem a interferência das forças do Estado. Foram-se constituindo discursivamente por meio dos ditos e não ditos os sujeitos que habitam essa comunidade, passando esse discurso a ser uma produção de verdades.

Na medida em que o que é veiculado é o que não está de acordo com as regras de civilidade, as práticas de governo sobre os sujeitos da comunidade tornam-se cada vez mais justificáveis diante do que esses possam cometer. É sobre os riscos que se instauram as ações. Risco? De quê? De quem? Há de se tencionar o conceito de risco que historicamente tem sido designado às comunidades empobrecidas, assim sendo as infâncias que daí nascem, também estão circunscritas como sendo situação de risco. Risco que circula sobre a dimensão da sua vulnerabilidade, atrelado à incapacidade/ingenuidade/inocência em relação ao outro. Ambas as dimensões traçam uma relação direta com incertezas promovendo, a partir do controle social um “modo de colonizar o futuro.” (HILLESHEIM e CRUZ, 2008, p. 193). Na perspectiva de uma sociedade de risco a proteção integral torna-se uma prática discursiva que referencia a busca de estratégias corretas, sendo essas a “crença de um mundo operado por regularidades: o mundo da lei, da norma” (SCHEINVAR, 2015, p. 110) que provoca viver somente por aquilo que está universalmente instituído, fazendo morrer o que está na ordem da multiplicidade.

As cenas em torno da linha de segurança compuseram, pelas “rondas diárias⁶⁰” (EMERSON, FRETZ, SHAW, 2013, p. 355) os meus registros de campo. Na frequência das anotações sob a presença da polícia, nesse contexto, percebi a importância dessa instituição sobre as vidas das crianças. Todos os dias ela está ali como algo naturalmente pertencente aos *seus modos de ser*.

Verão, 12 de janeiro de 2016, o sol está escaldante. Sinto um calor intenso que atravessa o asfalto e penetra meu corpo. Nas ruas é

⁶⁰ Rondas Diárias diz respeito à observação participante e sistemática nas rotinas das pessoas, que circunscrevem a pesquisa.

possível observar os varais expostos nas calçadas aproveitando o sol para secar suas roupas e ouvir o funk que se propaga. As casas estão de portas e janelas abertas, aproveitam a luz que o sol majestosamente esbanja sobre seus pequenos cômodos. Luz que realça ainda mais as cores azul, magenta, bege, salmão, branca... que cobrem as suas fachadas.

A tarde, propícia para um banho de mar. Praia não tem na Comunidade Chico Mendes, mas lá estão as crianças na rua se refrescando. Aparentemente estão sozinhas. Olhei com mais atenção, em uma das casas estava Ângela, mulher negra, moradora antiga da comunidade, mãe de 4 filhos, sentada na porta cuidando de todas eles. Do seu lugar, ela acena. O aceno foi para dizer “estou aqui”. Sob os olhos cuidadosos da moradora que não olhava só os seus, as crianças divertiam-se.

Aos gritos e gargalhadas em frente à casa da Isabelle, elas brincavam com água em litros de garrafa pet. Enchiam as garrafas de água e jogavam uma sobre as outras provocando um delicioso encontro com a diversão. Crianças de várias idades misturavam-se para brindar com garrafas de plástico o calor da vida. “*Banho de litro*”, grita a Maria Eduarda. *Vem Ivana, vem brincar!* Aproximei-me do grupo e surpreendida por uma delas, recebi um pouco de água do seu litro em minha direção. Água deliciosamente gelada que proporcionou um conforto aos meus pés que com os chinelos já se mostravam cansados da caminhada. Levei um susto, e todas riram de mim. As risadas se cruzaram com as palavras da Maria Eduarda: *Os zome já estão por aí!* Rapidamente, as crianças se recolheram para perto do muro, colocaram os litros ao lado do corpo e ali se aquietaram. A viatura passou lentamente, os policiais em seu interior estavam fortemente armados, expondo suas armas para fora das janelas. As crianças permaneceram recolhidas até a viatura desaparecer na rua, depois disso, a brincadeira continuou.

A imobilização diante do muro remeteu-me à imagem das abordagens policiais feitas com adolescentes e adultos na comunidade, onde os mesmos são colocados de frente para os muros ou paredes das casas para serem revistados. Ali, formou-se um “paredão” de crianças que pareciam, com seu silêncio, bater continência para a “Ordem e o Progresso⁶¹” que nesse momento por meio da força policial, fez-se onipresente dentro da comunidade. Impactada com a reação das

⁶¹ Nome da operação policial deflagrada para essa comunidade em 2015.

crianças, perguntei por que interromperam a brincadeira quando a polícia passou. Como resposta Isabelle disse: *eles ficam olhando o que a gente tá fazendo, daí eles podem não gostar de a gente brincar de água*. A norma como comportamento parece estabelecida. O que pode? O que não pode? Por que pode e porque não pode? A vigilância e controle colocam-se sobre o corpo das crianças, atravessando cada uma delas tornando-se referência para suas vidas.

Nas ruas, as crianças dessa comunidade experimentam-se com intensidade. Por elas encontram-se com significados que se colocam como pertencentes ao seu modo de viver. Na experiência de suas relações é que tecem e constroem seu olhar sobre as coisas que enxergam do seu mundo. E dessa relação dizem do seu viver no presente da sua história.

Sábado, dezembro de 2015, a natureza brindou-nos com uma linda manhã ensolarada. Os passarinhos cantando parecem agradecer o espetáculo da vida. Poucos carros circulavam na rua principal da comunidade. Enquanto caminhava, encontrei Dona Maria indo ao mercadinho do seu Chico, que fica no começo da rua, comprar arroz. *Tenho que fazer o almoço pro meu povo*, ela disse. Segui meu caminho até o parque da Chico Mendes. Na subida do morro, percebi que o depósito do galpão de reciclagem estava bastante movimentado. Muitas pessoas de fora da comunidade descarregavam seus entulhos no pátio e outras, de dentro da comunidade, na procura de algo que lhes servisse, fazendo um serviço de garimpagem. Entre os que ali circulavam, alguns meninos de pés descalços corriam atrás das pipas que acabavam de ser “talhadas⁶²”. Com o olhar fixo no movimento descendente que as mesmas provocavam, eles acompanhavam o local das suas quedas e rapidamente corriam para pegá-las. Uma das pipas caiu no chão, a outra ficou pendurada no fio, juntando-se a outras tantas que compõem os lugares da infância na comunidade.

⁶² Termo usado pelas crianças quando a pipa é cortada no ar.

Figura 30: Pipas



Fonte: acervo da pesquisadora

Subindo um pouco mais, cheguei à Rua Dos Cedros que fica na lateral do Parque da Chico Mendes. Ao som de funk encontrei 5 meninos correndo em volta de carros estacionados, entre eles um bebê que aparentava ter 2 anos de idade. O bebê que usava apenas fraldas, corria no meio da rua arrastando um pedaço de pau maior do que o seu tamanho e gritava “*pa, pa, pa*”. O som pronunciado fez lembrar o som de tiros. Descalço, ele driblava o calor que vinha do calçamento e perseguia os outros meninos que se afugentavam entre os carros que ali estavam. Depois de muito correr o menino-bebê conseguiu aproximar-se dos outros meninos e executar uma sequência de “*papapapapa*” sobre eles. Na medida em que produzia o som, ele dizia: *morre puliça, morre puliça*. Essa dinâmica fez lembrar a brincadeira de Polícia e Ladrão e que nessa organização era o bebê o bandido e todos os outros meninos eram os policiais.

A brincadeira polícia e bandido foi vivenciada por mim em várias situações durante o tempo da pesquisa. Em todas as ocasiões houve conflito entre as crianças na definição de papéis na brincadeira. O desejo estava em ocupar o papel do bandido e não a figura do policial. Em uma das cenas por mim observadas, Isabelle brincava de polícia e bandido com um menino no parque da Chico Mendes, enquanto no campo de futebol que fica ao lado, acontecia um campeonato de futebol masculino. Nesse momento ela fez o papel de bandido e ele de policial. Com um pedaço de pau na mão ela corria atrás do menino por toda a extensão do parque e ele se escondia entre os brinquedos ali disponíveis, na tentativa de escapar da perseguição. Quando alcançado, Isabelle descarregava uma sequência de tiros sobre ele, fazendo com que o

mesmo caísse deitado ao chão, simulando a sua morte. Depois de algum tempo ele pediu para trocar os papéis, ela não aceitou, dizendo que desejava continuar a brincadeira como estava. O menino não cedeu aos argumentos e preferiu parar de brincar com ela.

Na permanência próxima às crianças fui compartilhando suas rotinas de vida e assim auscultando a sua emergência diante da participação da polícia em suas vidas. Sons, palavras, olhares, gestos foram descrevendo o seu cotidiano e possibilitando-me a aproximação da sua efervescência. E na presença em campo, junto às pessoas que dele fazem parte, fui experimentando-me nessa relação.

Julho de 2015, manhã de domingo. Depois de alguns dias de chuva, o sol voltou a brilhar. Fui até a rua do Victor e lá encontrei alguns homens lavando seus carros na calçada. Era possível ouvir muitas músicas que saíam de suas caixas de som, mas também das casas, que com suas portas e janelas abertas compartilhavam suas escolhas musicais (funk e sertaneja). Na medida em que fui entrando na rua, percebi que muitas pessoas estavam sentadas nas lajes das casas. Algumas delas olhavam na direção dos becos ao lado da Creche Chico Mendes. Era possível perceber, através dos seus gestos que elas conversavam sobre aqueles lugares. Os olhares naquela direção pareciam confirmar as informações acerca do tiroteio que havia acontecido na sexta-feira, entre as gangues rivais e a polícia. O medo parecia fazer parte de todos nesse domingo, inclusive de mim que pensei muito antes de ir a campo.

Caminhei mais um pouco e encontrei Dona Maria em frente a sua casa, que me chamou e acolheu com um abraço carinhoso. Enquanto estendia as roupas no varal, ela contava que *“as coisas estão muito feia. Tu vai ficar aí, mais tu fica com os olhos bem abertos. Não olha só pro teu menininho não, aí na frente nesses becos, tá muito difícil. Se precisar, corre ali pra casa”*. Na frequência da minha presença senti que as portas foram se abrindo e o consentimento da pesquisa desdobrando-se na relação de cuidado com a pesquisadora. Olhei para frente, na direção do beco e percebi que dois grandes lixeiros impediam a linearidade do fluxo da rua. Barricadas foram colocadas para impedir a entrada do carro da polícia e também de carros que não fazem parte desse território.

Ao lado do beco fica o bar do Paraíba que recebia seus clientes-homens ao som de música sertaneja. Estes, concentrados na parte de fora do bar, pelos gestos das mãos conversavam sobre o acontecimento enquanto tomavam uma cerveja. Um deles apontou para o poste e para o muro da creche, fazendo com as mãos o movimento de quem carrega

uma arma grande, enquanto outro fala em tom alto que “foi tiro pra tudo que foi lado”.

Na calçada que acompanha o prolongamento do muro da Escola América Dutra Machado, que é colada ao bar do Paraíba, estavam Victor, Gabriel e Dábora brincando de bicicleta. Fui ao encontro das crianças e ali sentei para observar as suas brincadeiras. A mãe das crianças, que estava na porta de casa que fica do outro lado da rua, veio na nossa direção, cumprimentou e orientou as crianças sobre o perigo. “Vocês já sabem né? Quando ouvir o barulho de bomba corre pra casa, daí já sabe que é tiro”. O perigo tinha um som. Depois dessa orientação, foi para casa fazer o almoço. Victor se aproximou e disse: “– Ivana, naquela noite foi muito tiro. Era tiro, tiro, tiro, tiro, muito tiro”. A sequência da palavra tiro pronunciada pelo menino deu-me a noção do quão aterrorizador tinha sido o referido momento. O som do tiro, tiro, tiro ainda ecoava com intensidade na memória do menino.

Na calçada elas iam de um lado para o outro sobre as suas bicicletas ao som das músicas que embalavam as ruas na manhã de domingo. Nesse vai e vem, quem ia e vinha muitas vezes era a polícia. Ao avistar o carro da polícia na primeira vez, Victor correu na minha direção e falou:

- Olha, lá vem a polícia de novo. Acho que vai ter tiro.
 - Porque você acha isso? (pesquisadora)
 - Naquela noite eles atiraram muito. Tinha polícia aqui tudo pela frente.
 - Você tem medo da polícia? (pesquisadora)
 - Tenho, vejo sempre na TV que eles matam os adolescentes.
- (Caderno de campo, 26 de julho de 2015)

O menino ficou parado ao meu lado até que a viatura com seus policiais fortemente armados desaparecesse do seu campo de visão. Dábora e Gabriel também pararam de brincar e acompanharam a movimentação dos policiais. Entre uma passagem e outra, quem por ali também reforçava a vigilância era o helicóptero, fazendo a ronda pelo ar do território que se coloca como perigoso e, com seu barulho ensurdecedor, abafava as músicas até então ouvidas. O som produzido por ele provocava euforia no Gabriel que através de movimentos com as mãos, simulava tiros na direção da aeronave. A presença do helicóptero parecia revelar um olhar ainda mais cauteloso por parte de todos. Ao ouvir o barulho, a mãe das crianças apareceu na porta de casa para ver a

movimentação. Olhou-nos e perguntou se estava tudo bem. Respondi que sim e ela voltou para seus afazeres domésticos.

Enquanto brincava na calçada, Dábora achou no chão um pequeno pedaço de giz e no muro da escola escreveu o seu nome dentro de um coração. Quando Victor percebeu o que a irmã havia feito, chamou sua atenção dizendo: *“apaga isso logo, daqui a pouco a polícia vai passar e vai ver que tu riscou o muro e vai te levar presa”*. A menina assustada molhou sua mão na boca e a esfregou sobre seu desenho, apagando as provas do “crime” e jogando para longe o giz que havia sobrado, eliminando qualquer vestígio.

Aos poucos experimentei as rotinas e as condições em que as crianças estão mergulhadas, passando a sentir as sujeições dos seus modos de viver. Impossível colocar-me como “mosca de parede” (EMERSON, FRETZ, SHAW, 2013) diante do que elas mostraram ao longo da pesquisa. O movimento do meu pensamento interrogou-me com perguntas somente possíveis diante da imersão em contexto num olhar próximo e cuidadoso. Como alcançar o que as crianças dizem nas suas formas de brincar? O que para elas significa a polícia dentro da comunidade? Estariam as crianças nas suas escolhas dando visibilidade para a invisibilidade das relações entre a polícia e os moradores desse lugar? Proteger quem e de quem? Seria a polícia onipresente em bairros nobres da cidade? Estaria a polícia nesse contexto para proteger? Na naturalização da constância da polícia, as infâncias emergem ao mesmo tempo em que tornam pública a repulsa pela sua presença.

Seria a polícia a tranquilidade e oposição ao tráfico de drogas e a violência na Comunidade Chico Mendes? O que é Risco? Seria a gestão de risco uma estratégia de gestão de poder? O direito à proteção estaria cerceando o direito à liberdade e participação? A segurança estaria dentro dos espaços privados em contraposição aos “perigos” da rua?

Nada mais interessante para pensar o ensinar e o aprender a partir da experiência que o esvaziamento da verdade abre; nesse espaço que permite pensar com mais visibilidade os como, os por quê, os quando, os quem, os onde e que abre, assim, espaço para praticar uma nova política no pensamento e na vida (KOHAN, 2007, p. 62).

O combate à violência na comunidade Chico Mendes foi e tem sido o investimento central do Estado no que tange às políticas públicas para esse lugar. Enquanto a centralidade é aí evidenciada, pelo risco e vulnerabilidade, há um esvaziamento e uma (des)responsabilização de

políticas outras que tangenciam os direitos das crianças. Direitos esses extorquidos diante da desigualdade sócio-econômica que impedem o acesso dos serviços anunciados pelo Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA) e tendem a colaborar para as situações vividas.

Figura 31: Recorte de Jornal: violência policial

Moradores da comunidade Chico Mendes, em Florianópolis, protestam contra violência policial

17/02/2016 - 17h02min - Atualizada em 17/02/2016 - 18h09min



Polícia Militar esteve presente na manifestação contra a violência policial
Foto: Felipe Carneiro - Agência RBS

Fonte: <http://dc.clicrbs.com.br/>

Medidas totalizantes como a política de segurança, via onipresença da polícia, coloca-se como forma de governo de condutas das crianças de modo a evitar riscos e perigos à sociedade (LEMOS, 2015). Assim, a rua põe-se como desvio e a polícia como *dispositivo pedagógico* para garantir a regulação e a segurança em nome da proteção integral das crianças.

Porque eu sou de Deus: a religiosidade sobre o corpo da infância

Ao acessar de as páginas do diário de campo em que fotograficamente compus minha escrita,percebo minha penetração nos círculos sociais da comunidade, onde o já sabido toma outros rumos diante do que as ruas mostram nas suas trajetórias. Na “imersão” (EMERSON, FRETZ e SHAW, 2013) do contexto experimentei

juntamente com as crianças e adultos da comunidade eventos que fazem parte dos seus cotidianos. No *estar-junto*, acesso as linhas que se destacam nas relações e põem-se no convívio entre os que aqui fazem moradia. Nessa proximidade, percebo o crescimento e a relevância social da religião, sobretudo das igrejas evangélicas. Nesse tempo de pesquisa foi possível acompanhar de perto a abertura de muitas igrejas. Algumas de porte maior, outras apenas com uma pequena porta, suficiente para acolher dez pessoas. Hoje, já são 16 igrejas dentro da comunidade.

Figura 32: Marcas da Religiosidade na Comunidade



Fonte: acervo da pesquisadora

Ao caminhar pelas ruas, guiada pelas narrativas das crianças, percebo a onipresença da religião em suas vidas. Aproximando o olhar para as marcas que junto com o grafite e com os buracos de tiros dão relevo à estética desse lugar, vou também atentando para as pistas visuais em torno da religião. É possível acessar frases em muros de casa, paredes de bar, nome de ruas, que visibilizam a importância da crença religiosa sobre o *ethos* dessa comunidade. No território que demarca a

Novo Horizonte, as ruas revelam nomes que se aproximam da religião católica: Anjo Gabriel, São Pedro; nomes que carregam em seu significado a composição histórica de formação desse lugar. Como já anunciado anteriormente, as comunidades do Monte Cristo são, em sua ampla maioria, fruto de ocupação popular, tendo a Novo Horizonte também nascida desse movimento. Entre as instituições que apoiaram os sem teto naquele momento histórico, estava a Teologia da Libertação⁶³, vertente da Igreja Católica. Essa parceria estende-se em forma de homenagem pelas ruas simbolizando o agradecimento do momento de luta pelo direito à terra para morar⁶⁴.

Nessa parceria as crianças das famílias ocupantes da comunidade passaram dias sob os cuidados da igreja católica. Na ocupação “traziam nas mãos apenas pedaços de madeira e de lona. Seus bens mais preciosos, filhos e filhas, dormiam em segurança, numa igreja distante dali” (CORMELLI, 2007, p. 14). Daí que a emergência da infância na comunidade produz-se, no interstício da religião estendendo-se até os dias de hoje, deixando marcas da sua presença também sobre os seus corpos.

Pelas ruas vi e ouvi a mudança nas formas de socialização da comunidade. A loja de material de construção tornou-se igreja e o bar do “VucoVuco“, dá lugar ao templo do Senhor.

Fim de tarde de quarta-feira e lá está o pastor acompanhado por duas mulheres que entregam pequenos panfletos da igreja que acabara de nascer. De posse de um microfone com uma pequena caixa amplificadora pendurada em seu corpo o pastor faz ecoar pela rua movimentada sua voz que anuncia: *no lugar do “templo da perdição”, abre um “templo da salvação”*. *O bar do VucoVuco agora é o templo do Senhor*. É possível ouvir das pessoas que por ali circulam opiniões diferentes a respeito daquilo que se propaga pelo ar: *“até que enfim fecharam aquele lugar”*; *“não acredito, acabaram com o bar mais legal da comunidade”* (Caderno de campo 11 de novembro de 2015).

⁶³ Teologia da Libertação é o “conjunto de reflexões teológicas e consequentes práticas eclesiais e sociais construídas a partir da Pessoa do Deus Encarnado, Jesus Libertador, sobre a realidade sócio-econômica-política e cultural da maioria do povo do Continente Latino Americano, ou seja, dos empobrecidos da história”. (LIMA, 2003, p. 11).

⁶⁴ A tradição de nomear as ruas com referências religiosas no Brasil vem da herança dos portugueses e dos jesuítas desde a época do Brasil Colônia (RONCOLATO *et all*, 2016).

Assim como a polícia, presente nos meus registros de campo pela sua constância nas ruas da comunidade, as práticas em torno da religião também se tornam frequentes, colocando-se sob os olhares dos seus moradores, tornando-se essencial em suas vidas, seja por via do poder curativo, pela salvação em torno da pobreza, pelo resgate dos perigos das ruas ou pela caridade. Diariamente é possível encontrar pessoas da igreja universal uniformizadas caminhando pela comunidade, visitando as casas para proferir a palavra do Senhor, entregando panfletos pelas ruas ou promovendo alguma ação social junto aos moradores.

Em uma das idas a campo, eu estava sentada no muro observando Maria Eduarda, Kauam e Camili brincarem de corda no beco onde moram. Era uma tarde de domingo e as crianças aproveitavam o tempo bom para brincar pela rua. Enquanto brincavam, um grupo de pessoas (mulheres, homens e adolescentes) da igreja universal aproximou-se. Algumas mulheres vieram em nossa direção sorrindo e sem se apresentar, fizeram um convite:

- Olá, nós estamos ali nos “predinhos⁶⁵,” dando pipoca, suco e roupa, vocês não querem ir lá?
- Pipoca? Eu quero (Kauam)
- Então vamos lá com a gente, já vai começar. Vem, vamos.
- Vamos, fessora lá? (Camili)
- Posso ir, mas acho que devem pedir para as suas famílias permissão para ir até lá. (pesquisadora)

Camili foi rapidamente até sua casa pedir para a mãe. A mesma permitiu que fosse. Kauam fez o mesmo e os dois acompanharam as duas mulheres até o local. A mãe da Maria Eduarda estava dormindo e a mesma decidiu não ir sem a sua autorização. Resolvi seguir o Kauam e a Camili, mas um pouco afastada para tentar acompanhar o movimento. Ao lado do parque da Chico Mendes, que neste dia recebia muitas crianças e adultos ao som de funk, eles serviam suco e pipoca para as crianças. Tudo era registrado pelas máquinas fotográficas dos organizadores da ação. Dentro do prédio, que fica ao lado do parque, outras pessoas da igreja organizavam a entrada dos moradores para que pudessem escolher as roupas.

⁶⁵ O predinho que a mulher refere diz respeito ao prédio popularmente conhecido como Carandiru, que inicialmente, na construção do Conjunto Habitacional, servia como abrigo provisório até que as casas ficassem prontas e as famílias pudessem mudar em definitivo.

Enquanto eu observava, era possível ver as crianças entrando na fila da pipoca e do suco várias vezes. Dois meninos pegavam o alimento, iam até o parque, escondiam atrás do balanço e voltavam para pegar mais. Acompanhei o movimento três vezes. Um deles, percebendo que eu estava acompanhando a sua movimentação, passou por mim e falou: *tô guardando pra dá pra minha mãe que tá em casa.*

Do mesmo modo que por mim eram observados, outros dois homens uniformizados com a camisa da igreja comentavam entre si. Um deles falou: - *meu Deus, é só uma pipoca para cada um, parecem uns mortos de fome.* O outro deu sequência ao diálogo: - *isso aqui é muito estranho, a noite deve ser um horror.* Meus pensamentos tomaram asas e me perguntei: o que realmente sentiam por aquele lugar? Estariam ali para reforçar os discursos já cristalizados em torno das crianças? Enquanto seguia a pensar, não me dei conta que também por eles era observada. Uma das mulheres do grupo aproximou-se e perguntou:

- Quem é você? O que tu faz com essa máquina fotográfica?
- Sou uma pesquisadora de crianças. Estou aqui porque pesquiso como as crianças brincam nas ruas. (pesquisadora)
- Por isso você tem essa máquina?
- Sim, assim posso registrar em imagens aquilo que elas fazem e o que chega para elas. (pesquisadora)
- Tu vens sozinha? Não tens medo?
- Sim, venho sozinha e mantemos respeito mútuo. (pesquisadora)
- As crianças são inocentes, elas ainda não sabem o que é maldade.

O conceito de criança fixa-se sobre os ideais da modernidade advindo do Renascimento, onde a criança tornou-se fruto de uma pureza e inocência universal e aqui se articula pelo viés da religião à imagem e semelhança de Jesus Cristo. A fala da mulher confere às crianças o *status de infantil*, em uma condição associada à ideia de fragilidade e carente de cuidados, incapaz de governar a si mesma (DORNELLES, 2008). Não sendo capaz de governar-se diante da maldade anunciada, que está assentada nesse contexto pela via do tráfico de drogas, há que se criar meios para dirigir as suas condutas. Sendo a criança inocente, “ideal” seria manter a sua purificação para que não se contamine com a efervescência das práticas sociais desse cotidiano, que se mostra rebelde diante das normas instituídas pela sociedade.

A classificação entre maldade e bondade parece instituir a normalidade ou a anormalidade diante da produção do sujeito

constituído pela Razão. Estaria a infância normal envolta da bondade e infância anormal mergulhada no pecado? A binaridade nos modos de ser instituem normas que devem ser seguidas por todas para que a salvação possa reinar, já que sobre elas também recai a missão de salvar o mundo.

Na medida em que vivi as ruas da comunidade Chico Mendes, experienciei outras cenas que me provocaram o estranhamento diante do familiar. Na minha longa permanência com a comunidade (desde 2003), já era de meu conhecimento a presença das igrejas nesse território, porém, não sabia o quanto era determinante na formação da subjetividade das crianças. Nas suas vozes, percebo como a mesma é acolhida em seus modos próprios de ser.

Fim de tarde de quinta-feira, o sol ainda brilhava com intensidade. Subi o morro até a rua da Isabelle. No caminho encontrei Victor, que saía da creche junto com sua mãe e o irmão Gabriel. De longe ela me avisou que não ia para casa e que o Victor não iria brincar na rua. Entendi que não seria possível acompanhá-los, então acenei para as crianças e segui minha caminhada. Muitos carros passavam pela rua principal, assim como muitos moradores retornavam para suas casas depois de um dia de trabalho. Não ouvia nenhuma música, o som possível de ser escutado, além dos carros, foi dos passarinhos que se acomodavam nos galhos das árvores, esperando o anoitecer.

Encontrei Isabelle juntamente com Maria Eduarda e Alicia brincando na calçada em frente à sua casa. As meninas brincavam de fazer cambalhotas. Ao me aproximar, elas pararam de brincar e sentaram-se ao meu lado e ali ficamos a conversar. Alicia estava com um celular na mão e mostrou um vídeo. Vídeo de um bebê que ao nascer estava com as mãos grudadas. Enquanto a imagem no vídeo rodava focalizando a criança, uma voz masculina conduzia o olhar daquele que o assistia. A voz dizia mais ou menos assim:

Esse bebê nasceu com suas mãos grudadas e os médicos então fizeram uma cirurgia para desgrudar. Ao fazer isso e abrir uma das mãos do bebê encontraram uma frase escrita na palma da mão que dizia: Jesus irá voltar. Poucas horas depois esse bebê morreu. Vejam só, esse bebê veio ao mundo com uma missão, anunciar que Jesus vai voltar. Esse vídeo está sendo enviado para milhares de pessoas porque ele tem poder. Uma das pessoas que compartilhou esse vídeo e estava desempregada em poucos minutos recebeu um telefone e foi empregado; outra estava desenganada pelos médicos e ao compartilhar o vídeo ficou curada; teve aquele que não

compartilhou, apenas ouviu, deletou e sofreu um castigo, esse é coisa do demônio. Mas você, não faça como ele, compartilhe e receberá uma graça. Se não compartilhar será castigado. Agora, minha amiga e meu amigo, se você não tem internet e não pode compartilhar, Deus vai entender essa impossibilidade.

Estávamos as quatro em volta de um pequeno aparelho celular atentas às palavras envolventes e emocionantes diante do drama vivido por um bebê inocente e indefeso. Um silêncio ensurdecador pairou entre nós por alguns minutos. Silêncio esse que só foi quebrado por Isabelle que, ao final do vídeo, falou: *coitadinho dele, né prof!?* Confesso que fiquei perplexa com o que assisti e não expus reação diante da fala da menina. Fico impactada com a modernização da religião nos novos tempos onde as mesmas escapam das paredes de suas igrejas e passam a compor as redes sociais como forma de promover maior acesso de seguidores. Na perplexidade, diante dessa experiência, lembrei de Dornelles, que em seu texto intitulado **Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias** já anunciava que a religião também se “serve das inovações científicas para visibilizar seus discursos, convidando as crianças a desde muito cedo serem modo de atração de seus fiéis” (2010, p. 08).

Perguntei para as crianças se acreditavam que Jesus estava voltando. Alicia respondeu que sim, *estava escrito na mão daquele bebê*. Diante da resposta, perguntei a elas o que achavam que ele faria quando voltasse.

- Vai salvar o mundo de todas as coisas feias. (Maria Eduarda)
- E o que são as coisas feias? (pergunta)
- Matar, roubar, dizer palavrão, bater no amigo se ele não fizer nada. (Maria Eduarda)
- Isso é coisa do demônio, ele mora embaixo da terra, no inferno. Ele fica dentro do nosso ouvido só dizendo coisinhas para fazer e que nós não deve escutar. Tem que escutar só do outro ouvido que diz coisinha boa. (Isabelle)
- Quem diz essas coisas no outro ouvido? (pesquisadora)
- É quem tá lá em cima. (Isabelle)
- E quem está lá em cima? (pesquisadora)
- Jesus. (Isabelle)

– Foi o diabo que fez a moça da ponte se matar⁶⁶. Ele que ficou falando coisas erradas no ouvido dela e daí ela fechou o ouvido que Jesus falava, e daí se matou. (Maria Eduarda)

Enquanto estávamos ali a conversar, percebemos que dois adolescentes caminhavam com uma caixa de som anunciando o horário do culto em uma das igrejas. Ao vê-los, Maria Eduarda pediu que Isabelle fosse até eles pegar o jornal que entregavam. Isabelle trouxe dois e entregou para Maria Eduarda e para Alicia, pedindo para que elas lessem. As duas olharam o jornal e Alicia leu o que estava escrito na última página. Perguntei para Alicia o que ela escreveria no espaço ali destinado.

Figura 33: Recorte do jornal da Igreja



- Quero um emprego. (Alicia)
- Porque você deseja um emprego? (pesquisadora)
- Para ajudar a minha mãe a ganhar dinheiro. (Alicia)
- O que você compraria com o dinheiro? (pesquisadora)
- Uma casa e mandava fazer uma laje. (Alicia)
- O que você faria na laje? (pesquisadora)
- Brincar. (Alicia)

Fonte: acervo da pesquisadora

As linhas em branco parecem um forma de escuta das suas faltas, das suas necessidades, dos seus desejos, das suas carências, daquilo que lhes deixa vulneráveis, colocando-se como alternativa de independência. Abrindo o jornal que tem como manchete **Hora da Mudança** é possível acessar depoimentos de pessoas que contam as suas histórias de vida. Histórias que atravessam o caminho da igreja e complementam-se pelo caminho do trabalho. Histórias narradas por homens e mulheres que se diziam desacreditados diante da sociedade e com a participação na igreja universal aprenderam a vencer problemas e desafios. As cinco histórias

⁶⁶ Maria Eduarda aqui se refere ao suicídio de uma moça na Ponte Hercílio Luz em Florianópolis, que aconteceu no dia 16 de novembro de 2015.

relatadas em palavras e imagens revelavam que vencer na vida está associado a obter bens materiais por intermédio do trabalho. As palavras da menina Alcília recebem eco no discurso ali divulgado.

Diante das narrativas das crianças, encontrei-me em meio a um labirinto. Labirinto que me fez perder os sentidos diante da complexidade do assunto. O que pensar de tudo isso? Como compreender os discursos tão bem anunciados pelas crianças diante de toda sua inteligibilidade? Como os discursos espirituais corporificam-se de modo a dizer dos lugares a serem pelas crianças ocupados? Quais as coisinhas boas que são ouvidas e que as crianças devem seguir? Jesus e o Diabo diriam o que deve ou não ser feito ou as políticas investidas sobre os corpos das crianças pobres é que organizam esses lugares? Como se coloca a religião dentro das práticas sociais destinadas aos pobres?

Parece situar-se aqui, o *dispositivo pedagógico* que estabelece fronteiras rígidas entre o bem e o mal, o belo e o feio, o permitido e o proibido, Deus e o Diabo. Dispositivo que age sobre as ações das crianças na direção de um adestramento por meio de escolhas que tornam facilitadoras a produção de um adulto eficaz. (SILVEIRA, 2015). Os discursos espirituais também se constituem em textos em que precisamos ficar atentos quanto à governabilidade dos corpos e a constituição do sujeito. As religiões de maneira geral parecem mergulhadas na missão de regulação de condutas gerando modos de posicionar-se no mundo, constituindo-se em um forte instrumento de poder. “A religião desde a infância funciona em muitas culturas, não só no sentido de instrumentalizar a criança a servir, mas também, capaz de produzir um extremista religioso” (DORNELLES, 2010, p. 08).

A preocupação em capturar as crianças dos pecados do mundo, por ainda não terem sido dominadas pelos maus hábitos recai sobre o exemplo da verdadeira regeneração humana que as mesmas podem representar. (CORAZZA, 1999). A visão de infância aqui colocada *como inocente, desprotegida* que precisa de proteção contra as máculas do pecado apresenta-se também como a salvação da humanidade numa inversão de dependência, adulto x criança, sendo que “no domínio discursivo do poder espiritual, são estes que dependem daqueles”. (CORAZZA, 2000, p. 64).

Fui aos poucos aprendendo por meio da participação na vida das crianças algumas coisas “feias” que o diabo diz no ouvido e que deve ser por elas ignoradas. Segui as pistas desse *dispositivo pedagógico*, por vezes sutis, outras nem tanto para tentar compreender os emaranhados da evangelização sobre os seus corpos. Nos encontros com as crianças

na experiência da beira da rua, compus essa escrita, sitiada por suas vozes que dizem das formas de governo que a mesma provoca sobre os seus corpos. Assim, segui a experimentar na proximidade do olhar.

Cheguei à Comunidade por volta das 10h da manhã. Estacionei o carro em frente à escola América Dutra Machado. A rua em frente já estava em pleno funcionamento, verdureira, bar, brechó, todos funcionando a pleno vapor. A igreja evangélica que fica ao lado da verdureira também já recebia seus fiéis. Era possível ouvir, do lado de fora, a voz do pastor que provocava efeito para dentro e para fora. O vigia da escola apareceu fumando seu cigarro, indo até a beira da rua e cumprimentando uns homens que tomavam cerveja do outro lado. Pelo sotaque da resposta dos mesmos, vieram do nordeste do Brasil. Poucos carros circulavam por ali, era domingo.

Dirigi-me até a rua do Victor e percebi que a rua também já estava acordada. Encontrei por ali dois homens carregando uma cama de massagem na cabeça, outro empurrando uma moto. Na beira da rua estavam dois homens lavando um carro. Os passarinhos também circulavam, promovendo um balé entre os fios de luz. Do começo da rua era possível ouvir a música sertaneja do Bar do Paraíba, olhei na sua direção e já consegui avistar homens sentados tomando suas cervejas.

Segui um pouco mais e encontrei Victor que vinha ao meu encontro e falou: – tava te esperando, queria te mostrar minhas tatuagens. Dizendo isso ele levantou a sua camiseta e mostrou uma borboleta desenhada na barriga com caneta vermelha. Dábora, a irmã, logo se aproximou e disse: – Fui eu que fiz. Victor então levantou uma das mangas da camisa e mostrou as outras tatuagens que havia feito no braço. Os desenhos tomavam quase toda a sua extensão. Dábora mostrou também uma tatuagem que havia feito na perna, mas que teria apagado com medo da mãe, que não permite que usem tatuagem. Na perna da menina uma flor que cobria toda a sua coxa ainda era possível ser visualizada.

Os dois seguiram pela calçada até a frente de sua casa, atravessaram a rua e entraram. O sobrado onde moram é dividido com outros moradores e pela primeira vez, o portão da garagem estava aberto possibilitando às crianças entrarem e saírem de casa com mais facilidade. Não demorou e os dois apareceram com as suas bicicletas. Na calçada permitida eles iam de um lado para o outro desafiando seus corpos na velocidade empreendida sobre o movimento da bicicleta. Enquanto brincavam, o carro da polícia passou, ambulantes vendiam meias nas casas, adultos e crianças saíam da igreja do fim da rua e

outros homens chegavam até o Bar do Paraíba para colocar a conversa em dia.

Nesse vai e vem, a mãe das crianças aproximou-se para dizer que estava na igreja orando por uma comunidade melhor. Chamou o Victor levantou a sua camiseta e falou: – *Menino, eu já te disse que não quero tatuagem, isso é coisa do mal, do demônio. Não é porque teu pai tem que vocês têm que fazer também.* Victor olhou-me e lançou um sorriso de canto de boca. Parecia aliviado por ela ter visto as marcas em seu corpo ali na rua, na minha frente. Livrara-se de um constrangimento maior se o tivesse feito dentro de sua casa. A rua nesse momento foi apaziguadora de conflitos. Dábora que estava por perto e tentava esconder o desenho de sua perna, também foi repreendida por sua mãe.

Nesse tempo de conversa, a mãe das crianças antes de entrar para fazer o almoço fez outras recomendações: – *Não quero ver vocês brincando com o menino malcriado que só ensina o que não presta e nem brincando de pipa.* Ao dar as ordens retirou-se e as crianças ficaram por ali, comigo. Fiquei intrigada com a proibição da pipa e perguntei a elas por que não brincar com esse brinquedo. Dábora respondeu que *o fio da pipa tem cerol e corta e isso não é coisa de Deus.* Percebi nas palavras da mãe uma tentativa de assepsia em relação ao lugar. Uma preservação para que as crianças não se contaminassem com as culturas infantis do local. Não brincar de pipa porque o cerol corta e isso Deus não gosta. Não podem brincar com as crianças da rua para não aprender “*o que não presta*”. A seu modo, a família buscou protegê-las da “vagabundagem” da rua.

Enquanto conversávamos, um dos carros que estava sendo lavado tocou um funk. Nesse momento vi a boca dos dois, da Dábora e do Victor, moverem. Cantavam o funk em voz bem baixa. Ao perceber que vi esse movimento a menina logo falou:

- Essa música não pode cantar, não é coisa de Deus. (Dábora)
- Por que não pode cantar? (pesquisadora)
- Porque eu sou de Deus. Quem é de Deus não canta funk, não usa tatuagem, não fala palavrão e não bebe. Dona Araci, a irmã lá da igreja, disse que a roupa não tem problema. (Dábora)

Há uma performatividade marcada no corpo daqueles que são ou não de Deus. O corpo puro, semelhança de Jesus, deve ser conservado sob os traços originais da sua gênese. A fala da menina conduz o

governo sobre si própria, de modo que reduz as suas possibilidades de ser em nome de Deus. Nada deve ser feito para manchar a imagem a ser perseguida. Os poderes aí instituídos capturam as crianças com vista ao controle e normatização dos seus corpos.

Quando se trata da política ou da maneira como a conduta de um conjunto de crianças está implicada, o exercício de poder é cada vez mais marcado, seja sobre os pequenos, seja sobre a arte de bem governar sua alma, sua vida ou mesmo sua cotidianidade religiosa. Sua infância está cevada de significados que tem um caráter político e esta política é constituída por práticas sociais presentes na sua vivência cotidiana nos cultos religiosos que para ela são planejados. Sobre estas práticas sociais infantis se articulam cultura, economia e política de constituição de sujeitos religiosos (DORNELLES, 2010, p. 09).

As coisas feias, ditas pelo diabo parecem transversalizar a cultura de uma estética corporal que se anuncia como pura, sem pecados, sobre a sua carne e sobre a sua moral. Pureza que se instala na “alma” de cada uma delas. Aparece aqui uma moralização do discurso para a cura e “as criancinhas têm todas as faculdades mais simples e mais aptas para receber os remédios que a misericórdia divina oferece para a cura das coisas humanas em estado tão deplorável” (CORAZZA, 2000, p. 63). Evangelizar é também salvar das situações do pecado posto na rua?

Rezar, cantar, brincar, comer, ganhar roupas e cestinha: o corpo da infância nas vestes dos projetos assistenciais

“Eu tô cansada. De manhã eu vou na escola, a tarde vou para o projeto. No sábado a tarde vou no projeto e no domingo, vou na escolinha da Dona Araci”.
(Dábora)

Segunda-feira, 9 de novembro de 2015, cheguei à comunidade por 14h30. O dia estava quente e o vai e vem não parava, muitos carros circulavam pela rua principal. Não encontrei crianças brincando, apenas alguns adolescentes no parque da Chico Mendes conversando e cuidando da boca de fumo. Segui em frente e sentei para observar em

um banco que fica ao lado da capela mortuária⁶⁷. Dali foi possível visualizar o movimento de muitas ruas. Olhando para frente percebi a rua que passa atrás da creche recebia a visita da polícia. Os policiais desciam do carro e revistavam dois adolescentes negros⁶⁸ que ali estavam parados. Fizeram a varredura corporal e depois foram embora. Na rua, atrás da capela, uma senhora estendia roupas no varal que foi construído na pequena área de convivência para os moradores. Uma vizinha chegou perto dela e pediu um espaço para também colocar as suas roupas. Estendendo um pouco mais o olhar, visualizei a Carol, moradora da Chico e integrante do Projeto Revolução dos Baldinhos com o seu bebê no colo, subindo o morro. Ela subiu o morro e sentou-se ao meu lado e ali por algum tempo ficamos conversando sobre a comunidade. Entre os assuntos, a mesma reclamou da falta de vagas na creche. – *Não vai ter berçário para os bebezinhos aqui, só na Creche Chico Mendes e daí são muitos bebês que nascem e não dá pra todo mundo, só tem 15 vagas.* Segue relatando que o presidente da Associação Comunitária da Chico Mendes havia dito que estaria negociando com a Prefeitura de Florianópolis para abrir um berçário em um dos espaços desativados no prédio do Carandiru. – *Será só para os bem pequenininhos, pois depois da licença maternidade passar, a gente tem que trabalhar.*

Depois dessa conversa, Carol seguiu o seu caminho na direção da sua casa e eu acompanhei. No trajeto passamos em frente à casa de Isabelle e lá estava ela com Maria Eduarda, brincando de pular na calçada. Vendo as duas, despedi-me de Carol e fiquei por ali. Estranhei as crianças estarem em casa naquele horário e perguntei se tudo estava bem. Isabelle disse “*sim, não fui pra creche hoje, nós dormimos muito tarde, nós tava numa festa lá na Tapera*”⁶⁹. A mãe da menina logo apareceu na porta de casa e falou que “*hoje ninguém foi pra lugar nenhum, nem fui trabalhar, acordei com uma baita ressaca*”.

Maria Eduarda ao ver o caderno de campo pediu para fazer um desenho e eu emprestei. As meninas sentaram na calçada uma ao lado da

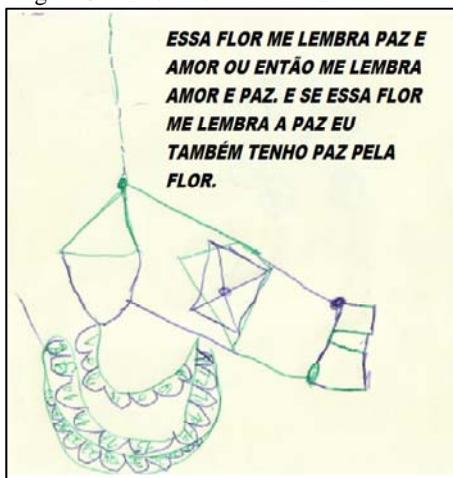
⁶⁷No projeto original do Conjunto Habitacional, esse espaço é uma área de convivência, porém o mesmo é usado para velar os finados da comunidade. Em outro momento também já foi ocupado por uma academia de *Jiu Jitsu*.

⁶⁸Na comunidade, assim como no Brasil, por questões preconceituosas, revistar pessoas negras é uma prática recorrente da polícia por ainda continuar creditando a criminalidade a esses.

⁶⁹Tapera é um bairro localizado no sul da Ilha de Florianópolis.

outra para fazerem seus registros. Maria Eduarda, a primeira a registrar, escreveu: “*Maria paz e amo*” e na sequência “*Isabelle paz e amo*”.

Figura 34: Desenho da Maria Eduarda



Fonte: acervo da pesquisadora

Depois de finalizadas as frases ela leu para mim e para Isabelle o que escreveu. Perguntei a ela o que essa frase significava. E ela respondeu que *é para as pessoas terem paz na vida e amor no coração*. Perguntei onde e com quem ela conversava sobre essas coisas e ela respondeu no projeto que vai aos sábados.

Isabelle pegou o caderno e desenhou uma boneca dizendo que era eu. Maria Eduarda retomou o caderno e também fez um desenho. Depois de pronto, explicou o que significava: *é um caminho que precisa passar para encontrar um envelope com uma carta. Dentro da carta tem um segredo escrito*. Perguntei se podia saber sobre esse segredo. Ela disse que sim e como se estivesse abrindo o envelope, a menina revelou o segredo declamando a poesia que acabara de compor.

Com tamanho significado que o projeto parece ter, perguntei o que mais elas fazem nesse lugar. Isabelle respondeu: *– Eu rezo, canto, brinco, como, ganho roupa e cestinha*. Indaguei a ela o que seria cestinha e ela respondeu: *– É uma cesta cheia de comida!* Enquanto conversávamos, elas perceberam sua vizinha descendo o beco e correram até ela com as mãos em gesto que foi correspondido pela mulher. Em seguida elas retornaram e eu perguntei o que significava

aquele gesto. Maria Eduarda e Isabelle repetiram o gesto e disseram que é um pedido de benção.

As andanças continuaram e pelas ruas segui meus passos pelas *errâncias*⁷⁰ da pesquisa. Errâncias que me provocaram estar lá e cá no sentido de transitar entre os enunciados que circulam sobre a Proteção das crianças, sobre o gerenciamento dos seus tempos e espaços, sobre os discursos pedagógicos, jurídicos, religiosos, sobre a forma como ecoam em mim as vozes das crianças. A complexidade, para mim, instala-se na medida em que se coloca em evidência a multiplicidade de acontecimentos nesses contextos envolvidos.

Fim de tarde de quinta-feira. Dezembro de 2015 e o ano já estava terminando. Eu, sentada à beira da rua observava as crianças brincar em frente à Creche Chico Mendes. Victor brincava de bicicleta pela calçada em frente à Creche e Dábora, sua irmã, chegou da escola e sentou-se ao meu lado com um pacote de bolacha. Visivelmente abatida, perguntei-lhe se algo havia acontecido. Enquanto comia, a menina respondeu: –*Eu to cansada. De manhã eu vou na escola, a tarde vou para o projeto. No sábado a tarde vou no projeto e no domingo vou na escolinha da Dona Araci.* A rotina estabelecida também permeia a vida do Victor que ouvindo o desabafo da irmã, disse: –*Eu também passo o dia inteiro na creche e também vou no projeto e na escolinha da Dona Araci. Quase nem dá tempo de brincar. Daqui a pouquinho a minha mãe já chama para entrar.* Indaguei se gostam de ir ao projeto, à creche e à escola. Victor relatou que até é legal, *mas as professoras sempre mandam fazer coisas. No projeto é bom que sempre tem comidinha boa.* Já Dábora respondeu que *a escola é um saco, o projeto até que a gente brinca um pouco e na Dona Araci a gente aprende a palavra do Senhor.* Ambos apresentaram uma agenda curricularizada, marcada por tempos inscritos por um *dispositivo pedagógico*, onde a liberdade do tempo e do espaço livre são quase inexistentes.

Essa condição também é vivida por Isabelle e sua irmã Maria Eduarda. A rotina das meninas é muito parecida com a de Dábora e de Victor. Isabelle vai para a Creche durante o dia e no sábado vai para o projeto. Maria Eduarda frequenta a escola pela manhã, vai para o projeto

⁷⁰Termo utilizado por Manuela Ferreira em Seminário Internacional de pesquisa com Crianças no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (2016) que diz respeito à possibilidade de fazer a pesquisa no momento em que ela acontece possibilitando transitar com o imprevisível, com a descoberta, com a escavação para buscar o que ainda não conhecemos e não apenas confirmar o que já sabemos.

de tarde e no sábado vai para o projeto. É nos “vazios” desses tempos e espaços que as crianças ocupam as ruas para brincar.

Assim como Dábora, Victor, Isabelle e Maria Eduarda, uma parcela significativa de crianças e adolescentes da comunidade, frequentam as creches, escolas ou projetos assistenciais. Segundo dados da Escola América Dutra Machado⁷¹, dos 450 alunos matriculados, 90% fazem parte dos projetos assistenciais atendendo crianças entre 6 e 15 anos da comunidade Chico Mendes, sendo que atendem também crianças de outras comunidades pertencentes ao Bairro Monte Cristo.

As crianças até 6 anos são atendidas em Creches e três delas estão localizadas dentro do Bairro Monte Cristo: Creche Chico Mendes, Creche Mateus de Barros e Creche Joel Rogério de Freitas. As três unidades educativas totalizam o atendimento de 350 crianças com idades entre 4 meses e 6 anos. Todas as creches apresentam uma lista de espera expressiva no que diz respeito ao atendimento de crianças com idades entre 4 meses a 3 anos, o que se confirma pela fala da Carol que relata a falta de vagas para os bebês e que mobiliza pensarmos algumas questões em torno desse assunto. Diante da demanda apresentada pelas listas de espera, estaria a Secretaria de Educação sendo negligente no seu atendimento? A imposição da lei da obrigatoriedade⁷² do atendimento a partir dos 4 anos seria uma estratégia de contenção familiar? Seria a falta de vagas um dispositivo de controle de natalidade sobre as famílias pobres?

Ir para o projeto, escola ou creche na comunidade passa a ser quase que um fato natural para as crianças e adolescentes dessa comunidade. Não fosse pela falta de vagas existentes para atender a demanda, certamente a maioria das crianças e adolescentes estariam confinadas em alguns desses espaços. Espaços esses concebidos como

⁷¹ Essa é a única escola que está localizada dentro da comunidade. Porém, muitas crianças e adolescentes frequentam outras escolas que ficam em comunidades que fazem fronteira, como é o caso da Escola Básica Municipal Altino Flores e Escola de Ensino Básico Estadual Professor Laércio Caldeira de Andrade, ambas localizadas no município vizinho de São José.

⁷² **A Meta 1** do Plano Nacional de Educação propõe universalizar até 2016 a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos, bem como ampliar a oferta em creches, atendendo no mínimo, 50% das crianças até 3 anos. **A Meta 2** propõe universalizar o ensino fundamental de 9 anos para alunos de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% concluam essa etapa. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/conheca-as-20-metas-do-plano-nacional-de-educacao/image_view_fullscreen. Acesso: 10/04/2015.

essenciais em comunidades consideradas de risco e vulnerabilidade como é o caso da Chico Mendes.

A voz de Dábora anunciada na epígrafe desse texto traduz de certa maneira o esvaziamento das crianças durante a semana, nas páginas do meu caderno de campo. As manhãs e tardes de segunda a sexta-feira mostram-se silenciadas frente à efervescência dos finais de semana. Por mais que caminhasse na procura dos corpos brincantes pela beira da rua, poucos estavam por lá. Onde foram parar? As crianças indicam o caminho: creche, escola, projetos. Entre esses compromissos, o que ecoou nas vozes das crianças em diversas cenas foi a participação nos projetos.

A construção da lei 8.069 de 13 de Julho de 1990 que regulamenta o Estatuto da Criança e Adolescente vem instituir no Brasil, por meio do discurso jurídico-normativo, o Princípio da Prioridade Absoluta que visa garantir às crianças e adolescentes a política de Proteção integral, caracterizando-se como um expressivo avanço nas políticas de atenção à infância se considerarmos a legislação anterior ao Código de Menores, sendo essa uma “saúdável preocupação social, como reconhecimento de que o segmento infantil da população merece respeito e atenção face às suas características essenciais, à promessa que constitui, aos direitos legais que lhe foram atribuídos”. (BUJES, 2005, p. 190).

No Art. 4º temos a seguinte redação:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A garantia à prioridade absoluta tem desencadeado ações na direção de projetos assistenciais de atendimento à infância sob discursos pedagógicos que se fixam na construção de “uma criança cidadã, uma infância compreendida como sujeito de direitos” (LIMA, 2011, p. 121). A questão aqui a ser colocada é que a lei fundamenta-se em ideais modernos das Ciências Sociais, que veiculou ao longo do tempo as suas descobertas e conhecimentos e “nos trouxeram um amplo corpo de teorias que - através da linguagem da ciência, mais especialmente - pretendeu se constituir como verdade para explicar *quem* e como *eram* (ou deveriam ser) os sujeitos infantis” (BUJES, 2005, p. 188-189).

Sendo assim, esses projetos parecem efetivar-se como práticas de assistencialismo e escolarização numa perspectiva de que as crianças e adolescentes precisam ser transformadas, num *dever ser*.

Os projetos ofertados para as crianças da Comunidade Chico Mendes trazem em seu bojo a necessidade expressa a partir da condição de risco e vulnerabilidade. Conforme podemos observar na tabela⁷³ que segue, todos os projetos têm como foco as famílias de baixa renda e apresentam em suas missões, propostas e finalidades depositadas em valores que visam promover a cidadania buscando a transformação na perspectiva de um mundo melhor. A analogia entre eles colocada é tecida pelo viés da idealização da infância que não expressa a multiplicidade dos modos de ser das crianças na contemporaneidade, sendo suas palavras carregadas de “prerrogativas” que se instalam em seus corpos como verdades para sua existência, modelando e conduzindo as suas condutas, tornando-as objetos de poder. (BUJES, 2005). Está sob a responsabilidade da criança e do adolescente a produção de um adulto competente, produtivo e pacificado sendo ele capaz de elaborar e reelaborar formas reflexivas sobre si mesmo, estando apto a se compreender, se julgar e se colocar em ação. (BUJES, 2002).

⁷³ A tabela dos projetos assistenciais nasce a partir da indicação das crianças que frequentam o CEAFIS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, assim como também de uma busca dessa pesquisadora por outros que atendam a Comunidade Chico Mendes. Saliento também que a Escola América Dutra Machado dispõe do Programa do Governo Mais Educação onde as atividades acontecem no contra turno das aulas.

Tabela 3: Projetos Assistenciais

Centro de Apoio à Formação Integral do Ser-CEAFIS ⁷⁴	Centro de Educação e Evangelização Popular- CEDEP ⁷⁵	Lar Fabiano de Cristo Casa Arnaldo São Thiago ⁷⁶	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ⁷⁷
<p>Foi criado em 1997 e hoje atende 120 crianças e adolescentes do Monte Cristo e região.</p> <p>Missão: Promover a formação integral das potencialidades do Ser, visando o seu desenvolvimento natural, progressivo e harmonioso nas suas dimensões intelectuais, afetivas, espirituais, estéticas e físicas, base para uma real evolução individual e social.</p> <p>Proposta pedagógica na formação integral dos educandos, centrada na Educação na prática de Valores Humanos sendo eles: Verdade, Retidão, Paz, Amor e não Violência.</p>	<p>Foi criado em 1987 e hoje atende 320 crianças e adolescentes no Monte Cristo e região com idades entre 6 e 14 anos.</p> <p>Missão: Propiciar mediante práticas educativas diversificadas condições para crianças e adolescentes das classes populares atinjam um desenvolvimento mais pleno, contemplando tanto as necessidades e direitos inerentes a sua faixa etária quanto a sua capacitação para reconhecer e exercer seus direitos de cidadania.</p> <p>Proposta Pedagógica: Promover a educação integral das crianças e adolescentes, com o desenvolvimento de projetos de trabalho relacionados as questões ambientais, relações humanas e interculturais, esportes, cultura, arte e lazer, favorecendo o aprendizado, estimulando o desempenho escolar e a auto-estima.</p>	<p>Faz parte de uma rede com unidades espalhadas em todo o Brasil, que teve seu início em 1958, porém a instituição localizada em Florianópolis teve sua fundação em 1974.</p> <p>Missão: Desenvolver proteção social e educação transformadora, contribuindo para a construção de um mundo melhor.</p> <p>Finalidades: O Lar Fabiano de Cristo é uma associação para fins não econômicos, de âmbito nacional, prestadora de assistência social com características de atendimento que promove serviços, executa programas e projetos e concede benefícios de proteção social básica e especial, assegurando a função protetiva à família, à maternidade, à infância, à adolescência, ao adulto e ao idoso, fortalecendo os vínculos familiares, sociais e comunitários daqueles em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.</p>	<p>É um serviço desenvolvido com crianças e adolescentes no horário extraescolar, tendo como foco a construção de espaços de convivência preferencialmente na própria comunidade, para oportunizar experiências que favoreçam a socialização e o desenvolvimento das potencialidades. As atividades desenvolvidas nos CEC's são: artísticas, culturais, esportivas e recreativas, envolvendo dança, música, teatro, jogos, brincadeiras, desenho e pintura, além do apoio pedagógico.</p> <p>Usuários: crianças e adolescentes com idades entre 6 e 15 anos de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos, encaminhadas pelos serviços de Proteção Social Básica e Especial e de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e/ou inscritas no Cadastro Único. Na comunidade existem dois CEC's: Centro complementar Chico Mendes e Centro Complementar Novo Horizonte.</p>

Fonte: elaborado pela pesquisadora

⁷⁴<http://www.ceafis.org.br/site/>. Acesso: 27/03/2015.

⁷⁵<http://www.cedep-floripa.org.br/>. Acesso: 27/03/2015.

⁷⁶<http://www.lfc.org.br/>. Acesso: 27/03/2015.

⁷⁷ <http://www.pmf.sc.gov.br/servicos/index.php?pagina=servpagina&id=4598&menu=2>. Acesso: 27/03/2015.

O projeto de *sociedade de segurança* requer que se tenha como pauta política o olhar de guarda do futuro no sentido de que é necessário “transformar as crianças ardeiras em adultos ordeiros”. (SILVEIRA, 2015, p. 11). Nesse sentido, nada melhor do que tê-las sob tutela dentro de instituições alicerçadas em discursos de proteção e liberdade, para que se possa governar formando e formatando seus corpos dentro de uma perspectiva de educabilidade, tendo como escopo o cuidado com a infância, conduzindo-as por um caminho da *cidadania, verdade, retidão, paz, amor, não violência, potencialidade, socialização, direitos, desenvolvimento pleno, proteção*. “O poder nem sempre é repressivo, ele age através de efeitos da palavra, ele incita, seduz, em alguns casos torna mais fácil, em outros limita” (BUJES, 2000, p. 33).

Podemos observar nessas práticas institucionais, o caráter preventivo e de controle frente aos riscos que as crianças e adolescentes podem oferecer. Bujes (2010) questiona o conceito de risco que ampara discursos que legitimam a necessidade das medidas de proteção fundamentada numa sociedade de segurança social. Segundo a autora, risco está associado ao perigo, dor, prejuízo, ameaça que se vincula às comunidades empobrecidas, destinando a elas o controle, onde as medidas cautelares investem na correção das posturas consideradas impróprias frente à normatividade instituída. “Em suma, os mecanismos de segurança operam uma proliferação/fabricação de riscos que são confrontados com uma forma de normalização que parte de uma definição do normal e do anormal, segundo curvas de normalidade” (BUJES, 2000, p. 169).

Nas vozes das crianças percebo que as mesmas são socorridas, seja no governo da sua subjetividade ou na sua relação com sua carência material. No viés da assistência as “cestinhas” como relata Isabelle são ofertadas como forma de acalento das suas misérias. Acalento que é visto também pelo adulto como forma de captação possível no gerenciamento das suas necessidades básicas.

Nice tem 2 filhas, uma adolescente de 14 anos que está grávida e outra com 11 anos. A família, depois de algum tempo morando em outra comunidade está retornando. Nice com problemas de saúde não pode trabalhar e está enfrentando sérios problemas financeiros. A mesma diz que está muito preocupada, pois o natal está chegando e não terá nada de bom para fazer na ceia. Ela diz que vai matricular a filha mais nova no projeto para ganhar a cesta básica que eles oferecem no natal (Caderno de Campo 09 de novembro de 2015).

O direito instituído revela-se na perversa sombra do dever. Recai sobre as crianças a condição que passa pela captura do seu corpo e a condução da sua conduta, de gerir o seu direito de provisão. Experimento-me aqui no direito de perguntar sobre a verdade (Lima, 2011) em um profundo exercício do pensamento que me faz estranhar a relação de dependência do adulto para com a criança. Essa inversão de responsabilidade de provisão coloca-se como uma violência para as crianças?

Nas errâncias da pesquisa também refleti sobre o Programa Bolsa Família⁷⁸, e de como, para as camadas empobrecidas do Brasil, o programa incide-se essencial. No bairro Monte Cristo um total de 460⁷⁹ famílias são beneficiárias desse programa, dessas 156 são da comunidade Chico Mendes⁸⁰ e no Brasil somam 14 milhões⁸¹. O Bolsa Família foi criado no governo Lula por meio da Medida Provisória nº132 de 20 de outubro de 2003, unificando programas como o Cartão Alimentação, Bolsa Escola e Auxílio Gás. Esse projeto, fruto de uma política de governo popular, tem contribuído, por meio da transferência de renda direta às famílias, para tirar o Brasil do mapa da pobreza no mundo. Apesar das inúmeras críticas por parte de alguns que acham que é preciso “ensinar a pescar e não dar o peixe” os recursos têm empoderado sobretudo as mulheres⁸², responsáveis diretas para receber o dinheiro, enfraquecendo a pobreza como uma condição geracional.

Sem ter a pretensão de neste espaço discutir exaustivamente a questão, mas apenas chamar à atenção, destaco que esse programa está sobre condicionalidades⁸³, sendo essas, exigências para que as famílias possam receber o benefício. As condicionalidades envolvem as áreas da assistência social, saúde e da educação e colocam-se como uma agenda

⁷⁸O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil.

⁷⁹ Informações fornecidas pelo Centro de Referência Assistência Social do Jardim Atlântico-CRAS- com base nos números referentes do Relatório de Informações Sócio-territoriais do Município de Florianópolis de 2015.

⁸⁰ Número fornecido pela escola América Dutra Machado.

⁸¹ Fonte: <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/>

⁸² Ver: REGO, W. L. e PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesc, 2013.

⁸³ As condicionalidades dizem respeito à frequência das crianças de 4 a 17 anos na pré-escola e escola, a vacina em crianças de 0 a 6 anos assim como o registro do peso e altura, além do acompanhamento das mulheres em idade fértil para identificação das gestantes e acompanhamento do pré-natal. Disponível: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>. Acesso: 27/09/2015.

de compromisso para a família, desencadeando uma rede de atendimento às crianças.

A contrapartida, em torno dessa agenda, parece enfraquecer o intuito da proteção e provisão social, pois se coloca na relação de troca do direito já garantido na Constituição Federal do Brasil (1988) assim como também no Estatuto da Criança e Adolescente (1990). Além disso, as condicionalidades impõem-se sobre o corpo das crianças e adolescentes que devem cumprir esses deveres, cabendo a elas a responsabilidade de um *dever ser* para atender as exigências de comportamentos esperados. Aceitando o convite de Bujes (2005) para questionar as certezas instituídas sobre os modos de conceber as crianças, pergunto: Há aqui também um dever que se instaura nas vestes do direito? Estariam as exigências das condicionalidades colocando-se como um controle de condutas? Seria o programa também um dispositivo pedagógico? O acesso aos direitos das camadas empobrecidas, não seria possível sem a contrapartida? Todas as crianças, em seus diversos contextos conseguem atender as condicionalidades? E se não conseguem, como acessam os seus direitos? Seria o Programa Bolsa Família também uma captura da criança, desde o ventre, sob uma perspectiva de economia social?

Que é isso novinha...: as crianças no ritmo da musicalidade

Durante o tempo da pesquisa, meu *flanar* (RIO, 2008) pelas ruas foi embalado por muitos sons. Sons de pássaros, sons de carros, sons do helicóptero da polícia, sons de foguete, sons de tiros, sons de músicas... Sons que foram captados fazendo aflorar sentimentos diversos em torno do meu próprio corpo, provocando o “barulho” do medo, a “algazarra” da euforia, a “confusão” do julgamento, a “desordem” das familiaridades e dos estranhamentos, o “silêncio” do (des)saber. Ao abrir as páginas do meu caderno de campo ainda sinto ecoar sobre mim a propagação das ondas sonoras vividas por lá.

Entre os sons, que fui aumentando o volume para ouvir com atenção no decorrer dessa dissertação, na composição dessa escrita as músicas colocaram-se como referências importantes para essa escuta. Músicas captadas pelos ouvidos, mas que vibram pelo corpo todo provocando ruídos nos modos de compreender a vida. Músicas que se revelam como instrumentos de poder sobre as crianças, onde as mesmas cantam as composições, repetindo modos de ser e estar no mundo dando o tom para as suas próprias vidas.

Meu flunar pelas ruas foi embalado por músicas. Os gêneros tocados ecoam as vozes de cantores sertanejos, de sofrência, gospel, pagode, funk... Músicas que na composição polifônica arranjam-se por estilos diferentes, mostram-se análogas diante da proposta de governmentamento sobre os corpos. Músicas que ditam em seus ritmos formas de lidar com o corpo. Músicas que nas “ruas públicas” vão de carona nos aparelhos celulares, nos carros, no Bar do Paraíba, nas casas, no parque da Chico Mendes, nas vozes das crianças e chegam para todos e todas sem distinção Garbin, (1999, p. 01) alerta que,

não se pode esquecer que somos e sempre seremos híbridos, misturados em nossas preferências de consumo cultural. Apesar das diferenças entre os vários estilos de música veiculados pela mídia, todos contribuem na formação e fortalecimento de identidades; a música passa a ser uma espécie de fio, de eixo, que vai de casa para a escola e para onde quer que os/as adolescentes [e as crianças] forem.

As escolhas musicais que se dissolvem no ar, imprimem marcas na sonoridade das vozes de cada um e de cada uma que habita esse lugar, traçando os caminhos sobre seus modos de existir, estabelecendo regras sobre a sua conduta, constituindo-se como um importante jogo que atua sobre as suas subjetividades. Assim sendo, as músicas tornam-se um *dispositivo pedagógico* importante provocando efeitos de verdade sobre o corpo.

A melodia desse texto que agora componho harmonizará fragmentos de algumas músicas que ouvi nesse percurso. Fragmentos de músicas, fragmentos de cenas, fragmentos das vozes das crianças, fragmentos da minha (in)capacidade de ouvir. Fragmentos que se aninham dentro dos corpos e elevam o volume de discursos em torno da condição de ser mulher, ser homem, ser homossexual, ser verdadeiro, ser correto, ser trabalhador, ser... “São estilhaços de discursos carregados de informações” (FERNANDES, 2003, p. 38) sobre *os modos de ser* das crianças na comunidade. A polifonia a ser expressa passa por narrativas das crianças e também por narrativas que para elas são arremessadas e ajudam a compor o seu repertório de vida.

Play: músicas que me acompanharam na beira da rua

Muitas foram as músicas escutadas nas minhas andanças pelas ruas da Comunidade Chico Mendes. Nos diversos lugares por onde

passei era possível ouvir as preferências musicais dos moradores. Para que possamos aqui refletir sobre esse *dispositivo pedagógico*, faço a escolha de alguns fragmentos do acervo escutado nesse tempo de pesquisa, localizando os locais de escuta.

Tabela 4: No bar do Paraíba

Garçom	Maus Bocados	Na mesa do bar
<u>Reginaldo Rossi</u> Saiba que o meu grande amor hoje vai se casar, mandou uma carta para me avisar, deixou em pedaços o meu coração. E para matar a tristeza só mesa de bar, quero tomar todas vou me embriagar. Se eu pegar no sono me deite no chão.	<u>Cristiano Araújo</u> Sei que seu coração falou de mim. Sei que ele falou que eu tô fazendo falta. Ele falou também que sem mim tá difícil, as noitadas e os amigos não tão ajudando. Sei que seu coração gritou por mim Na última moda sertaneja que o DJ tocou. Pra piorar é aquela que a gente dançava, a saudade bateu e você chorou.	<u>Gabriel Gava</u> Por que largou de mim? Eu jurei amor pra sua vida inteira. Tô amordaçado, louco na coleira. Hoje tá casada e não dá pra aguentar Tô na mesa do bar Eu vou liga de novo Pede pra esse corno aí não atende Fala disfarçado, tenta convencer Dá uma fugidinha e vem aqui me ver.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Tabela 5: Nos aparelhos musicais

Eu sou a Dilma que você quer derrubar	Amiga, parceira	Aos Olhos do Pai
<u>Amanda Rocha</u> Gasolina você quer Óleo diesel você quer Mas eu faço do meu jeito Pra ter sucesso o PT aumenta o preço. Eu já falei que odeio pobre que eu sou poderosa. E esqueci de te falar. A conta de energia eu também vou aumentar ⁸⁴	<u>Pikeno e Menor</u> Amiga, parceira Só se for amiga solteira Amiga, parceira Só se for amiga solteira Livre, louca, curte a vida E o melhor vou te dizer Não só sabe suas loucuras Mas vive elas com você	<u>Diante do Trono</u> Aos olhos do Pai Você é uma obra-prima. Que Ele planejou. Com suas próprias mãos pintou A cor de sua pele Os seus cabelos desenhou Cada detalhe Num toque de amor

Fonte: elaborado pela pesquisadora

⁸⁴ Paródia da música “Eu sou a diva que você quer copiar” de Valeska Popozuda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o6xAOmXFrSU>. Acesso: 11/12/2015.

Tabela 6: Nos carros

Que Isso Novinha	Show Das Poderosas	Tava na Rua
<i>Mc Saed</i>	<i>Anitta</i>	<i>MC Pikachu</i>
Que isso novinha que isso. O bagulho foi ficando involvente ai ela mandou assim ooh Bota na minha buceta Que isso novinha que isso que isso novinha que isso Com aquela cara de safada com aquela cara de tarada Ela mandou assim pra mim ooh Deixa eu sentar na sua piroka Que isso novinha que isso que isso novinha que isso	Prepara Se não tá mais a vontade sai por onde entrei Quando começo a dançar eu te enlouqueço, eu sei Meu exército é pesado a gente tem poder Ameaça coisas do tipo você Vai Solta o som que é pra me ver dançando Até você vai ficar babando Para o baile pra me ver dançando Chama atenção a toa Perde a linha fica louca	Tava na rua, Fumando um baseado, Chegou a novinha, E pediu pra dar uns trago Eu falei assim: Vamo fazer um acordo Dá a buceta pra mim, o cú, E fuma o Beck todo Dá a buceta pra mim, o cú, E fuma o Beck todo Dá a buceta pra mim, o cú, E fuma o Beck todo

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Tabela 7: Nas casas

Se eu largar o freio...	Raridade	Por que homem não chora
<i>Péricles</i>	<i>Anderson Freire</i>	<i>Guilherme e Santiago</i>
A pia tá cheia de louça O banheiro parece que é de botequim A roupa toda amarrotada E você nem parece que gosta de mim A casa tá desarrumada E nem uma vassoura tu passa no chão Meus dedos estão se colando De tanta gordura que tem no fogão Se eu largar o freio Você não vai me ver mais. Se eu largar o freio Vai ver do que sou capaz	Você é um espelho que reflete a imagem do Senhor Não chore se o mundo ainda não notou Já é o bastante Deus reconhecer o seu valor Você é precioso, mais raro que o ouro puro de ofir Se você desistiu, Deus não vai desistir Ele está aqui pra te levantar se o mundo te fizer cair.	Você foi a culpada desse amor se acabar Você que destruiu a minha vida Você que machucou meu coração, me fez chorar E me deixou num beco sem saída Estou indo embora agora Por favor, não implora Porque homem não chora Estou indo embora agora Por favor, não implora Porque homem não chora

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Tabela 8: No parque da Chico Mendes

<p>Quer mamar, quer mamar ajoelha e vem de boca <i>Mc Pierry</i></p> <p>O thuthuca com cara de boba Gosto quando tu brinca com meu pau. Quero levar uma surra de piroca até semana que vem Eu quero ficar com o queixo pra dentro que nem mamão rosa de tanto levar saco aqui no queixo, sem conseguir falar Quer mamar, quer mamar ajoelha e vem de boca. Depois eu vou querer repeteco Então vamo de novo vagabunda.</p>	<p>Mãos para o alto novinha <i>Bonde do Tigrão</i></p> <p>Mãos para o alto novinha Por quê ? Porque hoje tu tá presa Mãos para o alto novinha Por quê ? Porque hoje tu tá presa E agora eu vou falar dos seus direitos. Tu tem direito de sentar. Tu tem o direito quicar. Tu tem o direito de sentar. De quicar de rebolar. Você também tem o direito. De ficar caladinha. Fica caladinha. Fica caladinha. E agora desce... Desce ai novinha... Desce ai novinha...</p>	<p>Novinha Tu tá Sensacional <i>MC Pedrinho, MC Juninho JR e MC Gibi</i></p> <p>Novinha, tu tá sensacional Tá diferente demais Cai, cai Cai com a buceta pra frente Cai com a buceta pra trás Ela cai com a buceta pra frente Cai com a buceta pra trás Vai caindo, vai caindo Só putaria mesmo é Pedrinho que entende Cai com buceta pra trás novinha Cai com a buceta pra frente</p>
---	---	---

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Tabela 9: Nas vozes das crianças

<p>Bob Marley vs Bob Esponja <i>Galo Frito</i></p> <p>Mais de 100 milhões de discos Eu vendi, tu só no hambúrguer de siri. Ninguém gosta de ti, não sabe dirigir, não tem nem casa, mora num abacaxi. Você é uma dondoca, mó jeito de moça, aproveita que é uma esponja e vem lavar a minha louça.</p>	<p>Deus não quer... <i>Juventude Ilha</i></p> <p>A formiguinha pega a folha e carrega, quando uma larga, a outra Pega. Oh! Que mistério glorioso A formiguinha ensinando o preguiçoso! Deus não quer preguiçoso em sua obra. Porque se não o tempo sobra!</p>	<p>Essa é a hora <i>Mc Menor da VG</i></p> <p>Quero ver se essa mulher é foda Quero ver o quanto ela rebola O DJ perera solta o ponto É ai que toda ela se solta Essa é a hora, vai Senta na piroca agora Desce e rebola Senta na piroca agora Desce e rebola</p>
---	--	--

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Foram muitas as músicas ouvidas nesse percurso, nem todas consegui registrar, mas as que ficaram e marcaram minha experiência em campo trazem em suas enunciações a figura da mulher como objeto de existir. As diversas vozes, entremeadas por seus arranjos musicais “provocam sentimentos e desejos [sobre as mulheres] que inscrevem nos corpos marcas e normas consideradas desejáveis e necessárias” (MAKNAMARA, 2012, p. 160). Conduzidas pelas notas musicais e seus acordes, anunciam lugares de verdade articulados com o poder/saber noticiando as formas de sujeição ao corpo da mulher. Corpo esse que “é também o que dele se diz e aqui estou a afirmar que o corpo é construído, também, pela linguagem” (GOELLNER, 2013, p.31). Linguagem que se trama de modo a fabricar e regular imagens em torno do gênero feminino e por consequência ao gênero masculino, estranhando as formas múltiplas de ser e estar no mundo.

Encontro Isabelle e Maria Eduarda sentadas na entrada do beco de casa. As duas estão esperando a mãe fazer o almoço. Fico ali conversando com as meninas. Nesse tempo de conversa, entra no beco um gay. Vestia uma saia curta, miniblusa e um sapato bem alto. As meninas ficam olhando fixamente para ele subir o beco. Enquanto sobe, ele demonstra dificuldades de se equilibrar em cima do salto e vira o pé. As duas riem da situação. Isabelle me olha e diz:

– Aquilo não é uma mulher, não.

– Não? Quem é aquela pessoa? (pesquisadora)

– É uma homa. (Isabelle)

– E o que é uma homa? (pesquisadora)

– Não é nem um homem e nem uma mulher. (Isabelle)

Na leitura desse corpo, Homa estaria num entrelugar? Estaria Isabelle fugindo da leitura binária de ser feminino e masculino? Ou, a Homa, designaria uma via patológica da existência de ser humano?

(Caderno de Campo, 09 de novembro de 2015).

As letras inscrevem-se de modo que tecem significações sobre a figura da mulher onde ela é a culpada do amor se acabar, responsável pela pia cheia de louça, precisa ser a imagem perfeita, uma obra prima, amiga e parceira, novinha com cara de safada e com direito de sentar e de quicar. A vida musicalizada, construída por esse dispositivo pedagógico, anuncia a trilha sonora que conduz os modos de ser e se comportar mulher e assim instituindo por meio da linguagem práticas em torno da sua subjetividade. As músicas, submersas em mecanismos

de saber/poder “têm falado, em síntese, dos corpos adequados e necessários para serem ou não valorizados/as em termos de eficiência, seus desejos e sua sensualidade”. (MAKNAMARA, 2014, p. 161).

Por intermédio de instrumentos midiáticos, as suas notas põem-se como extensão do próprio pensamento ecoando discursos acolhidos em práticas que se instituem a partir daquilo que ouvem e falam, assim fabricando modos de agir. Garbin (1999) afirma que estamos saturados pela mídia e por isso expressa a necessidade de entendermos que os signos culturais, as imagens e sons da mídia dominam cada vez mais a maneira como definimos a nós mesmos e ao mundo em que vivemos. As palavras que embalam as melodias ouvidas conduzem verdades sobre como deve ser uma mulher e provocam a determinação dos seus modos de ser que são, por vezes, expressas nas suas posturas cotidianas.

Nas ruas, enquanto as músicas tocam, vivi e ouvi outras narrativas que compõem estéticas sobre os corpos masculinos e femininos e dizem dos lugares reservados para cada um deles. Familiarizo-me, assim, com os meus estranhamentos de não encontrar pelas ruas meninas soltando pipa, e não ver mulheres lavando os carros assim como também não vê-las nos espaços de sociabilidade como o Bar do Paraíba, nos domingos pela manhã. De ouvir a voz masculina do carro dos produtos de limpeza anunciar “alô dona de casa, tá passando na sua rua o carro dos produtos de limpeza”. De ouvir nas vozes das crianças que homem de verdade não chora (Dábora), que a responsável pela educação das crianças é a mãe (Victor) e que menina não sabe jogar bola porque é uma mulherzinha e o menino que não sabe jogar bola é veadado (Kauam). Os processos cotidianos vividos parecem harmonizarem-se com as notas musicais que produzem lugares aos sujeitos encharcadas por esses discursos que conduzem as suas condutas.

No assentimento da minha presença com as crianças, vou vivendo cenas junto a elas que me provocam a experimentar os *estranhos sabores*. Sabores estranhos que se colocam sobre meu corpo que experimenta as doçuras, os amargos, os azedumes das rotinas cotidianas nas quais estão imersas as crianças da pesquisa. É o meu paladar que diz o que é doce, amargo ou azedo e daí recai o estranhamento sobre aquilo que degusto. Diante da metáfora que aqui tomo emprestada de Manuela Ferreira (2004), entre os estranhos sabores sentidos na investigação com crianças, um deles coloca-se sobre o corpo que dança, que rebola e vai até ao chão no ritmo da música do funk. Faço aqui a escolha, dentre os gêneros musicais ouvidos a beira da rua, em aumentar o volume do funk

por ser o ritmo musical que mais marcou os corpos das crianças diante da regularidade registrada no meu caderno de campo.

[...] O espaço do parque da Chico Mendes virou o espaço de sociabilidade da comunidade. Muita gente frequenta esse lugar. No campo de areia, homens (adultos e adolescentes) jogam futebol. Assistindo o jogo estavam outros homens, mulheres (adultas e adolescentes) e crianças. No parque muitas crianças brincam sob o olhar vigilante da comunidade. As adolescentes, muitas delas com 12 anos, desfilam seus corpos com saias curtas, blusas curtas, maquiadas e cabelos bem feitos. Em mãos o celular que parece a extensão dos seus braços. Seus corpos parecem ser exibidos como troféus para os corpos que se colocam dentro do campo de futebol onde de certa forma se transformam nesse momento em corpo espetáculo. No ginásio que fica ao lado do campo acontece um baile funk onde crianças, adolescentes e adultos dançam o ritmo de maneira que seus corpos provocam uma desenvoltura sensual. As adolescentes ensinam para as crianças as coreografias que em coro repetem as músicas que tocam. Poucos homens dançam, mas muitos assistem ao espetáculo.

(Caderno de Campo 20 de setembro de 2015)

O funk surge no mundo como um movimento de contracultura. Oriundo da música negra americana, traz em suas raízes no movimento de resistência das camadas empobrecidas e negras. No Brasil esse gênero musical surge nos anos de 1970 no Rio de Janeiro, nos famosos “Bailes Black” que existiam na periferia (DAVRELL, 2002). Na medida em que foi se popularizando, o funk foi diversificando e suas letras dando visibilidade a outras temáticas que se afastam da sua originalidade. Entre os estilos de funk, hoje podemos encontrar o funk ostentação, melódy, antigo, funknejo, pop funk, eletro funk, funk rasteirinha, o funk norte americano e o funk putaria⁸⁵. Na comunidade Chico Mendes os estilos que se escutam com maior frequência, são o funk putaria e o funk ostentação. Sobretudo, no tempo de pesquisa o funk putaria foi o estilo que ecoou pelas ruas: a banalização da imagem feminina, da menina, das crianças. Sobre as suas composições a mulher é colocada como um objeto a ser consumido. Foram as suas letras,

⁸⁵ Blog Imperador do Funk. Disponível em: <http://www.funk.blog.br/2015/03/tipos-de-funk-subgeneros.html>. Acesso: 18/09/2015.

cantadas por crianças, adolescentes e adultos, que repetiam os *modos de ser* uma mulher desejável.

A partir do funk, é possível perceber que a sua composição, apesar de representar um movimento de contracultura diante das formas de normalização anunciadas pelas crianças da pesquisa, colocam-se também como um potencial de afirmação e autoestima da periferia pela via musical. (Rocha, Silva & Pereira, 2015), desencadeando um movimento de pedofilização que se projeta sobre os *modos de ser* da infância nesse contexto. Pedofilização aqui pensada a partir de Felipe (2006) que discute esse conceito pelo viés da erotização do corpo da infância, aliado ao consumo e às contradições de cuidado frente às Redes de Proteção. A imagem angelical que representa a “pureza e ingenuidade tem sido substituída [na contemporaneidade] por outras extremamente erotizadas, principalmente em relação às meninas” (FELIPE, 2006, p. 124). Nessa relação deduz-se que esse estilo musical põe-se como técnica de governo que busca “normatizar, disciplinar, regular e controlar seus corpos ensinando-lhes comportamentos, posturas, verdades e saberes sobre o ser feminino” (DORNELLES, 2010b, p. 180).

As músicas de funk, cantadas com frequência pelas crianças, trazem em seu conteúdo marcas de erotização, sensualidade, consumo e a vulgarização da imagem feminina. É preciso afinar os ouvidos para compreender os discursos produzidos pelos textos que se propagam através das palavras envolventes e demarcam esse ritmo dançante. O corpo cantado pela letra do funk revela o desejo pelo corpo novo e demarca a condição para ser desejado. Para Felipe (2006), a música traduz-se na atualidade como um importante artefato na espetacularização da sexualidade, indicando *modos de ser*, evidenciando inclusive formas de representar homens e mulheres. A autora afirma que

No caso do *funk*, as letras se caracterizam pela referência explícita a práticas sexuais, sem rodeios ou sutilezas, remetendo a um mero exercício sexual, onde os órgãos genitais são mencionados, atos sexuais em suas mais variadas formas são proclamados, acompanhadas de coreografias sensuais, que remetem à exibição dos corpos femininos (FELIPE, 2006, p. 218).

Compra-se pela via musical aqui expressa a erotização e a banalização da figura feminina assim como o culto ao corpo novo. *Mãos para o alto novinha; novinha tu tá sensacional; que é isso novinha;*

chegou a novinha e pediu para dar um trago, sinaliza o tipo de mulher cobiçada. O misto de ingenuidade e sensualidade entrelaçam-se desencadeando o desejo pelo corpo que se põe para ser consumido diante da exigência do outro. “Não seria difícil tentarmos demonstrar que tais imagens [músicas] são uma visão *soft* da pornografia infantil e que elas exploram as crianças ao introduzir a sexualidade adulta no campo da inocência infantil” (WALKERDINE, 1999, p. 79).

Na lógica do descarte, o corpo também é fugaz, buscando assim todas as maneiras possíveis para garantir o retardamento do seu desaparecimento. Tudo se valida para chegar à lógica do corpo contemporâneo. Dores e cirurgias justificam-se diante da valorização daquilo que é novo, daquilo que nos dias atuais entende-se como beleza, sendo que “todas as idades e compleições físicas devem caber no corpo infanto-juvenil.” (NUNES, 2009, p.50).

O consumo produz um tipo de hegemonia estética onde os corpos desejados estão imbricados na relação direta com as experiências sociais, e o discurso do “prazer *voyeurista*, erotizado e sedutor é uma forma de objetivação das meninas, mostrando como a história do sujeito é também a história de sua objetivação. E essa objetivação produz formas de subjetivação” (DORNELLES, 2010b, p. 185).

A história cobre e descobre os corpos de forma que noticiam sua trajetória, seus contornos. E nesse processo as representações impõem-se sobre corpos masculinos e femininos atribuindo “a ideia de que a beleza está para o feminino assim como a força está para o masculino, atravessa os séculos e as culturas.” (SANT’ANNA, 1995, p. 121). Nessa perspectiva, Walkerdine (1999, p.77) argumenta também que “a figura da menina por contraste, sugere uma patologia não natural: ela trabalha enquanto o menino é brincalhão, ela segue regras enquanto ele trata de quebrá-las, ela é boa, bem comportada, não racional”

Essa história anunciou formas em torno da beleza, rechaçando as anomalias e fazendo com que corpos fora das aparências desejadas fossem tratados e curados. Sobretudo, porque o corpo da mulher carrega as marcas da exigência de um corpo belo, que por meio de remédios, cremes, sabonetes, plásticas..., precisa “combater a feiura” (SANT’ANNA, 1995). Nesse sentido, a beleza faz parte de um investimento sobre si para atender não só o desejo próprio, mas também a necessidade do Outro em que a “produção das subjetividades das meninas, suas experiências de si em relação à sexualidade fazem com que elas operem transformações em si mesmas” (DORNELLES, 2010b, p. 186) num investimento sobre as técnicas de si.

A entrada do século XX, com o acelerado processo tecnológico e novas imposições culturais, dita ao corpo um novo paradigma. Passamos a incorporá-lo como objeto de consumo, erotizado, que sofre com a ditadura da beleza, num infinito desejo de atraso do envelhecimento. O consumo desenfreado também sugere que o corpo maduro não tenha a mesma valoração do corpo “novo”. O padrão exigido passa a representar a perspectiva de um corpo magro, branco, jovem e sensual, desqualificando tudo aquilo que foge a esse modelo, achando feio o que não é espelho, validando discursos como verdades diante da relação de um saber/poder.

PEDOFILIZAÇÃO OU MODOS DE SER - CRIANÇA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ele era um menino que adorava passear.
Gostava de caminhar por todos os lugares,
De viajar para diferentes locais.
Ele andava pelas ruas, pelos bairros,
pela cidade, pelo campo, pela praia...
Seus pés tinham diferentes lugares colados neles.
(LOPES, 2011)⁸⁶

Assim como os pés do menino colecionador, meus pés carregam diferentes lugares colados por onde passei na minha *travessia* de vida. Fui ao longo desse tempo, colecionando, a partir da minha *experiência*, lugares que compõem aquilo que hoje sou. Experiência que narra o meu tempo vivido, que marca minha presença na história do mundo, que me coloca como condição de *estrangeira* (KOHAN, 2007) em cada novo lugar por onde passo. É essa condição que me faz declinar das verdades que se colam ao meu corpo e potencializa as experiências, tornando-me Outro a cada estranhamento. Por quê? Porque o estranho interroga (KOHAN, 2007, p. 43).

No estranhamento do que vai aos meus pés colando, aqui usando a metáfora do menino, mas compreendendo que o que cola, adere ao meu corpo, a minha subjetividade, iniciei esta pesquisa na comunidade Chico Mendes. Trazia como questão de pesquisa a **Pedofilização do Corpo da Infância na Comunidade Chico Mendes**. Anunciava, por meio do título, que compunha meu projeto de pesquisa a *certeza* de que os corpos das infâncias eram nesse contexto pedofilizados pelo viés da *erotização e consumo de seus corpos, violando os seus direitos* (FELIPE, 2006). No caminho da pesquisa passei por outros lugares/ruas em que esse conceito não se assenta somente sobre essa condição. Ganhou outras territorialidades e assentou-se sobre outro *plano de imanência*, brotando da realidade vivida da sua multiplicidade. “Todo conceito tem um contorno irregular, definido pela cifra de seus componentes” (DELEUZE e GUATARRI, 2010, p. 23).

Durante minha qualificação, a pergunta surgiu: seriam as crianças desse contexto pedofilizadas ou esses são seus *modos de ser*? As vozes das crianças que não ecoavam somente na direção da sua pedofilização,

⁸⁶ Fragmentos de: “O menino que colecionava lugares”.

pela via da erotização durante a observação participante, ganharam eco na indicação feita pela banca. Foi preciso descolar algumas certezas dos meus pés para que outras pudessem compor minha coleção. Assim sendo, o conceito de Pedofilização precisou nesse contexto ser atualizado para que pudéssemos, a partir do que as crianças narraram de suas vidas e seus cotidianos, compreender os agenciamentos nos seus *modos de ser*.

Todo conceito, segundo Deleuze e Guatarri tem uma história. O conceito de Pedofilização remete a pensar na história da pedofilia. A origem etimológica da palavra pedofilia vem do grego antigo *paidophilos*: *pais=criança e phileo=amar* que designava o amor de um adulto pelas crianças. No Brasil, o termo está vinculado diretamente à questão da pornografia infantil, sendo caracterizado como uma conduta inadequada socialmente⁸⁷ (FELIPE, 2006). Numa rede de relações e vizinhança o conceito remete a outros, estabelecendo conexões que ampliam seus significados. Assim sendo, a forma como o conceito de pedofilização é descrito, conecta-se também ao conceito de erotização. A etimologia da palavra erotização tem origem grega que significa “ato ou efeito de erotizar(-se), deriva de erotizar+ação; por sua vez, erotizar vem do rad[ical] erot-(do gr[ego] éros, érotos, ‘amor, paixão, desejo ardente’”⁸⁸, apresentando-se na contemporaneidade como estímulo à excitação sexual. É na imbricação dos conceitos da pedofilia e da erotização que o conceito de pedofilização cunhado por Jane Felipe assenta-se. Para a autora, a erotização do corpo da infância, aliado ao consumo e às contradições de cuidado frente às Redes de Proteção, desencadeiam essa discussão.

Não é o conceito que funda a realidade, mas o inverso, o conceito é imanente à realidade, relativo ao seu contexto. Ele não é universal. Ele é um *acontecimento* e como tal é singular e ajuda-nos a re(aprender) a olhar o mundo vivido. (DELEUZE e GUATARRI, 2010). “Não estamos nunca sobre o mesmo plano. Criticar é somente constatar que um

⁸⁷Hoje a pedofilia, de acordo com o Catálogo Internacional de Doenças - CID é considerada um transtorno de “preferência sexual por crianças, quer se trate de meninos, meninas ou de crianças de um ou do outro sexo, geralmente pré-púberes ou no início da puberdade” e juntamente com outros transtornos como o masoquismo, exibicionismo, voyeurismo entre outros está classificada como “parafilia” que é definido como um padrão de comportamento sexual permissivo e anormal.

⁸⁸ Fonte: <http://www.priberam.pt/dlpo/erotiza%c3%a7%c3%a3o>. Acesso: 21/07/2015.

conceito se esvanece, perde seus componentes ou adquire outros novos que o transformam, quando é mergulhado em um novo meio” (DELEUZE e GUATARRI, 2010, p.37).

O estranhamento da minha estranheza continua a interrogar. Desacomoda e exige-me conhecer outros lugares, fazer outras coleções. “*O mestre ignorante se cala*” (KOHAN, 2007, p.47). O silêncio provoca um vazio e segundo Kohan, nada mais interessante do que o espaço do vazio “para pensar os como, os onde, os quando, os para quê” (KOHAN, 2007, p. 48).

O vazio permitiu perceber que, no contexto da pesquisa, o conceito ganhou movimento e hospedou-se de forma que a pedofilização das crianças não se restringiu à captura do seu corpo novo somente pela via da erotização, anunciada nesta dissertação pelo *dispositivo pedagógico musical* que ensina *garotinhas* a terem corpos sensuais e provocantes. A captura do corpo novo recai também sobre investimentos em torno dos sujeitos/crianças com vistas a “ajustar-se harmonicamente à sociedade e cumprir o exercício da cidadania.” (BUJES, 2015, p. 264). Nesse ajustamento os *dispositivos pedagógicos* da igreja, da polícia e dos projetos assistenciais colocam-se como medidas de proteção com interesse na sua conservação, numa ingerência de riscos futuros. Riscos que têm como pauta de condução o controle e a normatização dos seus corpos por meio de ações educativas, sendo esses objetos de saber/poder.

O conceito de pedofilização parece colocar-se nesse plano de imanência, sobre a ótica de um controle sobre si próprio, empresariando seus modos de ser, trazendo em suas adjacências a valorização do *capital humano* (GADELHA, 2015 e BUJES, 2015). É sobre o corpo novo da criança pobre que o investimento torna-se viável com vistas ao controle e governo de suas condutas sendo que, governar “supõe zelar, antes de mais nada, para a manutenção da vida das crianças, mas também para possibilitar que elas se tornem úteis social e economicamente.” (BUJES, 2015, p. 265).

O governo das crianças da Comunidade Chico Mendes através dos *dispositivos pedagógicos da polícia, da religião, dos projetos assistenciais e da musicalidade*, aqui anunciados, recaem na captura do corpo da infância enredando seus *modos de ser*. Modos que se colocam por meio da sua pedofilização corporal no sentido amplificado desse conceito, que se assenta sobre uma “educação precoce das crianças [que] é tanto pensada em seus custos como também como um investimento preventivo.” (BUJES, 2015, p. 268). Para isso se instala um arcabouço de práticas sociais que desenharam um mapa de

controle e agenciamento que recai sobre as crianças numa perspectiva de capital humano como renda possível, sendo essas o investimento para o futuro. Os direitos à provisão e proteção minimamente tentam abrandar a pobreza e assim controlar e conter os riscos (BUJES, 2015).

No livro *Polícia das Famílias* de Donzelot (1980), o autor desenha um mapa social que dá visibilidade às formas de controle sobre as famílias a partir do século XVIII nos países da Europa. O controle visibilizado por Donzelot põe-se, por meio de tecnologias políticas, sobre um investimento no corpo dos sujeitos numa vigilância do seu espaço de existência. Nesse contexto, a polícia assume materialidade através de técnicas utilizadas para qualificar o desenvolvimento da população.

A polícia tem como objetivo assegurar a felicidade do Estado, através da sabedoria de seus regulamentos, e aumentar suas forças e sua potência tanto quanto ele for capaz. A ciência da polícia consiste, portanto, em regular todas as coisas relativas ao estado presente da sociedade, em consolidá-la, melhorá-la e em agir de forma que tudo concorra para a felicidade dos membros que a constituem. Ela visa fazer com que tudo o que compõe o estado sirva à consolidação e ao aumento de seu poder, como também à felicidade pública”. (Von Justi, *Eléments généraux de police*, 1768, *apud* DONZELOT, 14-15)

O investimento recai sobre a saúde, as formas de alimentar e morar, as condições de vida num agenciamento do “vir-a-ser-coletivo” (DELEUZE, 1980, p. 06), em que as linhas traçadas nessa cartografia exercem uma ingerência sobre o público e o privado, o casamento, o divórcio, a mulher, o homem, a natalidade, a família, a pobreza, a riqueza, os costumes, a infância numa arquitetura montada sobre o Biopoder determinando o poder sobre a vida do outro, ditando verdades sobre a sua população. (BUGES, 2010).

Verdades essas que escapam de um tempo histórico ao outro e tramam enunciados a partir da sua regularidade e assim tecem uma formação discursiva que reverbera sobre o tempo presente na vida das crianças da pesquisa. Castro (2014, p.78) diz que “podemos falar de formação discursiva quando uma série de enunciados responde às mesmas regras de constituição”, sendo assim os discursos sobre as infâncias pobres tem enquadrado as mesmas numa representação estereotipada do risco, da criança em perigo e da criança perigosa. A imagem da criança em perigo projeta-se sobre o foco da dependência,

incapacidade e idealizada, já a criança perigosa visibiliza sua imagem como ameaça a si mesma e à sociedade como um todo. (RIZZINI, 2011).

A discursividade assenta-se em favor da vida e com isso a compreensão de que o sujeito infantil tem necessidades e a partir delas criam-se “técnicas que as sujeitam e as controlam tornando-as objetos de um exercício de poder e do saber” (DORNELLES, 2008, p. 47) que se coloca em profundo exercício sobre o *corpo espécie*, sendo esse um “corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade...” (FOUCAULT, 1988, p. 152).

Para Rose, “o governo depende, pois, de verdades que encarnam aquilo que deve ser governado, que o tornam pensável, calculável e praticável.” (1988, p. 36). Para isso, é preciso isolar para que se tenha conhecimento das suas características fazendo com que suas peculiaridades se tornem visíveis e dizíveis para que por meio de produção estatística, possam estabelecer plano de intervenção diante daquilo que é normal. (ROSE, 1988). É desse modo que a comunidade Chico Mendes vem ao longo do tempo sendo escrutinada e dita como um lugar de perigo e por isso deve ser resguardada de si própria e em relação à sociedade. Os efeitos da linguagem como sendo nosso próprio pensamento (VEIGA-NETO, 2014) colocam os discursos em movimento ditando verdades em torno desse lugar, sentenciando os sujeitos que lá habitam.

O arcabouço de cuidado e proteção montado para as crianças pobres ao longo da história reverbera ainda na comunidade Chico Mendes sob outras vestes. As crianças mostraram que a sua liberdade é “cuidada”, que linhas de força colocam-se como *dispositivos pedagógicos* no espaço da rua, que tendem a conduzi-las para espaços onde possam ser vigiadas, como é o caso das suas casas, dos projetos assistenciais, da escola, da creche e da igreja. Não é de hoje que se procura tirar as crianças das ruas. Áries (1986) na sua clássica obra “História social da infância e da família” já apontava em seus estudos que,

a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola e o

colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (ÁRIES, 1986, p. 11).

A “Polícia das Famílias” nesse contexto coloca-se por linhas anunciadas pelas vozes das crianças e transversalizam outros vetores que interferem no governmentamento dessa população. Ao retomarmos as palavras escritas nesta dissertação, percebemos um caminho de linearidade nos anúncios sobre essa comunidade. A sua história, sua geografia, sua mobilidade, sua habitação, sua organização do tempo e do espaço, sua saúde, sua educação, sua segurança são controladas a partir do *corpo espécie* que se põe na perspectiva da vida. Para atingir determinados patamares “o estado enquadra sua população nos aparatos de segurança – de um lado o exército, a polícia e os serviços de inteligência; de outro, a educação, a saúde e o bem estar” (FYMIAR *apud* DAMICO, 2011, p.93)

Os *dispositivos pedagógicos* aqui apresentados e ditos como um modo de ser a “Polícia das Famílias” no cotidiano dessa comunidade operam sobre o corpo das crianças de modo que moldam suas subjetividades e afetam também suas famílias, que se colocam como parceiras no empreendimento da formação de um sujeito construído conforme normas estabelecidas, desencadeando a forma múltipla de governmentamento em que todos podem engajar-se na produção de uma “suposta paz social” (DAMICO, 2011 p.94).

Por outras vestes as intervenções parecem agir nos focos anunciados por Donzelot desde o século XVIII. As instituições como a escola, a creche e sobretudo, nesse contexto, os projetos assistenciais colocam-se em uma disposição de afastamento das crianças nas ruas como forma de evitar o perigo. Por meio dessas instituições, as famílias são acionadas para serem educadas junto com as crianças e nesse sentido estabelecer uma parceria contra os males que destroem a comunidade garantindo assim os interesses do Estado. Aprendem modos de conservar as crianças assim como modos de “ser” família, sendo essa alicerçada aos moldes de uma família burguesa, moralmente comportada, servindo então as instituições, como base da sua correção. (DONZELOT, 1980).

As igrejas aparecem no bojo dessa correção instituindo padrões de comportamentos que agem não só no *corpo espécie*, mas também no *corpo máquina*, que “caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo*” (FOUCAULT, 1988, p. 151). Através da palavra de Deus, o

corpo é adestrado para que se possa tornar útil e dócil. A imagem e semelhança de Jesus assediada para o corpo das crianças requer uma purificação dos pecados para que possam pela sua inocência entrar novamente no paraíso (CORAZZA, 1999). O paraíso acende diante da invenção de um passado sem tensões (DORNELLES, 2010a) sem violência, sem as “incertezas” que atravessam as ruas da comunidade. A salvação ancora-se no acesso direto a Deus pela ingenuidade e pureza das crianças que ainda “não tem pecados”. Os poderes religiosos tramam, capturam e governam a conduta das crianças de modo que “o exercício de poder é cada vez mais marcado, seja sobre os pequenos, seja sobre a arte de bem governar sua alma, sua vida ou mesmo sua cotidianidade religiosa.” (DORNELLES, 2010a, p. 09).

A “territorialização da pobreza” (DAMICO, 2011, p. 88) e da violência é a mola propulsora das medidas de proteção social da comunidade. Medidas essas que têm como foco de atenção prevenir os riscos e a falta de adaptação com as normas sociais. Assim, o controle/segurança é feito pela polícia armada e a pobreza é apaziguada pela “gestão de estratégias de riscos” (DAMICO, 2011, p. 88), por meio das *cestinhas, suco, pipoca, doação de roupas, bolsa família...*, assentando-se sobre a sua vulnerabilidade, permitindo “às populações vulneráveis que se previnam dos riscos, façam frente a eles e reduzam os riscos da existência.” (DAMICO, 2011, p. 88).

A vigilância e o controle sobre as crianças novamente colocam-me no texto. A partir do meu corpo sinto e compreendo os *dispositivos pedagógicos*, que em outros momentos, na condição de criança puseram-se sobre mim e que são agora projetados sobre os corpos das crianças da pesquisa. A alteridade e a similitude entre pesquisados e pesquisadora cruzam-se novamente. Cruzam-se e tocam as marcas que meu corpo traz na *travessia* da minha vida e nas marcas agora desenhadas sobre as crianças da comunidade Chico Mendes. Marcas que sacodem o silêncio das verdades ditas sobre nós, sujeitos.

Toda essa maquinaria de controle remete a pensar nas práticas de governo sobre essa comunidade como aqueles que Nobert Elias & John L. Scotson (2000) descrevem em seu livro como os estabelecidos, sendo esses os que têm prestígio e colocam-se como exemplos a serem seguidos, ou seja, a salvação dos modos “inapropriados” de vida. É o poder estabelecido. Apesar de serem esses que chegam à comunidade, são esses que têm tentado regular as formas daqueles que por aqui já estão. Nessa inversão, os que aqui já estão, sendo nessa ótica os outsiders, considerados moralmente inferiores, vem impondo resistência nos modos pelos quais tentam enquadrá-los.

Porém, as ruas da Comunidade Chico Mendes continuam sendo o espaço agregador dos outsiders. Nas ruas acontece a interação entre os moradores. Nas ruas os movimentos de contracultura se colocam. Nas ruas as famílias, nos seus diversos modos de arranjo celebram a vida. Nas ruas, as festas acontecem. Nas ruas as músicas vibram seus acordes. Nas ruas a vida pulsa com intensidade e tenta escapar do poder que deseja estabelecer. Nas ruas as crianças vivem o *devoir* das suas infâncias, elas *escapam*. (DORNELLES, 2008).

Pelas ruas as crianças da pesquisa interrogam-nos. Interrogam nossos modos de conceber a infância na contemporaneidade. Interrogam as Ciências Sociais. Interrogam o seu governmentamento. Interrogam a academia que ainda percorre um caminho linear de perceber as crianças na sua natureza infantil. Interrogam a sua universalização. Interrogam nossos saberes. Interrogam e concedem-nos a chance da atualização do nosso olhar em relação aos seus *modos de ser*. Dizem-nos de outras formas de existência que não encerram nelas mesmas a heterogeneidade de ser criança. “A infância nos chama e dá a esse chamado o nome de amizade. Acudimos ao chamado. É um chamado ao pensamento, que instaura amizade como sua condição: não há pensamento novo, infantil, sem amizade” (KOHAN, 2007, p.127).

Pensar as infâncias requer que descolemos de nossos pés aquilo que provoca o peso da nossa inércia. Peso esse que impede trilhar novos caminhos e exercitar nosso olhar em torno do *devoir criança*, do *criançar*. (DORNELLES, 2010a). Pensar a infância é colocar-se na condição de aprendiz, de *mestre ignorante*, do (des)saber, da estrangeiridade, esvaziar nossos conhecimentos dos seus próprios saberes para então desestabilizar o enquadramento da imagem que temos sobre elas. Pensar a infância é compreendê-la como nascimento que se reinventa a cada momento, não dando espaço para o seu fundamento. Pensar a infância requer reinterpretá-la “fazendo transbordá-la de significados, na tentativa de mostrá-la como *uma outra possibilidade de viver e, viver de outra forma o ser criança*” (DORNELLES, 2010^a, p. 04).

O *criançar* convida a pisar em outros lugares, traçar outras rotas, que possibilite a alteridade. Alteridade marcada pela diferença, pela experiência, pela potência, pelo tempo da intensidade, pela novidade, pela vida, pelo vazio. Criançar convida a entender a infância como uma condição que não está presa ao tempo cronológico, mas que rompe com o tempo e dá intensidade ao viver humano.

A infância é o outro: o que, sempre muito além do que qualquer tentativa de captura, inquieta a segurança de nossos saberes, questiona o poder de nossas práticas e abre um vazio no qual se abisma o edifício bem construído de nossas instituições de acolhida. Pensar a infância como algo outro é, justamente, pensar essa inquietude, esse questionamento e esse vazio. É insistir mais uma vez: as crianças, esses seres estranhos dos quais nada se sabe, esses seres selvagens que não entendem nossa língua (LARROSA, 1998, p. 69).

O convite a buscar espaços *vazios* é o que fica neste trabalho de dissertação. Vazios para que possamos encher com *peraltagens e despropósitos* (Barros, 2010). Vazios para inventar as infâncias e suas multiplicidades. Vazios para silenciar nossas convicções e verdades. Vazios para ter mais visibilidade. Vazios para encher de acontecimentos. Vazios para encher de experiência. Vazios para encher de *criançar*. Vazios para encher de *amizade*. Vazios.

REFERÊNCIAS

ÀRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BAASCH, Mariani Santos. **O Grafite e a pichação: o que dizem os muros da escola?** Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 2014.

BARROS, Manoel de. **Poesia Completa**. Ed. LeYa, 2010.

BLAZUS, Paula de Oliveira. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Horiz. Antropológico, Porto Alegre, vol.12, n.25, jun, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a18v1225.pdf>. Acesso: 04/03/2016.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso: 13/10/2015.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 25-44, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/50778/31639> Acesso:02/04/2016.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Governando a subjetividade: a constituição do sujeito infantil no RCN/EI**. Revista Pro-Posições, São Paulo, Vol. 13, N.1 (37)-jan/abr.2002. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/37-artigos-bujesmie.pdf> Acesso: 02/05/2016.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Infância e Poder: breves sugestões para uma agenda de pesquisa. In: COSTA, Marisa V e BUJES, Maria Isabel E. **Caminhos investigativos III:riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Descaminhos. In: COSTA, Marisa V. **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

BUGES, Isabel Edelweiss. **Infância e Risco**. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 157-175, set./dez., 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/13079/10272> Acesso: 18/07/2015.

BUGES, Isabel Edelweiss. Políticas Sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais. In: RESENDE Haroldo. **Michel Foucault: O governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CAIAFA, Janice. **Aventura das Cidades: ensaios e etnografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault — um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CORAZZA, Sandra Mara. **A pastoral educativa**. Revista Estilos da Clínica, São Paulo, v. 4, n. 6, 1999. Disponível em <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/60783-78269-1-PB.pdf>. Acesso: 12/04/2016.

CORAZZA, Sandra Mara. **E os pequeninos, Senhor? Inocência e culpa na Pastoral Educativa**. Educação e Realidade, Porto Alegre, 25(1): 59-92, jan/jun. 2000. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/47412/29555> Acesso: 28/07/2015.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. Ijuí: Unijuí, 2000.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirinto da Pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa V. **Caminhos Investigativos: Novos Olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CORMELLI, Marcela. **Chica das Chagas**. Revista Pobres e Nojentas. Florianópolis, Ano 1 - nº 06 (p.14-16), março/abril. 2007.

CUNHA, Susana Rangel Vieira. **Qual o lugar dos materiais visuais na pesquisa em educação?** Educação em Revista, Belo Horizonte, v.31,n.01,p.69-91, Janeiro-Março 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n1/0102-4698-edur-31-01-00069.pdf> Acesso: 24/01/2015.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMICO, José Geraldo Soares. **Juventudes governadas: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França).** Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DAVRELL, Juarez. **O rap e o funk na socialização da juventude.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 117-136, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>. Acesso: 02/06/2016.

LOPES, Jader J. M. O menino que colecionava lugares. In.: TONINI, Ivaine Maria et al. **O ensino de Geografia e suas composições curriculares.** Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DELEUZE, Gilles. Prefácio. In: DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias.** Rio de Janeiro: Edições Grall, 1980.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. Micro Política e segmentaridade. In: DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. Filosofia. In: DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1980.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DORNELLES, Leni Vieira. **Sobre o devir-criança ou discursos sobre as infâncias**. Anais do V Colóquio Internacional de Filosofia da Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010a. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/pesquisa/gein/artigos/sobre%20o%20devir%20crian%C3%A7a%20ou%20discursos%20sobre%20as%20infancias.pdf> Acesso: 10/10/2015.

DORNELLES, Leni Vieira. **Sobre meninas no papel: inocentes/erotizadas? As meninas hoje**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 175-192, set./dez., 2010b. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade Acesso: 16/05/2016.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMERSON, Robert M., FRETZ, Rachel I., SHAW, Linda L. **Notas de Campo na pesquisa etnográfica**. Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais, Ceará, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/690-2345-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/690-2345-1-PB%20(1).pdf). Acesso: 23/03/2016.

FELIPE, Jane. **Afinal, quem é mesmo o pedófilo?** Cad. Pagu, Campinas n.26, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>. Acesso: 23/05/2014.

FERNANDES, Luís. **Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica**. In: **CARIA, Telmo H. Experiências Etnográficas em Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamentos. 2003.**

FERREIRA, Manuela Maria Martinho. **A gente gosta é de brincar com os outros meninos! Relações sociais entre crianças num Jardim de Infância**. Porto: Edições Afrontamentos, 2004.

FERREIRA, Manuela Maria Martinho. **“Ela é nossa prisioneira”!** **Questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica.** *Revista Reflexão e Ação*, 18 (2), 151-183, jul-dez, 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1524/1932>. Acesso: 17/08/2015.

FERREIRA, Manuela e LIMA, Patrícia de Moraes. **Infância e Etnografia: dialogia entre alteridades e similitudes**, 2015. (no prelo)

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Escrita acadêmica: arte de assinar o quê se lê. In: COSTA, Marisa Vorraber e BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Caminhos Investigativos III: Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso é um caso. Pesquisa etnográfica e educação.** Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998. Disponível em: www.anped.org.br/rbe/rbedigital/.../RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf. Acesso: 03/03/2015.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: Vontade de saber.** Rio de Janeiro: Grall, 1988.

FOUCAULT, Michel. O olho do Poder. In: **Microfísica da poder.** Rio de Janeiro: Gral, 2002.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Gral, 2002.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Gral, 2002.

GADELHA, Sylvio. Empresariamento da sociedade e governo da criança pobre. In: RESENDE Haroldo. **Michel Foucault: O governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

GARBIN, Elisabete M. **Na trilha sonora da vida**. **Jornal NH**. Novo Hamburgo, 11 de setembro de 1999. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/neccso/>>. Acesso: 02/06/2016.

GARCIA, Ramòn. A propósito do Outro: a loucura. In: LARROSA, Jorge e LARA, Nuria Pérez. **Imagens do Outro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GARRÉ, Bárbara Hees, HENNING, Paula Corrêa. **Urgência histórica do dispositivo da educação ambiental: mapeando algumas condições de possibilidade para o aparecimento do campo de saber ambiental**. 37ª Reunião Nacional da ANPed – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT22-3945.pdf>. Acesso: 28/06/2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane Lopes; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HILLESHEIM, Betina e CRUZ, Lílian Rodrigues. **Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações**. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 192-199, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a06v20n2.pdf> Acesso: 04/05/2016.

HUGO, Victor. **Os Miseráveis: texto integral**. São Paulo, Martin Claret, 2014.

JODÀR, Francisco e GOMÈZ, Lucía. **Devir-Criança: experimentar e explorar a outra educação**. *Revista Educação e Realidade*, 27(2): 31-45. Jul/dez, 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25914/15183> Acesso: 13/06/2015.

KOHAN, Walter O. **Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de filosofia e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KLEIN, Carin e DAMICO, José. O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas de inclusão social. In: MEYER, Dagmar Estermann e PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

KRAMER, Sônia. **Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças**. Cadernos de Pesquisa, nº 116, p. 41-59. Fundação Carlos Chagas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro. In: LARROSA, Jorge e LARA, Nuria Pérez. **Imagens do Outro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LARROSA, Jorge. O elogio do riso. In: LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piroetas e mascaradas**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LARROSA, Jorge. **Dar a palavra. Notas para uma dialógica da transmissão**. In: LARROSA, Jorge e SCLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A UNESCO e o governo da infância por meio do capital social: problematizando práticas de segurança.. In: RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault: O governo da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LIMA, Donizete José. **Só sangue bom: Construção de saberes e resistência cultural como expressões do protagonismo juvenil**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Educação, Florianópolis, 2003.

LIMA, Donizete José. **Vida Loka também ama: Juventudes, Mitos e Estilos de Vida.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Educação, Florianópolis, 2014.

LIMA, Patrícia de Moraes. **Infância E Experiência: as narrativas infantis e a arte-de- viver o cuidado.** Tese (Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.

LIMA, Patrícia de Moraes. O governo da infância e a arte do cuidado de si. In: BORGES, Ana Maria e BARBOSA, Isabella Benfica. **Cuidar da Educação, Cuidar da Vida.** Florianópolis: NUVIC-CED-UFSC, 2011.

LIMA, Patrícia de Moraes e NAZÁRIO, Roseli. **Sobre a luz do diagrama: a atribuição da fotografia na pesquisa com crianças.** Revista Educativa, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 491-509, jul./dez. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3957-11495-2-PB.pdf. Acesso: 24/01/2016.

LIMA, Patrícia de Moraes. **Infância (s), Alteridade e Norma: dimensões para pensar a pesquisa com crianças em contextos não institucionais.** Currículo sem Fronteiras, v. 15, n. 1, p. 94-106, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/lima.pdf> Acesso: 16/08/2015.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **Comunidade e destino.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.25, p. 273-283, jan/jun, 2006.

MAGNANI, José Guilherme CantoR. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** RBCS Vol. 17 n. 49 junho/2002.

MAKNAMARA, Marlécio, PARAÍSO, Marlucy Alves. Paraíso. **Forró eletrônico: uma questão de governo... uma questão de educação?** Revista Exitus, V. 02, n. 01, Jan./Jun.2012. Disponível em:

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/141%20a%20156%20(4).pdf.
Acesso: 31/05/2016.

MAKNAMARA, Marlécio. Afinidades e afinações pós-críticas em torno de currículos de gosto duvidoso. In: MEYER, Dagmar Estermann e PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas Pós-críticas**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MÜLLER, Flora Lorena Branco. **A Cidade em foco: olhares a partir do bairro Chico Mendes**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2013.

NUNES, Maria do Rosário. **Pedofilização e Mercado: O corpo-produto de crianças e adolescentes na era de direitos no Brasil**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em:
http://recrianacional.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=14&Itemid=90. Acesso: 18/03/2014.

PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann e PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

PESOVENTOI, Adriana etall. **A história da educação indisciplinar: táticas e estratégias praticadas pela E. E. E. F. M. CEL. Aluizio Pinheiro Ferreira (2003-2007)**. Revista Labirinto – Ano XII, nº 17 – dezembro de 2012. Disponível:
<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/viewFile/980/1021>. Acesso: 03/04/2016.

RIBES, Sandra CROCHEMORE. **Histórias de vida saberes informais e formais do sujeito jovem da Comunidade Chico Mendes**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação. Florianópolis, 2005.

RIO, João. **A alma encantadora das Ruas: crônicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores- Do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da Legislação para a Infância no Brasil. In: PILOTTI Francisco e RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e editora, 2011.

RIZZINI, Irma. Meninos Desvalidos e Menores Transviados: A Trajetória da Assistência Pública até a Era Vargas. In: PILOTTI Francisco e RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e editora, 2011.

ROCHA, R. M.; SILVA, J. C.; PEREIRA, S. L. **Imaginários de uma outra diáspora: consumo, urbanidade e acontecimentos pós-periféricos**. Galáxia, São Paulo, n. 30, p. 99-111, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/n30/1982-2553-gal-30-0099.pdf>. Acesso: 30/05/2016.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SANT'ANNA, Denise. Cuidados de Si e Embelezamento Feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, Denise. **Políticas do Corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SANTOS, Milton. **Por outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, João Diógenes Ferreira. **As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p. 224-238, dez. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15_28.pdf. Acesso: 23/04/2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **A cultura das infâncias nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. Braga. Instituto de Estudo das

Crianças- Universidade do Minho. 1997. Disponível em:
<http://proferlaotrabalhosalunos.pbworks.com/f/AS%2BCULTURAS%2BDA%2BINFANCIA%2BNA%2BENCruzilhada%2BDA%2BSEGUNDA%2BMODERNIDADE..pdf>. Acesso: 17/08/2015.

SARMENTO, Manuel, GOUVEA Maria Cristina Soares. Olhares sobre a Infância e a Criança. In: SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares. **Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHEINVAR, Estela. “A aplicação do ECA tem se desviado da sua proposta original”: Estado de Direito e Formação discursiva no campo da criança e do adolescente. In: RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault: O governo da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVEIRA, Diego Soares. Governamentabilidades, saberes e políticas na área de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. In: RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault: O governo da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SKLIAR, Carlos. **O ensinar enquanto travessia: linguagens, escritas e alteridades para uma poética da educação**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SOARES, Carmen Lúcia; FRAGA, Alex Branco. **Pedagogia dos Corpos Retos: morfologias disformes às carnes humanas alinhadas**. Pro-Posições. Campinas, SP, v. 14, n. 2, mai./ago. 2003. Disponível em:
http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/41-dossie-soarescl_etal.pdf. Acesso: 15/12/2015.

SOARES, V. D. M. **Hospitalidade e Democracia por vir a partir de Jacques Derrida**. Ensaios Filosóficos, Volume II - outubro/2010. Disponível em:
http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo2/Victor_Dias_Mai_a_Soares.pdf. Acesso: 03/03/2016.

SOUSA, Ana Maria Borges e LIMA, Patrícia de Moraes. **Violências e Infância: as políticas de governo do corpo e do cuidado de si**. Texto

apresentado ao GT Educação popular da ANPED, 2004. Disponível em: 28reuniao.anped.org.br/textos/gt06/gt06507int.rtf Acesso: 15/05/2014.

SOUSA, Ana Maria Borges, MIGUEL, Denise Soares, LIMA, Patrícia de Moraes. **Módulo 1- Gestão do Cuidado e Educação Biocêntrica**. Florianópolis: NUVIC-CED-UFSC, 2010.

SOUZA, Ricardo Abussafy. **Subjetivações e tecnologias da cidadania: cartografias sobre uma rede social**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2006.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memórias, dor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STRAPPAZZON, André Luiz. **Bons Encontros: Relações Éticas e Estéticas na Casa Chico Mendes**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... In: COSTA, Marisa V. **Caminhos Investigativos: Novos Olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In: RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault: O governo da Infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VILL, Sônia. Ensaando o Olhar: o sentido da infância a partir de fotografias produzidas por crianças. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação. Centro de Ciências de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Centro interdisciplinar de estudo em Novas Tecnologias e

Informação, 2004. Disponível em: <http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/wp-content/uploads/2010/05/deleuze-vocabulario-francois-zourabichvili1.pdf>. Acesso: 30/10/2015.

WALKERDINE, Valerie. **A cultura popular e a erotização das garotinhas**. Educação e Realidade, 24 (2): 75-88. Jul/dez. 1999. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/55390-226421-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/55390-226421-1-PB%20(4).pdf). Acesso: 04/06/ 2016.

Sites

RONCOLATO, Murilo et al. **Nome de ruas dizem mais sobre o Brasil do que você pensa**. 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/02/15/Nomes-de-ruas-dizem-mais-sobre-o-Brasil-do-que-voc%C3%AA-pensa>. Acesso: 28/02/2016.

APÊNDICE 1 – Termo de assentimento para as crianças

Você está sendo convidado para participar da pesquisa Modos de Ser Criança no Cotidiano da Comunidade Chico Mendes: Um estudo etnográfico.

Você não precisa participar da pesquisa se não quiser é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita nas ruas por onde você costuma brincar. Para isso, será usado um caderno onde irei anotar as suas experiências nesse espaço e também farei uso da máquina fotográfica. Caso você tenha alguma dúvida e se não estiver comigo, você pode me procurar no telefone 9941-9473.

Sendo você importante nessa pesquisa, seu nome será divulgado na escrita do trabalho final, assim como também nos lugares onde essa pesquisa for divulgada.

Eu _____ aceito participar da pesquisa Modos de Ser Criança no Cotidiano da Comunidade Chico Mendes: Um estudo etnográfico.

Entendi como ela vai acontecer e que também posso desistir quando eu não estiver mais a vontade em fazer parte dessa pesquisa.

A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou sobre a minha participação com a minha família.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento.

Florianópolis, ____ de _____ de _____.

Assinatura da Criança

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE 2 – Termo de consentimento livre e informado

Seu (a) filho (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **MODOS DE SER CRIANÇA NO COTIDIANO DA COMUNIDADE CHICO MENDES: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO.**

O objetivo dessa pesquisa é descrever as práticas sociais vividas por crianças nas ruas da Comunidade Chico Mendes na cidade de Florianópolis/Santa Catarina/Brasil. Nesse sentido, essa pesquisa tem como foco analisar os artefatos culturais que vivenciam as crianças no seu dia a dia buscando compreender a sua significação a partir do seu próprio olhar.

O procedimento de coleta de dados será realizado da seguinte forma: Serão efetuadas observações participantes inicialmente na Creche Mateus de Barros numa turma de Grupo 6 para convidar as crianças a participarem desse processo. Posteriormente as observações participantes serão realizadas nas ruas da Comunidade. Estas observações serão realizadas pela mestrandia Ivana Martins da Rosa sendo que as mesmas serão registradas e fotografadas para que possam servir como dados empíricos da pesquisa em questão. Por não tratar de uma pesquisa que traga qualquer risco aos sujeitos investigados e por entender que estes são também co-produtores dessa dissertação, optou-se nesse momento de divulgar na escrita desse trabalho, os nomes reais das crianças.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA: Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar a participação do seu filho (a), retirar seu consentimento ou interromper a participação do mesmo (a) a qualquer momento.

A pesquisadora irá tratar a identidade do seu filho (a) com padrões profissionais, não os colocando em situação vexatória. Uma cópia deste consentimento informado será arquivado no Núcleo de Pesquisa Vida e Cuidado da Universidade Federal de Santa Catarina e outra será fornecida a você.

Eu, _____
fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e mudar minha decisão se assim o desejar. A professora orientadora Patrícia de Moraes Lima certifica-me

de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Em caso de dúvidas poderei chamar a mestrande Ivana Martins da Rosa, a professora orientadora Patrícia de Moraes Lima no telefone (48) 3721-2245.

Declaro que autorizo meu (a) filho (a) _____

_____ a participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome Assinatura do Responsável

Data

Nome Assinatura da Pesquisadora

Data